

SOCIOLOGIA *ON LINE*

Número 18

Revista da Associação Portuguesa de Sociologia (APS)

APS | Lisboa | dezembro 2018

SOCIOLOGIA ON LINE

Três números por ano

N.º 18, dezembro 2018

Diretora: Ana Ferreira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; aferreira@fcs.unl.pt)

Diretoras Adjuntas: Dalila Cerejo (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; dalilacerejo@fcs.unl.pt) e Joana Azevedo (ISCTE-IUL; joana.azevedo@iscte-iul.pt)

Conselho de Redação: João Teixeira Lopes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Madalena Ramos (ISCTE-IUL); Benedita Portugal e Melo (Instituto da Educação da Universidade de Lisboa); Dalila Cerejo (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lígia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Ana Maria Brandão (Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais); Ana Ferreira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa) e Joana Azevedo (ISCTE-IUL)

Conselho Editorial: Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodriguez Morató (Faculdade de Economía da Universitat de Barcelona, Espanha); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique (CRNS) da Université Lyon II, França); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (Universidade de Piraeus, Grécia); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, México); Hústana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brasil); Jack Barbalet (Department of Sociology da Hong Kong Baptist University, Hong Kong); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto de Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades (CEIICH) da Universidad Nacional Autónoma de México, México); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juarez Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Luís Baptista (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, CSIC, Espanha); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Espanha); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Maria das Dores Guerreiro (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences da Dortmund University, Alemanha); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Alemanha); Paola Borgna (Universidade de Turin, Itália); Renate Klein (College of Education and Human Development da University of Maine, EUA) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

Assistente Editorial: Brenda Silva

Propriedade do Título: Associação Portuguesa de Sociologia

Apresentação da Revista: A *SOCIOLOGIA ON LINE* é a revista científica da Associação Portuguesa de Sociologia, apresentando uma política de acesso livre e encontrando-se todos os artigos publicados disponíveis gratuitamente online. Nesta revista publicam-se artigos originais incluindo trabalhos de investigação, pequenos ensaios ou recensões de obras publicadas. Aceitam-se propostas para publicação de textos escritos em português, espanhol, italiano, francês e inglês

Edição: Associação Portuguesa de Sociologia

Normas para os Autores: Os textos apresentados para publicação deverão ser textos originais e respeitar as normas de publicação da revista disponíveis online e na última página de cada número da revista

Sistema de Arbitragem: Os artigos enviados para publicação são sujeitos a avaliação independente de pelo menos dois especialistas, sob condições de duplo anonimato

Indexação: Está indexada na Latindex, ERIH PLUS, DRJI e OAJI, e classificada na QUALIS-CAPES (Brasil). Aguarda indexação na SHERPA/RoMEO, SciELO Portugal e The Publication Forum (Finlândia).

Contactos: Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa | Telefone: 217804738 | Fax: 217940274 | *E-mail:* sociologiaonline@aps.pt

Conceção Gráfica e Composição: Lina Cardoso

Capa: Isabel Rebelo

Web Design: Factis

Revista de Acesso Livre: <http://revista.aps.pt>

ISSN: 1647-3337

Nº de Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 125823

SOCIOLOGIA ON LINE

Three issues per year

N.º 18 December 2018

Editor: Ana Ferreira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; aferreira@fcs.unl.pt)

Associate Editors: Dalila Cerejo (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; dalilacerejo@fcs.unl.pt) and Joana Azevedo (ISCTE-IUL; joana.azevedo@iscte-iul.pt)

Board Members: João Teixeira Lopes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Madalena Ramos (ISCTE-IUL); Benedita Portugal e Melo (Instituto da Educação da Universidade de Lisboa); Dalila Cerejo (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lígia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Ana Maria Brandão (Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais); Ana Ferreira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa) e Joana Azevedo (ISCTE-IUL)

Advisory Editors: Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodriguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Espanha); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique (CRNS) da Université Lyon II, França); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (Universidade de Piraeus, Grécia); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, México); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brasil); Jack Barbalet (Department of Sociology da Hong Kong Baptist University, Hong Kong); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto de Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades (CEIICH) da Universidad Nacional Autónoma de México, México); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juarez Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Luís Baptista (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, CSIC, Espanha); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Espanha); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Maria das Dores Guerreiro (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences da Dortmund University, Alemanha); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Alemanha); Paola Borgna (Universidade de Turin, Itália); Renate Klein (College of Education and Human Development da University of Maine, EUA) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

Editorial Assistant: Brenda Silva

Copyright: Associação Portuguesa de Sociologia

About the Journal: SOCIOLOGIA *ON LINE* is the scientific journal of the Portuguese Sociological Association. It has an open access policy, with all published articles freely available online. This journal publishes original research on social sciences; short essays and book reviews. Proposals for publication can be written in english, portuguese, spanish, french or italian

Publisher: Associação Portuguesa de Sociologia

Submission Guidelines: Only original papers complying to the journal's guidelines, available online and at the last page of each number, are accepted for publication

Refereeing: SOCIOLOGIA *ON LINE* uses a double-blind peer review system with papers being independently evaluated by at least two experts

Abstracting and Indexing: Is indexed in Latindex, ERIH PLUS, DRJI and OAJI, and is classified in QUALIS-CAPES (Brazil). Is under review in SHERPA/RoMEO, SciELO Portugal and The Publication Forum (Finland).

Contact: Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa | Phone: 217804738 | Fax: 217940274 | E-mail: sociologiaonline@aps.pt

Design and Typeset: Lina Cardoso

Cover: Isabel Rebelo

Web Design: Factis

Open access journal available at: <http://revista.aps.pt>

ISSN: 1647-3337

Number in Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 125823

ÍNDICE

Editorial	9
<i>Ana Ferreira, Dalila Cerejo e Joana Azevedo</i>	

ARTIGOS

Life is what we make of it: Uma abordagem sociológica aos significados de felicidade	13
<i>Ana Roque Dantas</i>	
<i>Fandubbing</i> em Portugal: Um estudo de caso sobre cultura participativa em rede	35
<i>Tiago Vidal e Jorge Vieira</i>	
Justiça e variáveis legais: Processos contra adolescentes varejistas do tráfico de drogas	57
<i>Luzania Barreto Rodrigues e Paulo Cesar Pontes Fraga</i>	

ENSAIOS

Sociólogos: Associativismo inclusivo <i>versus</i> fechamento corporativo	81
<i>António Firmino da Costa</i>	
A pós-verdade e a guarda do rebanho	88
<i>Carlos Fortuna</i>	

RECENSÕES

Moniz, A. B. (2018). <i>Robótica e trabalho: O futuro hoje</i> . Lisboa: Glaciar	97
<i>Nuno Boavida</i>	
Normas para autores	103

CONTENTS

Editorial	9
<i>Ana Ferreira, Dalila Cerejo and Joana Azevedo</i>	

ARTICLES

Life is what we make of it: A sociological study on happiness meanings.....	13
<i>Ana Roque Dantas</i>	
Fandubbing in Portugal: A case study on online participatory culture	35
<i>Tiago Vidal and Jorge Vieira</i>	
Justice and legal variables: Lawsuits against teen drug trafficking retailers	57
<i>Luzania Barreto Rodrigues and Paulo Cesar Pontes Fraga</i>	

ESSAYS

Sociologists: inclusive associativism versus corporate closure.....	81
<i>António Firmino da Costa</i>	
Post truth and tending the flock	88
<i>Carlos Fortuna</i>	

BOOK REVIEWS

Moniz, A. B. (2018). <i>Robótica e trabalho: O futuro hoje</i> . Lisboa: Glaciar	97
<i>Nuno Boavida</i>	
Submission guidelines	105

EDITORIAL

Ana Ferreira

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade NOVA de Lisboa, Avenida de Berna, 26 C, 1069-061, Lisboa, Portugal

Dalila Cerejo

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade NOVA de Lisboa, Avenida de Berna, 26 C, 1069-061, Lisboa, Portugal

Joana Azevedo

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL),
Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal

O terceiro e último número de 2018 da *SOCIOLOGIA ON LINE* é constituído por um conjunto de artigos científicos, ensaios e uma revisão crítica que atestam, com clareza, a diversidade teórico-metodológica da sociologia. Entre os artigos deste número, contamos com um trabalho científico que se debruça sobre os significados sociais de felicidade e que se enquadra na área temática da sociologia das emoções, uma área que tem ganho importância crescente no contexto nacional e internacional. De seguida poder-se-á encontrar um trabalho que discute as práticas de *Fandubbing* através do estudo de caso desta cultura participativa em rede em Portugal. Esta secção da revista da Associação Portuguesa de Sociologia é finalizada por um artigo que, enquadrado na temática da sociologia da justiça, reflete sobre a forma como decisões judiciais contribuem para a produção e reprodução de desigualdades sociais no contexto brasileiro. Segue-se uma secção composta por dois ensaios que abordam, num primeiro momento, a organização científico-profissional dos sociólogos e, num segundo, a relevância crescente dos sociólogos e da sociologia em sociedades marcadas por uma aparente dissolução de fronteiras entre factos, verdades e mentiras. O número termina com uma revisão ao livro “Robótica e trabalho” que explora os impactos sociais dos mecanismos de automação no trabalho, uma temática central na actualidade.

Concretizando um pouco mais, o primeiro artigo “Life is what we make of it: Uma abordagem sociológica aos significados de felicidade”, de Ana Roque Dantas, parte da análise dos resultados de um inquérito sociológico aplicado na Área Metropolitana de Lisboa, para discutir as formas como os significados sociais de felicidade são socialmente diferenciados e reveladores de desigualdades sociais. Segue-se o trabalho de Tiago Vidal e Jorge Vieira “Fandubbing em Portugal: Um estudo de caso sobre cultura participativa em rede”, onde os autores nos apresentam sociologicamente os *fandubbers* portugueses, fãs de conteúdos mediáticos que recorrem a ferramentas digitais para se exprimirem e, simultaneamente, desenvolverem um conjunto de

práticas diversificadas que têm os seus objetos de *fandom* como pano de fundo. Este trabalho qualitativo permitir-nos-á conhecer mais proximamente estes actores e as suas práticas online. Finalmente, o artigo científico “Justiça e variáveis legais: Processos contra adolescentes varejistas do tráfico de drogas”, de Luzania Barreto Rodrigues e Paulo Pontes Fraga, apresenta uma caracterização de processos judiciais relativos ao tráfico de droga. A análise aprofundada do material recolhido permite concluir que as decisões judiciais (re)produzem desigualdades sociais de partida.

A segunda secção deste número da *SOCIOLOGIA ON LINE* inicia-se com uma reflexão de António Firmino da Costa “Sociólogos: Associativismo inclusivo *versus* fechamento corporativo” onde são debatidas as questões que subjazem à organização profissional dos sociólogos. Firmino da Costa aponta para um alargamento das dimensões que inicialmente teriam conduzido à organização deste grupo profissional enquanto Associação. Assim, às dimensões cognitivas, éticas, pragmáticas e estratégicas que teriam estado na origem da escolha desta forma organizativa, soma-se, atualmente, a diversidade de áreas de intervenção social, que justifica, para o autor a manutenção de um modelo de “associativismo inclusivo” por oposição a um outro de “fechamento corporativo”. De seguida, apresenta-se o ensaio de Carlos Fortuna “A pós-verdade e a guarda do rebanho”. Este trabalho dá-nos conta de uma potencial (re)construção da Sociologia para uma compreensão de sociedades pautadas pela interpenetração e distorção de factos, verdades e mentiras.

O número finaliza com a recensão de Nuno Boavida ao livro de António Brandão Moniz “Robótica e trabalho: O futuro hoje”, publicado pela editora Glaciar, em 2018. Trata-se de uma recensão a um livro que reflecte a relação tecnologia-trabalho, assim como os impactos sociais das transformações tecnológicas.

Uma nota final para sublinhar que a diversidade e qualidade dos trabalhos científicos aqui apresentados revelam, com clareza, o contributo deste novo número da *SOCIOLOGIA ON LINE* para pensarmos criticamente as sociedades de hoje. Gostaríamos de continuar a contar com os vossos trabalhos e tempos de leitura ao longo do próximo ano.



ARTIGOS
ARTICLES

LIFE IS WHAT WE MAKE OF IT UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA AOS SIGNIFICADOS DE FELICIDADE

LIFE IS WHAT WE MAKE OF IT A SOCIOLOGICAL STUDY ON HAPPINESS MEANINGS

Ana Roque Dantas

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade NOVA de Lisboa, Av. de Berna, 26 C, 1069-061 Lisboa, Portugal. *Email*: ana.roque@fcsh.unl.pt

Resumo: A ideia de felicidade, omnipresente nas sociedades ocidentais actuais, assume-se como princípio orientador e como objectivo de vida. Contudo, o facto de a felicidade ocupar pensamentos individuais não a torna uma experiência unicamente privada e singular. A sua idealização é socialmente moldada, interpretada e partilhada e traduz formas culturais de pensar, ser e agir.

Partindo dos resultados de um inquérito sociológico por questionário a uma amostra da população da Área Metropolitana de Lisboa, aplicado na cidade de Lisboa, exploram-se os significados de felicidade na sua relação com as circunstâncias de vida em que são produzidos.

Os resultados revelam que os significados sociais de felicidade e as orientações da acção são socialmente diferenciados e incorporam desigualdades sociais mais vastas. Assim, interpretar e procurar felicidade não são opções meramente individuais, destacadas da organização social. Ainda que associadas pelos inquiridos às capacidades individuais e qualidade das suas decisões, estão profundamente marcadas pelas circunstâncias, pelos percursos e pelo meio social de inserção.

Palavras-chave: felicidade, sociologia da felicidade, sociologia das emoções, significados de felicidade.

Abstract: The idea of happiness, omnipresent in today's western societies, is a life goal. However, the fact that happiness occupies individual thoughts does not make it a private and singular experience. Happiness idealization is socially shaped, interpreted and shared, translating cultural ways of thinking, being and acting.

Based on the results from a sociological survey using a questionnaire applied to a sample of residents of the Lisbon Metropolitan Area, and carried out in the city of Lisbon, we explore the meanings of happiness in relation to the life circumstances in which they are produced.

Results show that the meaning of happiness is socially differentiated. Moreover, it incorporates broader social inequalities. Consequently, interpreting and seeking happiness are not merely individual choices, detached from the social setting. These are associated by the respondents with individual capacities and decisions, however, they are deeply marked by individuals' circumstances, paths and social backgrounds.

Keywords: happiness, sociology of happiness, sociology of emotions, happiness meanings.

1. Introdução

A ideia de felicidade, omnipresente nas sociedades ocidentais actuais, chega-nos através da cultura, dos *media*, da publicidade e assume-se como princípio orientador e

como objectivo de vida. A concepção de felicidade partilhada começa a formar-se na Grécia antiga, é cultivada e moldada pela tradição judaico-cristã e floresce com o Iluminismo, tornando-se a partir daí um imperativo da existência humana. Assenta na crença de que cabe aos actores sociais melhorar as suas condições e a vida da sociedade em geral. Esta ideia de livre exercício das capacidades humanas, que está na base da construção das sociedades modernas, contaminou os ideais de felicidade, nomeadamente a crença de que esta é um direito (tal como fica expresso na declaração de independência dos Estados Unidos da América) e que deve ser conquistada por iniciativa pessoal e não por recompensa divina (Joshano, Lepshokova, Panyusheva, Natalia, Poon, Yeung, Sundaram, Achoui, Asano, Igarashi, Tsukamoto, Rizwan, Khilji, Ferreira, Pang, Ho, Han, Bae & Jiang, 2013; McMahon, 2009; 2010).

Simultaneamente, sabemos que os pensamentos sobre felicidade são frequentes e recorrentes (Joshano & Weijers, 2014), concorrendo para a formação de sentido sobre a vida, para a criação do seu significado e para a definição das orientações face ao futuro. Pensar sobre felicidade só por si capacita as pessoas para falar sobre as formas como a experienciam, a entendem, a procuram e a desejam. No entanto, o facto da felicidade ocupar pensamentos individuais não a torna uma experiência unicamente privada e singular. A sua idealização é socialmente moldada, interpretada e partilhada, sendo que traduz formas culturais de pensar, ser e agir. Neste sentido, a ideia de felicidade incorpora aspectos sociais e assume diferentes significados. Assim, e tal como a literatura tem vindo a sugerir, a ideia de felicidade é socialmente diferenciada (Baudelot & Gollac, 2003; McMahon, 2009; Roque Dantas, 2012), constituindo-se como o resultado de influências interligadas de factores estruturais, de condições de vida e de especificidades individuais (Frey & Stutzer, 2001; Graham, 2011a; Veenhoven & Jonkers, 1984). Tendo por base estudos anteriores que identificam diferentes concepções de felicidade — umas mais ligadas à posse, outras à execução — e que sugerem que estas concepções poderão ser socialmente determinadas (Baudelot & Gollac, 2003; Roque Dantas, 2012), importa perceber se existem diferenças sociais associadas às formas de procurar, entender e expressar felicidade.

É este o objectivo deste artigo: explorar a diferenciação social dos significados atribuídos a felicidade. Para tal, seguidamente começaremos por rever os principais contributos teóricos existentes sobre esta temática. Em seguida, será apresentada a metodologia, para depois expor os principais resultados. A finalizar, os resultados serão discutidos nas considerações finais.

2. Enquadramento teórico

Nos últimos anos, assistimos a um aumento sem precedentes dos estudos científicos sobre felicidade¹. Na sua maioria, estes estudos seguem metodologias extensivas, baseadas em medidas de avaliação subjectiva (esta avaliação é feita por meio do julgamento individual que cada um faz da sua vida, da forma como se sente e como a avalia face às condições existentes, face ao outro e face ao seu próprio modelo de referência). Estas abordagens permitem a análise da evolução dos níveis médios de felicidade (análises longitudinais), a comparação entre países, bem como explorar as relações existentes com outras variáveis de interesse. Possibilitam, por isso, conhecer variações, causas e consequências da felicidade. A coerência dos resultados de vários estudos, incidindo sobre diversas realidades, permitiu identificar os principais aspectos que influenciam a percepção de felicidade (Graham, 2011a). Desta forma, é possível saber que a felicidade resulta da influência conjunta de diferentes dimensões interdependentes (sociais, económicas e individuais). Mais especificamente, sabemos que a felicidade se relaciona com a situação política de um país, nomeadamente com a democracia (estabilidade e responsabilidade ou *accountability* dos governos), bem como com a liberdade política e a participação nas estruturas democráticas (Frey & Stutzer, 2000; 2001; Graham, 2011b; Helliwell, 2003; Inglehart, Foa, Peterson & Welzel, 2008). A nível económico, refira-se a importância que as desigualdades sociais e a percepção de segurança (nomeadamente quando abalada por crises económicas), têm (negativamente) sobre a percepção de felicidade (Alberto Alesina, Di Tellab & MacCulloch, 2004; Frey, 2009; Frey & Stutzer, 2001; Graham, 2011b; Pickett & Wilkinson, 2011; Veenhoven & Jonkers, 1984; Yang, 2008). Da mesma forma, estão amplamente identificados os efeitos do emprego sobre as percepções de felicidade, como sejam as características do trabalho desenvolvido (Baudelot & Gollac, 2003), o desemprego e os rendimentos auferidos (Easterlin, 2001; Graham, 2011a; Layard, 2005). Sabemos igualmente que as relações interpessoais – quantidade e qualidade dos relacionamentos tanto em contextos sociais como pessoais – assumem especial relevo para uma avaliação positiva da forma de sentir (Argyle, 2013a). Entre as características individuais, reconhece-se a importância da idade (Blanchflower & Oswald, 2008; Roque Dantas, 2015; Veenhoven & Jonkers, 1984), dos valores socialmente partilhados (Inglehart, Foa, Peterson & Welzel, 2008; Welzel, Inglehart & Kligemann, 2003) e das motivações e estilos de vida (Argyle, 2013b; Csikszentmihalyi, 1997; Hills & Argyle, 1998; Veenhoven & Jonkers, 1984).

Estes estudos, assentes em metodologias extensivas que avaliam a percepção subjectiva dos indivíduos acerca da sua felicidade, dão resposta a solicitações

sociais e políticas no sentido de produzir indicadores estatísticos sobre as percepções das populações acerca do seu bem-estar e que complementam os indicadores económicos e sociais. No entanto, por se basearem em medidas subjectivas (cada pessoa entra em consideração com os aspectos que considera mais relevantes) não sabemos se é o resultado de uma reflexão consciente nem que dimensões reflecte. Estas abordagens não permitem, por isso, aceder a significados, práticas e representações sociais de felicidade, ou analisar as circunstâncias ou acontecimentos da vida em que ocorre a avaliação.

Complementarmente, alguns trabalhos centram-se na análise de narrativas procurando a compreensão aprofundada de felicidade. Os resultados mostram que, mais do que uma experiência pessoal e privada, a felicidade é moldada, interpretada e articulada socialmente. Mais ainda, as formas como as pessoas falam sobre felicidade e se auto-posicionam nos discursos é uma forma de participação e criação de um sentido comum do que é a felicidade (Hyman, 2014; Oishi, Graham, Kesebir & Galinha, 2013). Revelam igualmente a importância que a felicidade assume na tomada de decisão e na orientação da acção (Roque Dantas, 2012). Contudo, estes estudos trabalham com amostras de dimensão reduzida, não permitindo uma compreensão mais vasta da influência do contexto sócio-cultural em que se produzem e transformam as expressões e significações de felicidade.

Face a estas limitações, pretendemos agora aprofundar o conhecimento sobre os significados de felicidade, nomeadamente como diferentes colectivos sociais produzem e reproduzem a sua interpretação de felicidade. Mais concretamente, propomos uma abordagem focada nas percepções das pessoas acerca do que as faz feliz e nos seus entendimentos de felicidade, em articulação com os contextos sociais que as produzem, possibilitando o conhecimento, por um lado, das condições sociais que favorecem ou dificultam sentimentos de felicidade e, por outro lado, das práticas que lhe estão associadas e dos significados que lhe são atribuídos. Para tal, propomos uma abordagem extensiva (ao nível dos instrumentos e dimensão da amostra) que permite o acesso aos significados de felicidade na sua relação com as circunstâncias de vida em que estes são produzidos. Esta estratégia possibilitará realçar as complexidades sociais em torno das experiências de felicidade e ajudar a compreender as formas em que esta é inerentemente social.

Assim, centrar-nos-emos em seguida na influência que os contextos sociais têm sobre as percepções de felicidade.

2.1. Contextos sociais de felicidade

Ainda que a importância social da felicidade seja transversal — na medida em que cada um de nós valoriza e cultiva a sua própria felicidade e que somos socialmente

condicionados a aparentar e procurar felicidade —, estudos mostram que os contextos sociais influenciam a percepção de felicidade (Frey & Stutzer, 2001; Roque Dantas, 2012; 2015; Veenhoven & Jonkers, 1984). Na verdade, a forma como as pessoas pensam, falam, imaginam e agem acerca de felicidade são influenciadas pelas suas condições sociais (Hampe, 2013).

No mesmo sentido, outros trabalhos concluem que os espaços sociais são diferenciadores das representações sociais de felicidade. Esta diferenciação expressa-se pela relação entre a percepção de sentir felicidade e um conjunto de atributos socialmente diferenciados, em que menores níveis de felicidade assumem maior expressão entre os mais velhos, entre as mulheres e os que detêm menores recursos económicos e sócio-culturais. Estes resultados revelam que desigualdades sociais mais vastas trespassam e influenciam as formas de sentir (Roque Dantas, 2015), contribuindo para a compreensão das formas em que a felicidade é inerentemente social.

Mais ainda, a literatura tem vindo a alertar para as consequências nefastas que as desigualdades sociais têm sobre a percepção de felicidade. Mais especificamente, os resultados existentes indicam que a percepção de desigualdade social tem uma forte influência negativa sobre a percepção de felicidade (Alberto Alesina, Tellab & MacCulloch, 2004; Yang, 2008). Ao mesmo tempo, sabe-se que as pessoas com mais recursos económicos tendem a reportar níveis de felicidade mais elevados (Pickett & Wilkinson, 2011) e que a percepção de felicidade está relacionada com a posição social ocupada, sendo que posições sociais mais elevadas reportam maiores níveis de felicidade (Kroll, 2011; Veenhoven & Jonkers, 1984). Neste sentido, importa reter que diferentes estudos, aplicando diferentes metodologias, apontam no mesmo sentido: países com índices mais elevados de desigualdades sociais apresentam níveis mais baixos de bem-estar das suas populações (Di Tella, MacCulloch & Oswald, 2003; Graham, 2011a; Graham, Chattopadhyay & Picon, 2010; Pickett & Wilkinson, 2011; Yang, 2008). Da mesma forma, trabalhos incidindo sobre a realidade portuguesa mostram que a percepção de felicidade está associada a posições mais elevadas na escala social e, pelo contrário, não sentir felicidade surge associado a posições mais baixas na hierarquia social (Brites, 2014; Roque Dantas, 2015).

Vimos já que a idade também parece ser um aspecto relevante para a compreensão da percepção de felicidade, ainda que a sua influência não seja consensual entre diferentes autores.

Num trabalho de referência, Blanchflower e Oswald (2008) concluíram que a relação entre idade e felicidade segue uma tendência que consideraram universal: maior felicidade entre os mais jovens, diminuindo na idade adulta (com o ponto mais baixo entre os 45-51 anos) e aumentando com o avançar da idade. Segundo estes autores, a felicidade, quando representada graficamente ao longo do ciclo de

vida, desenha a forma de um sorriso: é maior na infância e adolescência, menor na meia idade (à volta dos 45-51 anos) e volta a aumentar na velhice (Blanchflower & Oswald, 2008). Contrariamente, Veenhoven e Jonkers (1984), e ainda que defendendo uma relação entre a idade e a felicidade, consideram que o envelhecimento influencia negativamente a percepção de felicidade. De acordo com estes autores, há diferenças acentuadas entre países quanto à relação entre felicidade e idade, sendo que estas diferenças decorrem dos contextos sociais em que se processa a avaliação. Neste entendimento, as diferentes circunstâncias em que se desenvolve o processo de avaliação vão ter influência sobre a percepção de felicidade.

Para a realidade portuguesa recente, os resultados contrariam igualmente a tese de universalidade proposta por Blanchflower e Oswald (2008). A felicidade média declarada diminui com o aumento da idade, verificando-se ainda um efeito combinado de idade e sexo que influencia a sua percepção. Na juventude, as mulheres reportam níveis médios mais elevados de felicidade do que os homens, mas nas idades mais avançadas esta tendência inverte-se, verificando-se uma quebra nos níveis médios de felicidade das mulheres e face aos dos homens (Roque Dantas, 2015). Ainda assim, a influência do sexo sobre a percepção de felicidade é menos clara, existindo conclusões diferenciadas quanto à influência de se ser homem ou mulher sobre a percepção de felicidade. A aparente contradição parece dever-se, de acordo com Graham (2011a), a diferenças contextuais que abordagens mais extensivas apenas conseguem captar mas não conseguem explicar.

Importa, pois, perceber qual a relação que a idade, o sexo e a posição social ocupada têm com a ideia de felicidade. Estas variáveis, largamente estudadas na literatura como relevantes para compreender as percepções de felicidade, remetem para diferentes espaços sociais, socializações e ciclos de vida distintos. Quando interrelacionadas, espera-se a cristalização de características sociais e percepções de felicidade, resultantes da evolução sócio-histórica e do contacto com diferentes modelos sociais de felicidade. Assim, e sabendo que a veiculação de modelos sociais em que a felicidade é valorizada é transversal a toda a sociedade, contribuindo para uniformizar formas de procurar, sentir e expressar felicidade (Roque Dantas, 2012), questionamos se os significados sociais atribuídos a felicidade apresentam diferenciação social, nomeadamente em função do sexo, idade e posição social dos indivíduos.

3. Métodos

Este artigo trabalha com resultados obtidos por meio de um inquérito sociológico por questionário aplicado na cidade de Lisboa, a residentes na Área Metropolitana de Lisboa, em finais de 2011 e início de 2012².

Este instrumento permitiu combinar as características de abordagens extensivas (dimensão e sistematicidade da informação) com a recolha de informação intensiva, acedendo, através de perguntas abertas, ao sentido dado à acção de actores sociais envolvidos. Esta abordagem possibilitou conhecer os significados de felicidade pela voz dos indivíduos, explorando os seus entendimentos, bem como as circunstâncias específicas em que se enquadram as percepções dos indivíduos observados.

Lisboa é um espaço urbano com uma população com elevada mobilidade (80,5% dos passageiros transportados no país e 50% dos embarcados e 50% dos desembarcados aéreos), com acesso aos meios de comunicação (72% tem acesso à internet em casa) e cultura (10% dos museus concentram-se na cidade de Lisboa), além de ter um poder de compra acima da média nacional (INE, 2012)³. Ora, estas características tornam a população de Lisboa o universo ideal para o estudo da felicidade: população urbana, escolarizada, com capacidade de mobilidade/deslocação e socialmente diferenciada, capacitando a análise para a exploração de regularidades em torno de características que podem traduzir, por um lado, o ciclo de vida (idade), como diferentes socializações e modos de vida (sexo e posição social).

Assim, a estratégia de recolha de informação assentou numa amostra por quotas interrelacionadas (entendendo que cada quota integra um número pré-definido de elementos com determinadas características, mas que estes elementos são seleccionados de forma não aleatória). As quotas definidas são sexo e idade, variáveis que remetem, por um lado, para diferentes socializações e, por outro, para ciclos de vida distintos⁴.

Quanto à sua dimensão, a amostra é constituída por 626 indivíduos, dos quais 332 (53%) são mulheres e 294 (47%) são homens; 38,8% tem idades compreendidas entre os 18 e 34 anos, 35% entre os 35 e os 54 anos e 26,2% idades iguais ou superiores a 55 anos⁵.

As variáveis mobilizadas decorrem do questionário aplicado e podem ser consultadas na tabela 1.

Os dados obtidos resultam de um questionário que combina perguntas abertas e fechadas. Se as perguntas fechadas estão orientadas para a quantificação dos seus resultados, as perguntas abertas obrigaram a um tratamento prévio das respostas recorrendo a uma análise do seu conteúdo, antes da sua análise estatística. A codificação das perguntas abertas foi realizada de forma sistemática e objectiva com a finalidade de analisar e comparar as respostas. Esta operação iniciou-se com uma leitura flutuante, procurando semelhanças entre as respostas. As categorias para codificação emergem desta leitura e seguem critérios de

Tabela 1 Variáveis mobilizadas

Variáveis (Respostas)	Descrição das variáveis
Sexo (Homem/Mulher)	Sexo do(a) inquirido(a)
Idade (<35 anos; 35-55 anos; >55 anos)	Idade do(a) inquirido(a) medida em escalões etários
Posição social	Variável resultante de uma solução unidimensional de uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) que remete para uma distribuição hierarquizada de recursos sociais a partir da disposição das categorias dos três indicadores - escalão de rendimento, nível de instrução e profissão. A partir do resultado da ACM foi possível construir um índice de posição social (variável composta) que reflecte a complexidade do constructo e que é uma nova variável quantitativa (estandardizada) que quantifica a posição social. Esta variável tem média 0 e Desvio Padrão 1.
Comprar tudo o que deseja (1. Nada importante; 7. Muito importante)	Aspectos relevantes para a felicidade
Realização profissional (1. Nada importante; 7. Muito importante)	Aspectos relevantes para a felicidade
Ter um emprego estável (1. Nada importante; 7. Muito importante)	Aspectos relevantes para a felicidade
Boa progressão na carreira (1. Nada importante; 7. Muito importante)	Aspectos relevantes para a felicidade
Autonomia/ controlo sobre a vida (1. Nada importante; 7. Muito importante)	Aspectos relevantes para a felicidade
Segurança financeira/poupança (1. Nada importante; 7. Muito importante)	Aspectos relevantes para a felicidade
Aproveitar a vida / Fazer o que gosto (1. Nada importante; 7. Muito importante)	Aspectos relevantes para a felicidade
Obter a admiração e reconhecimento dos outros (1. Nada importante; 7. Muito importante)	Aspectos relevantes para a felicidade
Ter uma relação amorosa (1. Nada importante; 7. Muito importante)	Aspectos relevantes para a felicidade
Ter amigos (1. Nada importante; 7. Muito importante)	Aspectos relevantes para a felicidade
Seguir os valores/práticas e tradições familiares (1. Nada importante; 7. Muito importante)	Aspectos relevantes para a felicidade
Expressar as minhas opiniões e crenças (1. Nada importante; 7. Muito importante)	Aspectos relevantes para a felicidade
Dimensão de felicidade 1: Profissão e segurança económica	Variável estandardizada (média=0 e desvio padrão=1) resultante de ACP aos indicadores que medem os aspectos mais relevantes para a felicidade
Dimensão de felicidade 2: Relações interpessoais e valores	Variável estandardizada (média=0 e desvio padrão=1) resultante de ACP aos indicadores que medem os aspectos mais relevantes para a felicidade
Dimensão de felicidade 3: Prazer e autonomia	Variável estandardizada (média=0 e desvio padrão=1) resultante de ACP aos indicadores que medem os aspectos mais relevantes para a felicidade
Dimensão de felicidade 4: Reconhecimento social e consumo	Variável estandardizada (média=0 e desvio padrão=1) resultante de ACP aos indicadores que medem os aspectos mais relevantes para a felicidade
Ideia de felicidade (1. Tomar decisões que tenham a vista felicidade; 2. Importância do estar bem (consigo mesmo e com os outros) e da ajuda ao outro; 3. Valorização do bem-estar da família; 4. Concretizar objectivos; 5. Fazer o que dá prazer; 6. Investir no trabalho; 7.Outra)	Variável resultante da questão: O que é para si o mais importante para ser feliz?
Orientação para a acção (1. Estimular relações interpessoais/ convívio; 2. Conciliar dimensões da vida; 3. Fazer o que dá prazer; 4. Desenvolvimento pessoal; 5. Estabelecer objectivos; 6. Trabalho; 7. Saúde/desporto; 8. Outra; 9. Não faz nada)	Variável resultante da questão: O que tem feito para ser feliz?

Fonte: Roque Dantas (2015).

proximidade (entre as respostas) e exclusividade (cada resposta só pode ser codificada numa única categoria) (Bardin, 1994; Ghiglione & Matalon, 2001; Guerra, 2006; Roque Dantas, 2016).

A análise aqui desenvolvida envolve a utilização de testes estatísticos. Estes testes, que em seguida passaremos a enunciar, foram mobilizados com o objectivo de aferir a grandeza das relações entre as variáveis.

Assim, para avaliar as relações entre variáveis qualitativas ou categorizadas optou-se pelo teste de independência do qui-quadrado (X^2) e pela análise dos resíduos estandardizados e ajustados (R_{ij}) que contribuem para que o resultado seja significativo, permitindo assim avaliar a associação entre categorias da variável⁶.

Por outro lado, quando se procuram as relações entre variáveis de natureza quantitativa e qualitativa, recorreremos à análise da variância (*one-way* e *two-way Anova*) (F) e ao teste não paramétrico *Kruskal-Wallis* (H)⁷. As associações entre variáveis quantitativas foram avaliadas através do coeficiente de correlação de *Pearson* (R).

Procedeu-se ainda a uma Análise em Componentes Principais (ACP) para sumarizar e descrever a estrutura de relações entre vários indicadores relativos ao mesmo tema⁸.

4. Resultados

A análise dos resultados será orientada pelos contributos teóricos previamente apresentados, iniciando-se com a identificação das principais dimensões que contribuem para a felicidade individual. Seguidamente, explora-se a ideação de felicidade através dos entendimentos dos próprios indivíduos e por fim avalia-se as orientações da acção face à felicidade. Em cada um destes pontos será explorada a existência de diferenciação social, nomeadamente as regularidades e diferenças relativas ao sexo, à idade e à posição social.

4.1 Dimensões de felicidade

Tendo presente a influência conjunta de diferentes dimensões sobre as percepções de felicidade, tal como ficou expresso na revisão da literatura apresentada, foram reunidos e apresentados aos inquiridos diversos aspectos que as pessoas tendem a identificar como relevantes para a sua felicidade, pedindo-lhes que classificassem a sua importância. Assumindo que estes têm uma importância diferenciada para cada pessoa, procurou-se identificar a estrutura de relações inerentes aos seguintes indicadores: 1. Comprar tudo o que deseja; 2. Realização profissional; 3. Ter um

Tabela 2 Dimensões de felicidade (Análise em Componentes Principais com rotação Varimax)

	Contribuição em cada componente	Variância explicada (%)
Componente 1 - Profissão e segurança económica		
Boa progressão na carreira	0,814	23,3
Ter emprego estável	0,780	
Realização profissional	0,697	
Segurança financeira/poupança	0,628	
Componente 2 - Relações interpessoais e valores		
Seguir os valores e tradições familiares	0,683	12,3
Expressar as minhas opiniões e crenças	0,623	
Ter uma relação amorosa	0,570	
Ter amigos	0,450	
Componente 3 - Prazer e autonomia		
Aproveitar a vida/fazer o que gosto	0,709	10,8
Autonomia/controlo sobre a vida	0,721	
Componente 4 - Reconhecimento social e consumo		
Comprar o que deseja	0,803	9,1
Obter admiração e reconhecimento dos outros	0,634	

Fonte: Roque Dantas (2015).

emprego estável; 4. Boa progressão na carreira; 5. Autonomia/controlo sobre a vida; 6. Segurança financeira/poupança; 7. Aproveitar a vida/fazer o que gosto; 8. Obter a admiração e reconhecimento dos outros; 9. Ter uma relação amorosa; 10. Ter amigos; 11. Seguir os valores/práticas e tradições familiares; 12. Expressar as minhas opiniões e crenças. Através de uma análise em Componentes Principais foi possível extrair quatro componentes que resumem os indicadores propostos e que explicam 55,5% da variância total (tabela 2)⁹.

Com base nestes resultados podemos identificar quatro dimensões relacionadas com a felicidade: uma dimensão relacionada a *profissão e segurança económica*; uma dimensão focada nas *relações interpessoais e valores orientadores*; uma terceira dimensão que reúne aspectos de *prazer individual e autonomia*; e, por último, uma dimensão que agrega indicadores de *reconhecimento social e consumo* (tabela 2).

Uma primeira análise acerca da valorização destas quatro dimensões de felicidade entre homens e mulheres não identifica diferenças estatisticamente significativas. Contudo, e apesar dos testes estatísticos não aferirem uma relação entre as variáveis, podemos perceber algumas dissemelhanças quanto à forma como homens e por mulheres valorizam as dimensões propostas. Mais especificamente, a leitura das médias permite perceber que as mulheres valorizam positivamente as dimensões *profissão e segurança económica*, *relações interpessoais e valores* e *prazer e*

Tabela 3 Valorização média das dimensões de felicidade entre sexo, grupo etário e posição social

	Profissão e segurança económica	Relações interpessoais e valores	Prazer e autonomia	Reconhecimento social e consumo
Sexo	ns	ns	ns	ns
Homem	-0,058	-0,035	-0,038	0,077
Mulher	0,053	0,029	0,029	-0,070
Grupo etário	ns	F _(2,592) =6,170, p=0,002	F _(2,592) =21,513, p<0,001	ns
18-34	0,048	-0,153	0,256	-0,025
35-54	-0,049	0,015	0,003	0,057
>=55	-0,003	0,209	-0,406	-0,042
Posição social média	ns	ns	R=0,111; p=0,007	ns

Nota: Os valores apresentados referem-se aos resultados dos seguintes testes estatísticos: Anova (F) e Coeficiente de Correlação de Pearson (R), bem como aos valores médios que cada uma das dimensões assume entre as categorias consideradas. Estas variáveis são standardizadas, perdendo-se a escala original, mas não a orientação. A leitura dos valores deve ter em conta os valores superiores à média (valores positivos), que estão realçados a negrito e os que são inferiores à média (valores negativos).

Fonte: Roque Dantas (2015).

autonomia; ao contrário, os homens valorizam mais, em média, o *reconhecimento social e consumo* (tabela 3).

Da mesma forma, não foram encontradas associações (estatisticamente significativas) entre a posição social ocupada e a valorização de cada uma destas dimensões. A exceção é a correlação positiva e significativa (ainda que baixa) entre a valorização da *autonomia/prazer* e a posição social ocupada. Esta correlação, indica que a valorização desta dimensão aumenta a par do aumento da posição social, ou seja, que pessoas com uma posição social mais elevada tendem a valorizar mais a importância da autonomia e do prazer para a sua felicidade (tabela 3).

Os resultados indicam que a importância destas dimensões é semelhante em todos os respondentes e que todas elas contribuem para a sustentação de ideias comuns de felicidade. Ou seja, todas as quatro dimensões — *profissão e segurança económica; relações interpessoais e valores orientadores; prazer individual e capacidade de escolha; reconhecimento social e consumo* — concorrem para influenciar a percepção de felicidade dos indivíduos e todas fazem parte da sua realidade, dificultando a sua diferenciação. Mais ainda, o facto destas dimensões serem relevantes independentemente do sexo e do estatuto social, poderá ser revelador de condicionamentos sociais — *sentir o que é esperado* —, contribuindo para a uniformização das expressões de felicidade e das formas de a sentir.

No entanto, a análise efectuada em função da idade revela algumas diferenças. Mais especificamente, verifica-se que a dimensão das *relações interpessoais*,

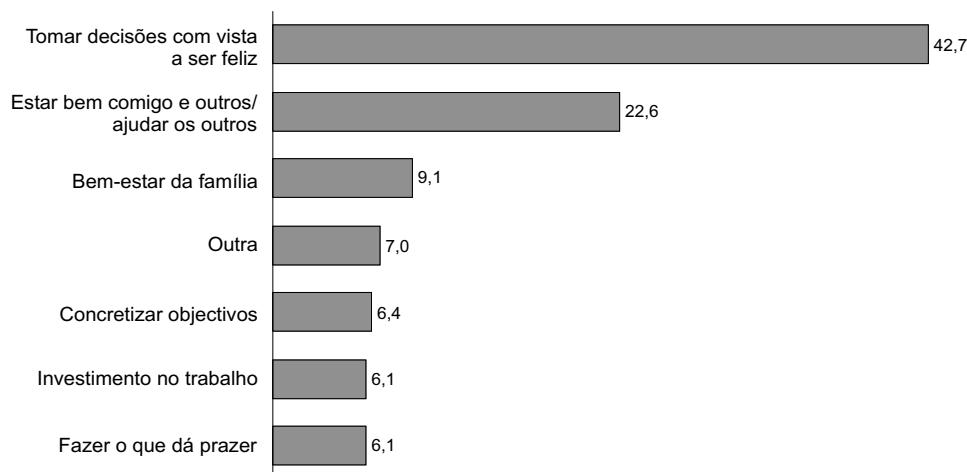


Figura 1 O que é mais importante para ser feliz? (%)

Fonte: Roque Dantas (2015).

tradições e valores é diferentemente valorizada em função do grupo etário. Os mais jovens tendem a desvalorizar esta dimensão, intensificando-se a sua importância com o aumento da idade. Por sua vez, a valorização média desta dimensão é superior no grupo etário com 55 ou mais anos, sendo estas diferenças estatisticamente significativas (tabela 3).

Pelo contrário, quando testámos a relação entre os escalões etários e a dimensão *prazer/autonomia*, verificámos que a valorização deste aspecto diminui com o aumento da idade, ou seja, são os jovens quem (em média) valoriza mais o *prazer e a autonomia* e os mais velhos quem valoriza menos, sendo que há diferenças significativas entre todos os grupos (tabela 3).

Quanto às outras dimensões identificadas — *consumo/reconhecimento social e segurança profissional e financeira* — não se detectam diferenças estatísticas significativas entre os três grupos etários.

Os resultados revelam que, apesar dos aspectos que influenciam a felicidade estarem amplamente identificados e de, globalmente, a sua importância ser consensual, há diferenças que decorrem do percurso individual. Importa, pois, aprofundar o conhecimento acerca da forma como as pessoas experienciam e expressam os seus desejos de felicidade, questão sobre a qual nos debruçaremos em seguida.

4.2. Ideia de felicidade

Ainda que grande parte dos estudos assumam que a felicidade é algo que todos desejamos e procuramos (Joshnloo, Lepshokova, Panyusheva, Natalia, Poon, Yeung, Sundaram, Achoui, Asano, Igarashi, Tsukamoto, Rizwan, Khilji, Ferreira, Pang, Ho, Han, Bae & Jiang, 2013; Joshnloo & Weijers, 2014), os resultados do ponto anterior sugerem a importância de conhecer os significados associados à felicidade de forma aprofundada. Pretende-se agora contribuir para o conhecimento do que as pessoas expressam como importante para a sua felicidade: como a idealizam e como a esperam concretizar. Mais ainda, pretende-se explorar se a ideia de felicidade é socialmente transversal, ou pelo contrário, é possível encontrar diferenciação social na produção dos seus significados.

De acordo com os nossos resultados, a ideia de felicidade assenta na *responsabilidade individual*. De facto, quando questionados sobre *o que é mais importante para ser feliz*, a maior parte dos/as inquiridos/as indica a importância de *tomar decisões que tenham em vista a felicidade* (42,7%), assumindo a sua felicidade como uma responsabilidade pessoal e dependente das decisões por si tomadas (ver figura 1). Este resultado vem claramente reforçar as considerações de McMahon (2009; 2010), nomeadamente que a concepção actual de felicidade, herdada do Iluminismo, propaga a crença de que todos *podemos, devemos e seremos* felizes. Assim pensada, a felicidade é um direito humano ao alcance de todos e só depende da acção individual.

As respostas indicam ainda a importância do *estar bem* (consigo mesmo e com os outros) e da *ajuda ao outro* (22,6%), a valorização do *bem-estar da família* (9,1%), *concretizar objectivos* (6,4%), *fazer o que dá prazer* (6,1%) e *investir no trabalho* (6,1%).

Contudo, as estratégias para alcançar felicidade não são semelhantes em toda a amostra, verificando-se especificidades decorrentes do sexo, da posição social e da idade dos/as respondentes. Nomeadamente, encontramos diferenças estatísticas significativas entre homens e mulheres relativamente à expressão de ideias de felicidade. Esta relação decorre da maior probabilidade de as mulheres identificarem *estar bem consigo e outros/ajudar os outros* como uma forma de ser feliz. A grandeza desta relação fica expressa tanto ao nível do peso das respostas (64,9% dos/as que indicam esta ideia de felicidade são mulheres), como da relação estatística entre as categorias. Refira-se ainda que os resultados parecem contrariar estereótipos de género que tendem a associar às mulheres a centralidade do *bem-estar da família*, que nesta amostra colhe maior percentagem de respostas entre os homens (56,7% dos que indicam o *bem-estar da família* como relevante para a concretização da sua felicidade são homens), ainda que a relação não seja estatisticamente significativa

Tabela 4 O que é mais importante para ser feliz? Por sexo, grupo etário e posição social

	Tomar decisões	Estar bem/ajudar	Bem-estar família	Concretizar objectivos	Fazer o que dá prazer	Investimento no trabalho
Sexo						
<i>ns</i>						
Homem	73	26	17	9	7	9
% linha	52,1%	35,1%	56,7%	65,2%	35,0%	45,0%
Res.Aj.	1,4	-2,4*	1,0	1,8	-1,2	-0,2
Mulher	67	48	13	8	13	11
% linha	47,9%	64,9%	43,3%	34,8%	65,0%	55,0%
Res.Aj.	-1,4	2,4*	-1,0	-1,8	1,2	0,2
Grupo etário						
$\chi^2_{(12)}=33,050$; $p=0,001$						
18-34	61	22	6	12	14	11
% linha	43,6%	29,7%	20,0%	57,1%	70,0%	55,0%
Res.Aj.	1,1	-2,1*	-2,4*	1,6	2,8*	1,4
35-54	46	28	17	6	3	9
% linha	32,9%	37,8%	56,7%	28,6%	15,0%	45,0%
Res. Aj.	-0,8	0,5	2,6*	-0,7	-2,0*	0,9
>=55	33	24	7	3	3	0
% linha	23,6%	32,4%	23,3%	14,3%	15,0%	0,0%
Res.Aj.	-0,3	1,8	-0,1	-1,1	-1,0	-2,6*
Posição social média						
$H(6)=14,248$; $p=0,027$						
	0,06	0,16	0,15	0,00	0,23	0,50

Nota: Os valores apresentados referem-se aos resultados dos seguintes testes estatísticos: teste t à igualdade de médias (t), teste de independência do qui-quadrado (χ^2), teste Kruskal-Wallis (U), bem como aos valores médios que cada uma das dimensões assume entre as categorias consideradas, valores absolutos, % em linha e resíduos estandardizados e ajustados entre categorias.

Legenda: *Res.Aj.*: resíduos estandardizados e ajustados entre categorias. * indica significância estatística ($|Z| > 1,96$; nível de confiança de 95%). Os valores realçados a negrito indicam uma associação positiva entre as categorias.

A leitura dos valores da variável posição social deve ter em conta que, por se tratar de uma variável estandardizada, os valores superiores à média (positivos), que estão realçados a negrito e os que são inferiores à média (negativos).

A categoria *outra* foi retirada da tabela porque reunia respostas muitos díspares, impossibilitando a sua análise como um todo.

Fonte: Roque Dantas (2015).

(tabela 4). No mesmo sentido, os nossos resultados indicam que a *concretização de objectivos* é uma estratégia para alcançar felicidade mais comum entre as mulheres, ainda que a diferença entre mulheres e homens não seja significativa.

Do mesmo modo, a ideia de felicidade não é semelhante em todas as idades. Mais especificamente, entre os mais novos destaca-se *fazer o que me apetece/dá prazer* e entre os do grupo etário intermédio o *bem-estar da família*. A leitura da tabela 4 permite ainda perceber que *tomar decisões* e *fazer o que dá prazer* perdem relevância quantitativa com o aumentar da idade.

Igualmente, foram identificadas diferenças decorrentes da posição social ocupada. Os grupos sociais com posição social média mais elevada tendem a valorizar o *investimento no trabalho* como estratégia para alcançar felicidade, mas também o *bem-estar da família e fazer o que dá prazer*. Pelo contrário, posições sociais médias mais baixas destacam a *concretização de objectivos, tomar decisões e estar bem consigo e outros*.

Assim, apesar da ideação de felicidade ser semelhante e consensual, é possível encontrar diferenças sociais subjacentes, revelando que algumas pessoas terão maior capacidade de definir e viver a sua felicidade do que outras. Se socialmente somos condicionados para desejar e idealizar felicidade, dentro de determinados parâmetros que nos chegam pela música, pelos filmes, pelos livros, pelos processos de socialização, mas também pelas redes sociais e comunicação social, a interiorização e exteriorização destes modelos não é semelhante a todo o tecido social, tal como revelam os resultados.

4.3. Orientação da acção face a felicidade

No ponto anterior foi possível perceber que a concepção de felicidade está associada à responsabilidade individual, ou seja, à convicção de que a felicidade depende das decisões pessoais. Ora, se o ideal de felicidade partilhado fica marcado pela crença nas capacidades e responsabilidade individual, também as orientações para a acção — no sentido de se ser feliz — estão imbuídas deste modelo. A expressão *life is what you make of it* (Hampe, 2013), ou o *destino está nas nossas mãos*, ilustra bem a convicção de que a felicidade é o resultado da acção individual, ou seja, das decisões tomadas e da forma como se planeia e organiza a vida.

Neste sentido, iremos agora explorar a orientação das acções desenvolvidas com vista à felicidade, bem como a sua diferenciação social em função do sexo, idade e posição social.

Entre as acções desenvolvidas para se ser feliz, destaca-se a *dedicação ao trabalho/estudo* (25%) e o investimento nas *relações interpessoais e convívio* (24,8%). Em seguida, e com menor peso percentual, surgem respostas no sentido de *gozar a vida* (12,4%), *estabelecer objectivos* (12,2%) e *dedicação ao auto-conhecimento/desenvolvimento pessoal* (10,8%). Refira-se igualmente que 4% dos/as inquiridos/as refere *não ter feito nada com vista a ser feliz*.

Também a orientação da acção apresenta diferenças de sexo, de idade e de posição social. No que diz respeito ao sexo, apesar de globalmente se observar uma relação significativa com a orientação da acção, não se verificam associações específicas (reveladas pela análise dos resíduos estandardizados e ajustados) entre categorias das variáveis (tabela 5). Quantitativamente, a leitura da tabela permite

Tabela 5 Orientação da acção por sexo, grupo etário e posição social

	Estimular relações interpessoais / convívio	Conciliar dimensões da vida	Fazer o que dá prazer	Des. pessoal	Estabelecer objectivos	Trabalho	Saúde/ desporto	Não faz nada
Sexo $\chi^2_{(7)}=20,152$; $p=0,005$								
Homem	63	11	38	25	28	71	15	11
% linha	23,7%	4,1%	14,3%	9,4%	10,5%	26,7%	5,6%	4,1%
Res.Aj.	-1,0	1,0	1,3	-1,0	-1,0	1,0	-0,3	0,0
Mulher	79	7	33	37	42	72	19	12
% linha	25,7%	2,3%	10,7%	12,1%	13,7%	23,5%	6,2%	3,9%
Res.Aj.	1,0	-1,0	-1,3	1,0	1,0	-1,0	0,3	0,0
Grupo etário $\chi^2_{(16)}=34,282$; $p=0,005$								
18-34	61	4	32	16	31	60	7	7
% linha	43,0%	22,2%	45,1%	25,8%	44,3%	42,0%	20,6%	30,4%
Res.Aj.	1,2	-1,5	1,2	-2,2*	1,0	0,9	-2,2*	-0,8
35-54	43	5	23	30	21	59	16	6
% linha	30,3%	27,8%	32,4%	48,4%	30,0%	41,3%	47,1%	26,1%
Res. Aj.	-1,5	-0,7	-0,6	2,2*	-1,0	1,6	1,4	-1,0
>=55	38	9	16	16	18	24	11	10
% linha	26,8%	50,0%	22,5%	25,8%	25,7%	16,8%	32,4%	43,5%
Res.Aj.	0,3	2,4*	-0,6	0,0	0,0	-2,8*	0,9	2,0*
Posição social média $F_{(8,564)}=2,749$; $p=0,006$								
	0,08	-0,09	-0,06	0,30	0,05	0,00	0,07	-0,61

Nota: Os valores apresentados referem-se aos resultados dos seguintes testes estatísticos: análise de variância (F) e teste de independência do qui-quadrado (χ^2), bem como aos valores médios que cada uma das dimensões assume entre as categorias consideradas, valores absolutos, % em linha e resíduos estandardizados e ajustados entre categorias

Legenda: Res.Aj.: resíduos estandardizados e ajustados entre categorias. * indica significância estatística ($|Z| > 1,96$; nível de confiança de 95%). Os valores realçados a negrito indicam uma associação positiva entre as categorias.

A leitura dos valores da variável posição social deve ter em conta que, por se tratar de uma variável estandardizada, os valores superiores à média (valores positivos), que estão realçados a negrito e os que são inferiores à média (valores negativos).

Fonte: Roque Dantas (2015).

perceber que, entre as mulheres se valoriza as *relações interpessoais/convívio*, o *trabalho*, o *estabelecer objectivos*, e o *auto-conhecimento/desenvolvimento pessoal*. Os homens apontam com mais frequência a importância do *trabalho*, *estimular as relações interpessoais/convívio* e *fazer o que dá prazer* como estratégia para ser feliz.

Da mesma forma, recorremos ao teste de independência do qui-quadrado para avaliar a relação entre a orientação da acção e o grupo etário dos/as inquiridos/as. Os resultados revelam uma associação estatisticamente significativa entre as duas variáveis. Mais especificamente, pela análise dos resíduos estandardizados e ajustados,

percebemos que a relação fica marcada pela maior probabilidade de entre os mais velhos (com 55 ou mais anos) a acção estar orientada para a *conciliação entre diferentes dimensões da vida*¹⁰ e para *não fazer nada*. O grupo etário entre os 35 e os 54 anos tende a orientar a sua acção no sentido do *auto-conhecimento/desenvolvimento pessoal*, dimensão que outros estudos revelam estar associada a posturas de vida mais conscientes e autónomas, bem como orientadas para a concretização e envolvimento na acção (Csikszentmihalyi, 2009; Lane, 2000; Roque Dantas, 2012).

Igualmente, através de uma análise de variância (*Anova*), foi possível perceber que a orientação da acção fica marcada pela posição social ocupada. Se entre as posições sociais mais baixas, as respostas vão no sentido de *não fazer nada*, *conciliar diferentes dimensões* e *fazer o que se gosta*, entre os grupos sociais mais favorecidos destaca-se o *auto-conhecimento*, *a saúde/desporto*, *as relações interpessoais*, *os objectivos* e *a dedicação ao trabalho* (tabela 5). Relembramos os contributos de Welzel, Inglehart e Kligemann (2003) que consideram que o desenvolvimento sócio-económico diminui os constrangimentos à capacidade de escolha e de decisão e aumenta os recursos individuais. No mesmo sentido, o aumento dos recursos sócio-económicos alarga o espectro das actividades possíveis, das aspirações de realização pessoal, de autonomia, aumento da capacidade individual de escolha e controlo sobre a vida.

Os resultados permitem concluir que as orientações da acção face à felicidade são socialmente diferenciadas e incorporam desigualdades sociais mais vastas. Sentir, pensar, imaginar e procurar felicidade não são opções meramente individuais, destacadas da organização social. Ainda que associadas pelos inquiridos às capacidades individuais e qualidade das suas decisões, estão profundamente marcadas pelas circunstâncias, pelos percursos e pelo meio social de inserção. Este resultado é indicador de que a forma como os significados são socialmente produzidos e incorporados se reflecte na interpretação de nós próprios e na construção do sentido das nossas acções.

5. Considerações finais

A análise realizada permitiu perceber que há diferenças sociais — decorrentes da posição social, da idade e do sexo — quanto às estratégias para alcançar felicidade e quanto às idealizações de felicidade. Estas diferenças indicam que há desigualdades sociais que trespassam as percepções de felicidade e que contribuem para distinguir as formas de sentir, experienciar e expressar felicidade. Sendo a felicidade influenciada por desigualdades sociais mais vastas, está então intimamente ligada às condições de vida e às diferenças socialmente produzidas pelas oportunidades

disponíveis. Ainda assim, no entendimento das pessoas observadas, a felicidade é apontada como uma responsabilidade individual, expressa pela ideia de que *ser feliz é uma opção pessoal* (Roque Dantas, 2008) e depende principalmente da capacidade de *tomar decisões que tenham em vista a felicidade*. Paralelamente, a literatura aponta para a importância das condições sociais para a percepção de felicidade.

Se as condições sociais influenciam a percepção de felicidade, os discursos não traduzem a sua importância; pelo contrário, diluem-na na responsabilização individual e na culpabilização dos que fracassam. O modelo dominante é de que, mesmo perante condições adversas e que nos são alheias e impossíveis de controlar, sermos felizes só depende da vontade própria.

Este modelo tem ainda inerente a convicção de que as pessoas são autónomas e têm o poder de moldar as suas vidas, sendo a felicidade o resultado desse trabalho. Mas as condições sociais limitam a liberdade, a capacidade de escolha e acção, sendo que a forma como as pessoas pensam, falam, agem e imaginam são fortemente influenciadas pelas suas circunstâncias.

Se a ideia de felicidade ao alcance de todos serviu princípios de igualdade e desejos de construir uma sociedade melhor, tal como ficou expresso na declaração de independência dos Estados Unidos da América, este princípio orientador foi-se transformando e foi criando a ilusão da possibilidade de acesso à felicidade, encobrindo desigualdades sociais das formas de sentir, tornando-se a felicidade uma promessa por cumprir.

Estas conclusões são necessariamente parciais, mas constituem um primeiro contributo para a compreensão aprofundada dos significados sociais de felicidade, situando os entendimentos dos actores sociais nos contextos em que são produzidos. Futuras investigações deverão ter em conta que as manifestações de felicidade reflectem contextos sócio-culturais e que quaisquer variações da sua expressão devem ser interpretadas face às transformações sociais ocorridas. Impõe-se, por isso, constituir indicadores de felicidade que completem a medição da sua expressão, nomeadamente com a avaliação dos seus significados e das práticas que lhe estão associadas. Este estudo, articulado ainda com indicadores contextuais, permitirá ir mais longe na compreensão das formas de sentir felicidade nas suas características inerentemente sociais.

Agradecimentos

Este estudo foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia através da atribuição de uma bolsa de doutoramento (SFRH / BD / 60889 / 2009).

Notas

1. Em 2008, na página da *World Database of Happiness* (Veenhoven, n.d.), era possível contabilizar 5671 artigos científicos dedicados ao tema da felicidade; em 2013, no mesmo site, ascendiam a 7246 e, em 2018, são já 10348. Igualmente, em 2016 uma pesquisa na EBSCO com o termo *happiness*, devolvia cerca de 8355 registos de resultados em revistas académicas e em 2018 são cerca de 31488. No mesmo sentido, Kahneman e Kruger (2006) referem que, só na área da Economia, entre 2001 e 2005, foram publicados mais de 100 artigos utilizando medidas de felicidade ou de satisfação com a vida.
2. O inquérito sociológico por questionário foi desenvolvido no âmbito de uma investigação para doutoramento. Disponível para consulta em toda a sua extensão em: <https://run.unl.pt/handle/10362/15119>.
3. A região de Lisboa concentra algumas particularidades consideradas essenciais para a abordagem aqui seguida. A cidade de Lisboa é a capital do país e o maior núcleo urbano: a população da Grande Lisboa representa cerca de 20% da do país (PORDATA, 2011); concentra cerca de 37,2% do PIB per capita nacional, 29,3% das empresas, 35,4% do pessoal ao serviço e 33,6% das exportações nacionais (INE, 2012). Esta região destaca-se igualmente pelos elevados níveis de escolaridade, assegurando 30% dos diplomados de Portugal e 31% dos alunos de ensino superior do espaço nacional (PORDATA, 2011).
4. A recolha dos dados foi feita nas entradas e nas estações de metro da cidade de Lisboa, entre Outubro de 2011 e Fevereiro de 2012, permitindo o acesso a uma população socialmente diferenciada. A decisão de procurar pessoas em diferentes espaços físicos da cidade e não circunscrever a análise a um espaço geográfico específico assenta na decisão de aceder a pessoas de diferentes estratos sociais, com diferentes percursos profissionais e com inserções sociais distintas, criando condições para que as respostas contenham variabilidade que permita o conhecimento aprofundado do fenómeno.
5. Dado a semelhante estrutura da amostra definida pelo *European Social Survey, série 5* para a região de Lisboa (632 respostas, com uma repartição por sexos semelhante — 60% das respostas são de mulheres e 39,9% são de homens —, assim como, por grupos etários — maior peso das respostas dos mais velhos (42,6%), 33% de respostas do grupo central e 24,4% dos mais novos), é representativa da estrutura demográfica da região de Lisboa.
6. Os resultados do teste de independência do qui-quadrado só foram analisados quando estavam cumpridos os seus pressupostos de aplicabilidade, nomeadamente: 1. Não mais de 20% das células com frequência esperada inferior a 5; 2. Nenhuma célula com frequência esperada inferior a 1 (Laureano, 2013; Marôco, 2011; Sheskin, 2004).
7. O cálculo e análise de resultados relativos a estes testes cumprem os seus pressupostos de aplicação, optando-se por testes não paramétricos nas situações de não cumprimento e conforme sugestões de manuais de estatística de referência (Guimarães & Cabral, 1997; Laureano, 2013; Marôco, 2011).
8. A análise em componentes principais cumpre os requisitos e procedimentos de aplicação recomendados na bibliografia de referência (Laureano, 2013; Marôco, 2011; Reis, 2001).

9. Os requisitos de aplicação foram verificados através da estatística Kaiser-Meyer-Olkin (KMO=0,7) e teste de esfericidade de Bartlett ($\chi^2_{(6)} = 1064,030$, $p < 0,001$). As componentes foram extraídas com base no critério de Kaiser e gravados os scores factoriais resultantes.
10. Refira-se que o grupo etário dos 55 ou mais anos é maioritariamente (63,4%) constituído por pessoas com idades entre os 55 e os 65 anos, ou seja, em idade activa.

Por decisão pessoal, a autora do presente texto não escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Alberto Alesina, R. Di T., & MacCulloch, R. (2004). Inequality and happiness: Are Europeans and Americans different?, *Journal of Public Economics*, 88(9-10), 2009-2042.
- Argyle, M. (2013a). *The psychology of happiness*. Londres e Nova Iorque: Taylor & Francis.
- Argyle, M. (2013b). *The social psychology of everyday life*. Londres e Nova Iorque: Taylor & Francis.
- Bardin, L. (1994). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Baudelot, C., & Gollac, M. (2003). *Travailler pour être heureux? Le bonheur et le travail en France*. Paris: Fayard.
- Blanchflower, D. G., & Oswald, A. J. (2008). Is well-being u-shaped over the life cycle?, *Social Science & Medicine*, 66(8), 1733-1749.
- Brites, R. (2014). Os impactos da crise no bem-estar subjectivo. *VIII Congresso Português de Sociologia – 40 Anos de Democracia(s), Progressos, Contradições e Prospectivas*. Évora.
- Csikszentmihalyi, M. (1997). *Flow: The psychology of engagement with everyday life*. Nova Iorque: Basic Books.
- Csikszentmihalyi, M. (2009). *Flow*. Nova Iorque: HarperCollins.
- Di Tella, R., MacCulloch, R. J., & Oswald, A. J. (2003). The macroeconomics of happiness. *The Review of Economics and Statistics*, 85(4), 809-827.
- Easterlin, R. A. (2001). Income and happiness: Towards a unified theory. *The Economic Journal*, 111(473), 465-484.
- Frey, B. S. (2009). *Felicidade. Uma revolução na economia*. Lisboa: Gradiva.
- Frey, B. S., & Stutzer, A. (2000). Happiness, economy and institutions. *The Economic Journal*, 110(466), 918-938.
- Frey, B. S., & Stutzer, A. (2001). *Happiness and economics: How the economy and institutions affect human well-being*. Princeton e Oxford: Princeton University Press.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O inquérito: Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Graham, C. (2011a). *O que nos faz felizes por esse mundo fora. O paradoxo dos camponeses felizes e dos milionários miseravelmente infelizes*. Alfragide: Texto Editores.
- Graham, C. (2011b). *The pursuit of happiness?: An economy of well-being*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press.

- Graham, C., Chattopadhyay, S., & Picon, M. (2010). Adapting to adversity: Happiness and the 2009 economic crisis in the United States. *Social Research*, 77(2), 715-748.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Lisboa: Principia.
- Guimarães, R., & Cabral, J. S. (1997). *Estatística*. Lisboa: McGraw Hill.
- Hampe, M. (2013). *Happiness as Ideology and Experience. The Problem of Unity and Plurality*. ETH Zurich, Department of Humanities, Social and Political Sciences, Chair for Philosophy.
- Helliwell, J. F. (2003). How's life? Combining individual and national variables to explain subjective well-being. *Economic Modelling*, 20(2), 331-360.
- Hills, P., & Argyle, M. (1998). Positive moods derived from leisure and their relationship to happiness and personality. *Personality and Individual Differences*, 25(3), 523-535.
- Hyman, L. (2014). *Happiness: Understandings, narratives and discourses*. Palgrave Macmillan.
- INE. (2012). *Anuário da Região de Lisboa*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Inglehart, R., Foa, R., Peterson, C., & Welzel, C. (2008). Development, freedom, and rising happiness: A global perspective (1981-2007). *Perspectives on Psychological Science*, 3(4), 264-285.
- Joshanloo, M., Lepshokova, Z. K., Panyusheva, T., Natalia, A., Poon, W.-C., Yeung, V. W.-I., Sundaram, S., Achoui, M., Asano, R., Igarashi, T., Tsukamoto, S., Rizwan, M., Khilji, I. A., Ferreira, M. C., Pang, J. S., Ho, L. S., Han, G., Bae, J., & Jiang, D.-Y. (2013). Cross-cultural validation of fear of happiness scale across 14 national groups. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 45(2), 246-264.
- Joshanloo, M., & Weijers, D. (2014). Aversion to Happiness Across Cultures: A Review of Where and Why People are Averse to Happiness. *Journal of Happiness Studies*, 15(3), 717-735.
- Kahneman, D., & Krueger, A. B. (2006). Developments in the measurement of subjective well-being. *Journal of Economic Perspectives*, 20(1), 3-24.
- Kroll, C. (2011). *Towards a sociology of happiness: Examining social capital and subjective well-being across subgroups of society*. Sociologia. London School of Economics and Political Science (LSE), Londres.
- Lane, R. E. (2000). *The loss of happiness in market democracies*. New Haven e Londres: Yale University Press.
- Laureano, R. (2013). *Testes de hipóteses com o spss – o meu manual de consulta rápida*. Lisboa: Silabo.
- Layard, R. (2005). *Happiness: Lessons from a new science*. Londres: Penguin Books Limited.
- Marôco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS statistics*. Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- McMahon, D. M. (2009). *Uma história da felicidade* (1.ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- McMahon, D.M. (2010). What does the ideal of happiness mean? *Social Research*, 77(2), 469.
- Oishi, S., Graham, J., Kesebir, S., & Galinha, I. C. (2013). Concepts of happiness across time and cultures. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 39(5), 559-577.
- Pickett, K., & Wilkinson, R. (2011). *The spirit level: Why greater equality makes societies stronger*. Londres: Bloomsbury Press.

- PORDATA. (2011). *Retrato de Lisboa, indicadores 2011*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Reis, E. (2001). *Estatística multivariada aplicada*. Sílabo.
- Roque Dantas, A. (2008). *Que vida viver? Para uma análise sociológica da felicidade enquanto projecto de vida*. *Sociologia*. FCSH/UNL, Lisboa.
- Roque Dantas, A. (2012). *A construção social da felicidade*. Lisboa: Colibri.
- Roque Dantas, A. (2015). *A felicidade enquanto recurso emocional socialmente desigual: Para uma abordagem sociológica do sentir*. *Sociologia*. FCSH/UNL, Lisboa.
- Roque Dantas, A. (2016). Análise de Conteúdo: Um caso de aplicação ao estudo dos valores e representações sociais. In M. Lisboa (Ed.), *Metodologias de investigação sociológica* (pp. 261-286). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- Sheskin, D. J. (2004). *Handbook of parametric and nonparametric statistical procedures* (3rd ed.). Cleveland: Chapman & Hall/CRC.
- Veenhoven, R. (n.d.). *World database of happiness*. The Netherlands: Erasmus University Rotterdam. Retrieved from <http://worlddatabaseofhappiness.eur.nl>
- Veenhoven, R., & Jonkers, T. (1984). *Conditions of happiness* (D.Reidel P, Vol. 2). Berlin: Springer.
- Yang, Y. (2008). Social inequalities in happiness in the United States, 1972 to 2004: An age-period-cohort analysis. *American Sociological Review*, 73(2), 204-226.
- Welzel, C., Inglehart, R., & Kligemann, H.-D. (2003). The theory of human development: A cross-cultural analysis. *European Journal of Political Research*, 42(3), 341-379.

Data de submissão: 09/11/2018 | **Data de aceitação:** 17/12/2018



FANDUBBING EM PORTUGAL UM ESTUDO DE CASO SOBRE CULTURA PARTICIPATIVA EM REDE

FANDUBBING IN PORTUGAL A CASE STUDY ON ONLINE PARTICIPATORY CULTURE

Tiago Vidal

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal.
Email: tiagovidal1991@hotmail.com

Jorge Vieira

Departamento de Sociologia e Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) do Instituto
Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal.
Email: jorge_vieira@iscte-iul.pt

Resumo: Os fãs de conteúdos mediáticos tendem a ser utilizados recorrentemente como exemplo da cultura participativa *online*. Com efeito, muitos destes fãs recorrem a ferramentas digitais como forma de expressão, desenvolvendo diferentes práticas tendo os seus objetos de *fandom* como principal catalisador. Entre estas, o *fandubbing* é uma prática que carece de atenção académica. Tendo por base uma metodologia qualitativa e os testemunhos de oito elementos pertencentes à comunidade de *fandubbers* portuguesa, este artigo tenta contribuir com informação aprofundada sobre a atividade em si, os seus praticantes, a relação com o objeto mediático e as plataformas de mediação. Como principais resultados, observámos que os *fandubbers* entrevistados possuem uma ligação íntima quer com o objeto mediático do qual são fãs, quer com a prática de *fandubbing* em si. Os utilizadores tendem, através da prática, a apreender uma série de competências, em vários casos de forma autodidata e em contextos informais de aprendizagem. Procuram ainda partilhar as suas produções, de trabalho não remunerado, em plataformas *online* públicas, como o Youtube, enfrentando subsequentemente adversidades provenientes da apropriação de conteúdos autorais.

Palavras-chave: *fandubbing*, *fandom*, cultura participativa.

Abstract: Fans of media content tend to be repeatedly used as an example of participatory online culture. Indeed, many of these fans having their fandom objects as the main catalyst, use digital tools as a form of expression, developing different practices. Among these, *fandubbing* is a practice that lacks academic attention. Based on a qualitative methodology and the testimonies of eight elements belonging to the Portuguese *fandubbers* community, this article contributes with in-depth information about the activity itself, its practitioners, the relationship with the media objects and the mediation platforms. Our main results show that *fandubbers* have a deep connection with both their fandom objects and *fandubbing* itself. Users tend, through practice, to grasp a range of skills, in several cases in a self-taught way and in informal learning contexts. They also seek to share their free labor productions on public online platforms, such as Youtube, coming across difficulties due to the copyrighted nature of the activity.

Keywords: *fandubbing*, *fandom*, participatory culture.

Introdução

São vários os utilizadores das tecnologias de informação e comunicação (TIC) que fazem uso (individualmente ou de forma colaborativa) destas como forma de criar significado(s), partilhando conhecimento e desenvolvendo relações sociais, podendo, em algumas instâncias, formar comunidades em rede sustentadas por afinidades comuns. Entre estes, os fãs de conteúdos mediáticos ao apropriarem-se de diversos conteúdos mediáticos com os quais possuem uma relação e ao transformarem-nos criativamente de acordo com as suas matrizes referenciais pessoais criando *fanfics*, *fanzines* (Duffett, 2013), entre outros coprodutos e paratextos (Graghty, 2015; Gray, 2010) são comumente apontados como exemplo de uma cultura participativa (Jenkins, 1992) em rede.

O *fundubbing* é uma prática de fãs que partilha algumas destas características. Porém, ao contrário daquelas previamente mencionadas, a informação académica sobre esta atividade é ainda parca, sobretudo no contexto nacional. Reside nesta lacuna o principal motivo que levou ao desenvolvimento desta investigação.

O objetivo primordial foi entender a prática de *fundubbing* nos seus momentos de produção e partilha *online* e a relação dos fãs com a prática e com os seus objetos de *fandom*. Desdobrando em objetivos mais finos:

- 1) Propostas de definição de *fundubbing* pelos próprios;
- 2) Modalidades de relação dos fãs com os textos mediáticos e a prática de *fundubbing*;
- 3) Potenciais competências adquiridas;
- 4) Motivações para a publicação e partilha *online* de *fundubs*;
- 5) Perceção face a trabalho não remunerado e direitos autorais;

Enquadramento teórico: *Fandom* — definição e contextualização

Com quase 30 anos de estudos de fãs são várias as formas de equacionar os fãs, dependendo esse olhar do observador e do contexto, podendo este ser mais académico, mediático ou senso-comunal. Se a investigação académica tem tentado, de forma empírica, demonstrar diversidade na abordagem aos fãs, o senso comum ainda tende a adotar uma visão patológica (Jenson, 1992) e estereotipada dos fãs (Booth & Bennett, 2016).

Fazendo um percurso histórico, o campo académico dos estudos de fãs é, em grande medida, fundado em 1992 pela compilação editada por Lewis (1992) e pela obra de Jenkins (1992), que definia na sua seminal investigação etnográfica os *media*

fans como “consumidores que também produzem, leitores que também escrevem, espectadores que também participam” (Jenkins, 1992, p. 208). Nesta ótica, os fãs são vistos como *textual poachers* participativos e produtivos (Fiske, 1992) que se reapropriam de textos canónicos como matéria prima para novas coproduções, remisturas e paratextos (Geraghty, 2015; Gray, 2010), e não como agentes passivos e recetores acríticos de conteúdos mediáticos ou mesmo como sujeitos desviantes (Jenson, 1992).

Atualmente, são várias as propostas de definição do que é o *fandom* e a condição de fã, sendo que quase todos os autores sublinham a dificuldade deste exercício conceptual, até porque este não é uma “coisa” que possa ser “capturada” analiticamente (Hills, 2002). Mark Duffett (2013), por exemplo, defende que ao poder ser experienciado de inúmeras formas e através de práticas diversificadas o conceito de *fandom* é complexo e mutável. Aliás, de acordo com Booth e Kelly (2013, pp. 61-62), mesmo dentro de uma comunidade específica de fãs de um objeto mediático, é possível notar-se diferenças nas formas de viver o *fandom*, não só de acordo com o contexto *online* e *offline*, como em relação ao próprio texto. *Fandom* significa então coisas diferentes em diferentes contextos que podem, ou não, encontrar-se interligados. Assim sendo, Duffett (2013, p. 19) procura explorar diferentes formas e componentes principais que caracterizam o *fandom*.

Em primeiro lugar, é imperativo desconstruir o estereótipo de que os fãs são simplesmente consumidores passivos. É claro que alguns destes poderão ser ávidos consumidores de produtos mediáticos, contudo não é exclusivamente a dimensão económica do consumo que define o *fandom*, mas antes sim todas as dimensões de ligação com o objeto (Duffett, 2013, p. 20). Também devemos compreender que apesar de o *fandom* poder ser percecionado enquanto um “passatempo”, já que ambos se encontram ligados a atividades de lazer, o *fandom* constitui uma forma de produção e possui uma dimensão de formação identitária (Duffett, 2013, p. 24).

Como tal, podemos definir *fandom* baseando-o também num processo de identificação (Sullivan, 2013) emocional entre o fã e o seu objeto. Como complemento conceptual, Sandvoss (2005, p. 8) define *fandom* como uma forma de envolvimento emocional e consumo regular de objetos mediáticos diversificados. Ou seja, conceptualmente trata-se de um relacionamento particular (Grossberg, 1992) estruturado sobretudo por dois vetores: investimento e envolvimento (Busse & Gray, 2011, p. 426; Sullivan, 2013). De forma mais sistematizada, Mark Duffett (2013, p. 2) define o conceito de *fandom* enquanto o “reconhecimento de uma ligação positiva, pessoal, relativamente profunda e emocional com um elemento mediático da cultura popular”.

Contudo, Sandvoss (2005, p. 6) também considera não ser possível medir a intensidade emocional que um sujeito sente pelo seu objeto, se bem que nas abordagens mais próximas da neurologia (Duarte, Afonso, Jorge, Cayolla, Ferreira & Castelo-Branco, 2017), psicologia e dos estudos de fãs desportivos, tenha sido já mobilizadas e testadas propostas de escalas para medir a ligação com o objeto e motivações — confira-se por exemplo (Wann, 1995; Wann & Branscombe, 1993).

O processo de autoidentificação enquanto fã tende a ser do foro íntimo e privado, sendo que certos utilizadores se identificam como fãs apesar de não apresentarem uma ligação emocional forte com o seu objeto, e existem fãs devotos que não se revêm enquanto fãs, devido a este termo ser considerado em alguns contextos como pejorativo. Nesta medida Duffett (2013, p. 25) explica que este processo de identificação não define exclusivamente o que é o *fandom*, mas constitui a parte pessoal e cultural do conceito, sendo que é necessário que em algum ponto o fã tenha uma relação emocional, ou pelo menos um fascínio, pelo seu objeto mediático de interesse.

Outra possível dimensão constitutiva do conceito de *fandom* será a sua dimensão performativa (Hills, 2002). Em alguns casos, é possível reconhecer um fã através do vestuário ou das suas formas de conduta. Um exemplo disto é o caso do *cosplaying*, uma prática onde fãs de diversos textos mediáticos se mascaram de personagens correspondentes a esses textos, desempenhando atividades performativas em eventos de específicos (Lamerichs, 2011). No entanto, resumir o *fandom* à sua performance pública é assumir que, primeiramente, ela existe, ignorando por completo que alguns fãs podem optar por não expor a sua identidade de fã — veja-se por exemplo o caso específico do desporto onde tal encobrimento do clube do qual se é adepto acontece muitas vezes de forma consciente e estratégica em contextos de jogo (Osborne & Coombs, 2013). E, segundo, mesmo que alguns fãs procedam à realização de práticas de caráter público, muitos deles começam por experienciar o *fandom* num contexto pessoal e privado (Duffett, 2013, p. 29), como é exemplificado no caso do *cosplay*.

Em paralelo, podemos também procurar definir o *fandom* segundo práticas de produtividade (Fiske, 1992) levadas a cabo pelos fãs em torno dos seus objetos de *fandom*, ou ainda através da partilha e discussão em comunidades de fãs (Jenkins, 1992). São vários os autores que pretendem ir para além de visões dualistas e apontam para várias formas de envolvimento e participação dos fãs, das menos sofisticadas como a distinção entre fãs e seguidores (Tulloch & Jenkins, 1995, p. 23) fãs e aficionados (Jenson, 1992; Shuker, 2001, p. 243), tal como o *continuum* de Abercrombie e Longhurst (1998) ou Wasco (2001) — tal como mobilizado empiricamente por Jorge (2011).

O que estas dimensões demonstram é que o conceito de *fandom*, e por extensão de fã, é utilizado por diversos autores de diferentes formas, não possuindo uma definição precisa (Duffett, 2013, p. 31). Contudo, existem alguns autores (Harrington & Bielby, 1995; Jenkins, 1995) que procuram definir o conceito de *fandom* por forma a incorporar todas estas particularidades, sendo que Duffett (2013, p. 31) considera que esta aproximação multidimensional ao *fandom* é relativamente melhor a reduzi-lo às suas componentes individuais.

Fãs e cultura participativa

O foco na agência dos utilizadores das TIC (Van Dijck, 2009) e na participação tem sido crescente, chegando-se a falar até de um paradigma da participação no estudo das audiências (Livingstone, 2013). Importa retrazar brevemente a sua origem.

O conceito de cultura participativa, termo cunhado por Henry Jenkins (1992; Jenkins, Purushotma, Weigel, Clinton & Robison, 2006, p. xi) no seu estudo etnográfico de fãs de conteúdos televisivos, remete para uma "... cultura que diminui barreiras à expressão artística e ao compromisso cívico, mostrando um forte apoio à criação e partilha de conteúdo e um tipo de orientação informal onde participantes mais experientes transpõem conhecimento aos principiantes". Esta definição de Jenkins salienta o importante papel dos indivíduos, destacando a produção de conteúdos de forma individual e/ou colaborativa, a partilha de informação e inclusive a introdução de um sistema informal de instrução onde utilizadores mais experientes tendem a partilhar saberes e competências.

Estas transformações ao nível da sociedade e do papel dos indivíduos também ajudam a salientar a necessidade de modificar determinados conceitos por se encontrarem muitas vezes associados a ambientes industriais, como o de produtores, produção e produto (Bruns & Schmidt, 2011, p. 3), já que através da utilização de diferentes ferramentas digitais, os utilizadores contribuem continuamente com diversos tipos de criações mediáticas, informação e conhecimentos para este ambiente digital, desempenhando atividades de produção sem se encontrarem ligados a estes contextos corporativos, atuando assim enquanto "*producers*" (Bruns, 2008, p. 21).

Vários autores, entre eles Jenkins, Purushotma, Weigel, Clinton e Robison (2006), Bruns (2008) e Benkler (2006) consideram este quadro de informação em rede e cultura participativa como um espaço mais democrático, onde os utilizadores possuem, até certo ponto, maior poder sobre aquilo que querem desenvolver e partilhar.

Contudo vários autores são críticos desta visão otimista de participação enquadrando-a antes como trabalho não remunerado (Vesnic-Alujevic & Murru,

2016) num quadro de uma economia da atenção. Fuchs (2017, p. 25), por exemplo, é bastante cético da visão democratizante destes autores, referindo que esta suposta autonomia é proporcionada por plataformas *online* desenvolvidas por organizações industriais, como por exemplo a Google e o Youtube. O próprio conceito de Web 2.0, *buzzword* criada por O'Reilly (2007) como estratégia para a reposição da confiança depois da crise especulativa da bolha dot.com (Fuchs, 2017), consiste num modelo de negócio que vive da cultura participativa. Neste sentido podemos concluir que, num quadro de uma economia da atenção, este tipo participação e de desenvolvimento de bens pelos utilizadores constitui antes uma espécie de exploração (Andrejevic, 2009) e de “*free labour*” (Bakioglu, 2016; Hesmondhalgh, 2011; Terranova, 2000, p. 35) ou “*user-generated labor*” destes amadores *experts* (Baym & Burnett, 2009). Por exemplo, em ambientes digitais *online*, os utilizadores comunicam entre si, partilham informação e disponibilizam dados e conteúdos, entre outras práticas, produzindo aquilo que Fuchs (2017) chama de “*internet prosumer commodity*”, que pode ser entendido como um perfil individual onde ficam registadas todas estas atividades que serão analisadas e vendidas a indústrias da publicidade. Segundo o autor, o modelo de negócio *online* funciona de forma análoga ao da televisão e rádio, ou seja, através de publicidade. Contudo, a grande diferença é que mercadorias compradas vão-se refletir mais tarde em publicidade direcionada para os utilizadores. Este caso é representativo de uma tendência crescente nos *media*, a cooptação (Das & Ytre-Arne, 2018; Stehling, Alujevic, Jorge & Marôpo, 2018), ou seja, o processo pelo qual as indústrias beneficiam do trabalho dos utilizadores e como lucram com estes. No caso do Youtube o valor reside na co-criatividade e nos conteúdos gerados pelos seus utilizadores no quadro de uma cultura participativa em rede (Burgess & Green, 2009).

Carpentier (2012, p. 175) define o conceito de participação no quadro mais alargado de uma teoria democrática, isto é, segundo o mesmo a participação é definida enquanto um processo político no qual os atores envolvidos nos processos de decisão são enquadrados por relações de poder (até certo ponto) iguais. Carpentier distingue dois tipos de participação: a minimalista, que é caracterizada por uma falta de balanço na divisão de poder entre os atores, e a maximalista onde existe um maior equilíbrio de poder entre todos os membros envolvidos. No entanto, dado que o controlo de grande parte das plataformas *online* pertence a empresas industriais, como é referido por Fuchs (2017), podemos assumir que nos encontramos perante um tipo de participação minimalista.

Outra crítica apontada por Danah Boyd (Jenkins, Ito & Boyd, 2016) refere como as ferramentas e plataformas digitais promovem uma participação de tipo individualista, o que pode colocar em risco o bem-estar social. Por exemplo, há

alguns anos o *slogan* do Youtube era “Do it Yourself”, e enfatizava a produção e expressão individual, mas não na necessidade de atenção e visualização das produções e expressões de outros utilizadores (Jenkins, Ito & Boyd, 2016, p. 26). No mesmo sentido, o próprio ato de construção de uma rede personalizada com base nos interesses pessoais e preocupações acaba por produzir bolhas (Pariser, 2011) e ilhas informacionais de conhecimento (Lovink, 2011) e limitar a aprendizagem e aceitação de outro tipo de ideologias e opiniões (Jenkins, Ito & Boyd, 2016, p. 28). Verificamos então que apesar de se registar uma diminuição de determinadas barreiras artísticas neste espaço *online*, emergiram paralelamente novos obstáculos e assimetrias sociais, assim como o aumento de outras já existentes. Ou seja, resfriando a perceção de uma participação ampla e global, percebendo que nem todos seremos realmente *producers* (Bird, 2011).

Fandubbing e fansubbing

O foco desta investigação é a exploração de uma prática de fãs específica, o *fandubbing*. Contudo, dada a falta de informação académica sobre esta, procurámos explorar uma prática similar – o *fansubbing* – como forma de encontrar alguns fatores que se ligassem a esta prática, já que, apesar das suas especificidades, partilham de algumas características: ambas consistem numa forma de tradução/adaptação de texto mediático. Se a primeira assenta na tradução e dobragem sonora, o *fansubbing* fica-se pela tradução textual.

Cintas e Sánchez (2006, p. 37) definem *fansub* como “uma versão traduzida e legendagem de um programa de *anime* japonês criada por fãs”, podendo esta estender-se a outros tipos de conteúdos como filmes ou dramas televisivos (Pérez-González, 2012, p. 2013).

Este é um fenómeno social *online* realizado por indivíduos não profissionais e sem preparação formal e considerado “ilegal” (Pérez-González, 2012, p. 2013) já que vive da apropriação e redistribuição de conteúdo autoral não-licenciado, mas regido por molduras éticas particulares (Ito, 2017).

Historicamente, a origem atividade de *fansubbing* esteve enraizada na dobragem de conteúdos pertencentes a contextos geográficos distantes, neste caso orientais por ocidentais. A exportação da animação japonesa para o mercado ocidental iniciou-se por volta dos anos 60, sendo que as distribuidoras optaram, como forma de adaptação linguística, por dobrar estas séries ao invés de as legendar (Pérez-González, 2009, p. 263). Contudo, dado que o público-alvo ocidental era mais generalizado, social e culturalmente diversificado do que aquele presente na cultura oriental (Pérez-González, 2009, p. 261), várias adaptações foram então feitas aos

produtos importados resultando na eliminação nos produtos importados de vários elementos de cariz cultural japonesa, transformando-os em produtos sem “odor”, ou seja: “*culturally odourless products*” (Iwabuchi, 2002).

A fim de combater esta problemática, os fãs procuraram legendar diversos produtos de diferentes culturas, introduzido em alguns casos aquilo que é chamado de “Tu Cao”, que corresponde a uma série de comentários sócio-culturais inseridos pelos *fansubbers* nos produtos mediáticos, procurando conectar os fãs aos diferentes contextos e situações que lhes são apresentados (Dwyer, 2016, p. 148).

O *fansubbing* surge assim como uma resposta a uma série de necessidades que não estão a ser colmatadas por profissionais de tradução, sendo que os fãs reconhecem esta falta de atenção dada ao papel da língua no contexto da cultura participativa, procurando resolver o problema por si próprios (Dwyer, 2016, p. 156). Contudo ao longo do tempo têm ocorrido várias ligações entre plataformas digitais dedicadas ao *fansubbing* e a indústria de entretenimento (e.g., Viki, Crunchyroll, entre outros), resultando por um lado na legitimação da prática, mas ao mesmo tempo criando debates entre as comunidades de fãs sobre a possibilidade destas conexões irem contra o próprio *ethos* da prática em si (Dwyer, 2016, p. 146).

É também importante apontar a posição da indústria face a este fenómeno, sendo que no caso da indústria de animação japonesa, esta prática é utilizada como forma de testar o mercado (Jenkins, 2008, p. 150), implicando que estamos perante uma outra situação de *free labour*.

Existem ligações entre os dois tipos de tradução narrativa: *fandubbing* e *fansubbing*. No caso das dobragens, estas foram criticadas fortemente pelos fãs devido às várias adaptações realizadas que pretendiam apaziguar o contexto cultural na qual se inseriam — a tal criação de “*culturally odourless products*” (Iwabuchi, 2002). No caso das legendagens, estas surgem como resposta a essas modificações textuais procurando elucidar e descrever as várias referências culturais encontradas no objeto mediático.

Metodologia

Numa investigação de pendor qualitativo é essencial explorar a forma como os participantes percebem o que os rodeia, ou seja, devemos tentar compreender o mundo e os seus significados segundo a perspetiva intersubjetiva dos indivíduos entrevistados (Bryman, 2012, p. 399). No caso desta investigação intensiva, procurámos, através de entrevistas realizadas a membros da comunidade de *fandubbers* portuguesa, compreender a prática do *fandubbing* segundo o olhar e discursos dos seus principais protagonistas — os próprios *fandubbers*.

No que concerne aos critérios de seleção de participantes no estudo, a ênfase foi colocada numa inserção efetiva na comunidade, sendo que certos aspetos como antiguidade da prática ou volume de *fundubs* realizados não foram considerados como fatores determinantes para essa escolha, já que o objetivo do trabalho foi apresentar a prática de *fundubbing* e os seus praticantes enquanto indivíduos com diferentes, ou semelhantes, perceções em relação à atividade e ao objeto de interesse. Através de uma estratégia de recrutamento em bola de neve, foram convidados enquanto parte de uma amostra não representativa de 8 *fundubbers*: seis elementos do género masculino e dois do género feminino, entre os 19 e os 26 anos, sendo identificados através da letra F, seguido de um número que corresponde à ordem da realização da entrevista. No que toca ainda à sua caracterização, a maioria referenciou estar a trabalhar, encontrando-se alguns a frequentar graus de ensino, seja superior ou profissional. Ora, quer em contexto profissional ou académico, muitas destas ocupações relacionam-se com multimédia, nomeadamente em contextos digitais *online*, ou então com teatro e representação, ou seja, domínios e valências pertinentes e capitalizáveis na prática de *fundubbing*. Os locais de residência estão distribuídos por Portugal continental. Do total, pelo menos três viviam nos arredores de Lisboa, e os restantes encontravam-se em regiões mais a norte de Portugal (por exemplo, Coimbra e Porto). A maioria vive com o agregado familiar.

Em relação às entrevistas, vários autores, entre eles Salmons (2016), referem diversas vantagens na utilização de métodos de inquirição *online* como forma de obter informação sobre os diferentes significados atribuídos pelos indivíduos à realidade social (Bryman, 2012, p. 399) aliada a uma melhor gestão de recursos. O *software* Skype foi então considerado uma boa alternativa para o desenvolvimento das entrevistas, pois possibilitou a mediação de encontros através de vídeo com os entrevistados, sendo possível ter em atenção aos contextos e alguns indícios, nomeadamente expressões faciais e mudanças na tonalidade de voz.

Contudo, este tipo de recolha de informação também possui algumas limitações: primeiramente, encontramos dependentes dos recursos tecnológicos dos entrevistados para a realização das entrevistas; segundo, dado que a interação com os entrevistados é mediada e não ocorre em copresença existe uma maior possibilidade de estes poderem ser interrompidos durante as entrevistas (Salmons, 2016), especialmente quando consideramos que em todos os casos analisados, os utilizadores encontravam-se nos seus domicílios, onde situações como interrupções por parte de terceiros, poderiam afetar substancialmente o fluxo discursivo e consequentemente o desenrolar das entrevistas; e finalmente, a dependência de um mediador tecnológico para este tipo de recolha de informação pode ser problemático, dada a possível existência de problemas técnicos (e.g., problemas com o Skype,

com o computador, entre outros) (Hooley, Marriott & Wellens, 2012) quer por parte do entrevistador, e/ou do entrevistado, podendo resultar numa interrupção prolongada da entrevista ou em casos mais gravosos, no seu término.

As entrevistas foram desenvolvidas em torno dos objetivos principais da investigação, seguindo um formato semi-estruturado. Primeiramente procurámos explorar, de uma forma generalizada, representações sobre o conceito de *fandubbing* de acordo com a interpretação pessoal dos entrevistados, propondo questões relacionadas com elementos mais técnicos da prática, como quais os materiais e ferramentas utilizadas, o processo de desenvolvimento e qual o produto final. De seguida explorámos as relações existentes entre os fãs, o seu objeto de *fandom* e a prática em si, questionando-os sobre os primeiros contactos com a prática e a forma como estes se relacionam com os objetos que são escolhidos para serem transformados. Posteriormente tentámos saber como é que os entrevistados adquiriram as competências necessárias para o desenvolvimento da atividade, inquirindo sobre contextos de aprendizagem. Seguidamente focámo-nos em perceber os motivos por detrás da partilha dos seus produtos e qual a sua perceção face aos comentários feitos aos seus *fandubs*. Finalmente, os fãs foram questionados sobre a sua posição sobre direitos de autor, e quais as dificuldades em partilharem *online* os seus conteúdos apropriados.

Resultados

Como é que os participantes definem o fandubbing?

Primeiramente, procurou-se identificar a prática em si segundo as representações e definições de *fandubbing* por parte dos entrevistados. Os *fandubbers* F1 e F4 definem a atividade como dobragens amadoras, totais ou parciais, de um dado texto mediático (filmes e séries de animação ocidental ou oriental, videojogos, séries de ação, conteúdos *online* e, em alguns casos, músicas), onde todas, ou parte das personagens, são dobradas por um fã ou vários, e em que cada um desempenha diferentes papéis. É importante notar que o conceito de dobragem, no caso da atividade de *fandubbing*, não implica forçosamente a adaptação de um texto de uma língua para outra, sendo que de acordo com a *fandubber* F3 a escolha do texto para a dobragem surge pelo interesse do fã e não inevitavelmente por particularidades mais técnicas como o idioma, tempo ou género de conteúdo. Apesar de a prática de *fandubbing* consistir, efetivamente, no ato de dobragem de um determinado texto, na maioria dos casos, o produto final corresponde a um vídeo que junta as gravações feitas pelos fãs, ou seja, o processo de dobragem, com o texto selecionado, resultando naquilo que os fãs designam de *fandub* (F4).

É então importante ter em consideração que a elaboração de um *fandub* implica a apropriação de um texto mediático com o qual o fã detém uma ligação, mais ou menos, íntima, recorrendo à utilização de várias ferramentas digitais para a obtenção do objeto mediático (F1). Este trabalho não remunerado é realizado de forma amadora e sem apoio, financeiro ou técnico, de estúdios profissionais de dobragens, sendo realizado em contextos amadores e domésticos ou pelo menos, não profissionais (F4) assemelhando-se a outras práticas de fãs descritas por Duffett (2013, pp. 170-171; 186-187) onde se dá a apropriação de objetos mediáticos e a sua transformação criativa por indivíduos, em vários casos, com um perfil amador.

O produto final tende a ser público, sendo partilhado em plataformas sociais *online*, como por exemplo o Youtube (F4).

F1: “Bem, o *fandubbing* (...) não é algo que é feito por obrigação, (...) mas sim pelo amor que uma pessoa tem a uma cena determinada, pode ser de um filme, pode ser de uma série, animada ou de imagem real...”

No caso de F1 deve existir uma relação íntima entre este e o seu objeto, que o impulsiona à realização da prática. Por sua vez, F4 refere que *fandubbing* “é quando uma pessoa, que tem interesse pela área das dobragens, tenta fazer dobragens em casa”, valorizando antes o gosto pela atividade como algo determinante para a definição do próprio conceito. Esta separação não implica que exista uma disjunção entre o objeto de *fandom* e a prática em si, muito pelo contrário, a realização da atividade de *fandubbing* ocorre, na maioria dos casos, como uma resposta à ligação do fã com o seu objeto de interesse, ou com algum elemento específico deste, sendo que aquilo que vai variar é antes a intensidade dessa relação e os diferentes motivos que levam à criação desse relacionamento. Apesar de o texto funcionar como um catalisador para o desenvolvimento da prática, o *fandubber* tende também a desenvolver um interesse pela prática em si. Todavia, quando questionados sobre a prática de *fandubbing*, os fãs entrevistados costumam valorizar um destes interesses, não necessariamente esquecendo o outro, mas valorizando-os de formas diferentes. Assim sendo as relações com os textos e com a atividade em si são dois fatores determinantes na construção da identidade do *fandubber*.

Relações entre o fandubber, o objeto de fandom e a prática de fandubbing

Posteriormente foi explorado o início desta prática. Como vimos Duffett (2013, p. 2) define inicialmente o conceito de *fandom* como o reconhecimento de uma ligação profunda e pessoal com um elemento mediático, algo que se reflete no caso dos *fandubbers* F1 e F5, em que é referida uma ligação com um tipo de produto mediático específico que data às suas infâncias, neste caso, conteúdos cinematográficos da Disney, e que, pelo menos no caso de F5, se manteve até ao presente, refletindo a

lealdade da fã enquanto consumidora continuada desta marca (Hills, 2002, p. 36). Motivados por esse interesse, os *fandubbers* realizavam uma série de práticas envolvendo citações vocais, totais ou parciais, dos respetivos textos mediáticos, refletindo o interesse dos fãs pela área de dobragens. Ambos optam por se focar na relação pessoal com os textos, sendo que as atividades desenvolvidas funcionavam como uma espécie de reflexo, ainda que imperfeito (Duffet, 2013, p. 26), dessa relação.

Contudo a ligação entre o *fandubber* e o seu objeto não tem necessariamente de derivar de um sentimento nostálgico (Bolin, 2016). Por exemplo, F8 refere que o critério para a seleção do produto que irá dobrar deverá ser algo do género comédia, não referindo qualquer texto específico. Por sua vez, F3 explica esta seleção pode ser baseada na identificação com diferentes emoções transmitidas num excerto específico do mesmo, impulsionando-a para a realização da prática, ou seja, a conexão pode ser feita com determinados elementos parcelares. Outra vezes, como é no caso de F6, o interesse recai antes numa personagem específica de um determinado produto mediático. Esta seleção da personagem a dobrar é um elemento importante para a produção de *fandubbing*, independentemente de constituir, ou não, a principal motivação para o seu desenvolvimento.

F3: [Eu posso selecionar um conteúdo para dobrar] por ser desafiante em termos pessoais. Por exemplo, fazer uma voz completamente diferente da minha. Eu tenho uma voz muito aguda, muito fofa... e fazer desta voz uma coisa mais maléfica e macabra, por exemplo, é desafiante. (...) é porque é um desafio em termos pessoais, [ou então, porque eu] gosto muito daquela personagem ou então porque eu acho que a minha voz se assemelha à da personagem...

F3 refere duas razões que podem contrapor-se quando falamos na seleção de uma personagem para dobrar. Primeiramente, é necessário compreender que um fã pode desenvolver uma ligação íntima com uma personagem particular de um texto o que, conseqüentemente, pode levar o *fandubber* a querer interpretar essa personagem. Em contrapartida, a fã também refere a possibilidade de seleção de uma personagem baseando-se apenas na semelhança de voz. Dado que a prática de *fandubbing* consiste numa dobragem, a adequação da voz é um fator valorizado por vários *fandubbers*, aliás, alguns deles, em determinadas ocasiões, acabam mesmo por abdicar de dobrar aquilo que gostam (F5).

Compreendemos assim que apesar de existir uma relação entre o *fandubber* e o seu objeto, existe igualmente uma ligação íntima entre este e a prática em si. F8 explica que teve, desde muito jovem, uma ligação próxima com as dobragens, realizando atividades que envolviam a gravação de falas suas em áudio e de conteúdo mediático em vídeo. De seguida o fã reproduzia os dois conteúdos gravados em

simultâneo, procurando simular um efeito de dobragem. Neste caso, a ênfase do fã é atribuída à ligação com a parte eminentemente prática e técnica do *fandubbing* e com o seu desenvolvimento, o que não implica que não exista uma relação com um objeto de interesse, mas antes que o entrevistado optou por focar-se mais na relação empírica com a própria atividade.

Os casos supracitados demonstram a existência de relações com os objetos e a prática que tiveram início num contexto historicamente e tecnologicamente distinto do contemporâneo, caracterizado por uma maior digitalização e comunicação em rede o que possibilita não só um acesso mais diversificado e facilitado a conteúdos, mas também a ferramentas de manipulação digital. É importante compreender que apesar de muitos *fandubbers* começarem a desenvolver o interesse pelo dobragem desde muito novos, a prática é identificada pelos mesmos como sendo aquela desenvolvida no contexto digital atual, considerando este como determinante para a realização da atividade, não só por causa do acesso a diferentes ferramentas e conteúdos *online*, como também pela acessibilidade a uma dimensão social caracterizada pela facilitação da comunicação com outros fãs, criação de grupos de interesse e a publicação dos respetivos produtos para um público interessado (F7, F8 & F4). É neste espaço *online* que alguns entrevistados entraram em contacto com a prática pela primeira vez. No caso de F4 e F7, foi mediante a exploração e experimentação com diferentes recursos digitais, segundo um tipo de participação *messing around* (Ito, Horst, Bittanti, Boyd, Herr-Stephenson, Lange, Pascoe & Robinson, 2008, p. 22), e tendo por base os seus textos de *fandom*, que os fãs acabaram por “descobrir” a prática, desenvolvendo um interesse posterior por esta.

Aprendizagem e consolidação de competências

Dado que a prática de *fandubbing* consiste primariamente numa dobragem, existem várias competências que podem ser desenvolvidas, nomeadamente conhecimentos técnicos de edição de conteúdos audiovisuais, mas também dramaturgicos ou mesmo gestão de projetos.

São várias as formas de aprendizagem deste tipo de competências, sendo que algumas podem encontrar-se associadas a conhecimentos apreendidos em estabelecimentos de ensino tradicionais, sendo depois transpostos para esta atividade, enquanto que outras podem ser adquiridas de forma informal autodidata. Por exemplo, no caso de F3 e F4, ambos referem ter conhecimentos teatrais, apreendidos através de formações ou outros meios de aprendizagem mais tradicionais, que consideram úteis para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da prática de *fandubbing*. Contudo, isto não implica que todas as competências são exclusivamente adquiridas em contextos escolares e formais, até porque as mesmas encontram-se dependentes

dos trajetos educativos de cada fã. Por exemplo, ainda no caso de F3, esta explica que o seu acervo de conhecimento sobre a edição de elementos audiovisuais resultou de uma aprendizagem autodidata informal, sendo que a *fandubber* procurou tutoriais *online*. Na descrição de cultura participativa, Jenkins Purushotma, Weigel, Clinton & Robinson (2006, p. xi) explica como utilizadores mais experientes podem partilhar o seu conhecimento através de um sistema de ensino/aprendizagem informal em rede. Tal reflete-se no caso de F4, que relata que os seus conhecimentos de interpretação e estudo das personagens foram desenvolvidos com a ajuda de membros da comunidade através da Internet. Estas formas de aprendizagem ajudam não só a caracterizar alguns *fandubbers* enquanto indivíduos autodidatas, capazes de explorar e desenvolver competências diversas, tendo por objetivo complementar os seus interesses pessoais como também a definir a comunidade de *fandubbers* portuguesa enquanto um espaço em rede sustentado pela construção e partilha de conhecimento entre os diversos pares. As habilidades e competências dos *fandubbers* são então o resultado de uma junção de saberes, e desenvolvimento posterior, que deriva de diferentes contextos, mais ou menos institucionais, neste caso escolares e/ou profissionais e em comunidades de interesse informais.

Publicação e partilha de fandubs

Na definição do conceito de *fandubbing*, foi referido que este podia ter um carácter público, isto porque na maioria dos casos os fãs procuraram partilhar os seus produtos em plataformas sociais *online* como, por exemplo, o Youtube. As motivações que levam à publicação dos textos modificados são variadas, mas relacionam-se em grande parte com o interesse pela prática e respetivo objeto de *fandom*. Por exemplo, F8 justifica a sua partilha como uma forma de exposição social das suas competências enquanto *fandubber*. Por seu turno, F4 partilha o seu conteúdo como uma forma de expor publicamente, o seu *fandom* pessoal assim como o texto com que partilha essa relação. A publicação de *fandubs* acaba então por ser uma forma de exposição, mas também de expressão identitária.

A publicação em plataformas *online* implica que estes se encontrem expostos a comentários e críticas públicas por parte de utilizadores que são identificados pelos *fandubbers* como consistindo, na sua maioria, em crianças e jovens-adultos que possuem uma ligação com o texto original que está a ser dobrado (F4), e/ou que tenham interesse na área de dobragens, encontrando-se entre estes outros *fandubbers* (F8). Apesar da maioria dos fãs conseguirem caracterizar de uma forma generalizada a sua audiência, o desenvolvimento dos *fandubs* não é habitualmente feito com um público-alvo em mente, sendo que este é mais uma consequência da exposição do produto em si, do que propriamente um objetivo da produção. Contudo, isso não

implica que os *fandubbers* não tenham em consideração os comentários destes utilizadores, muito pelo contrário. F2, por exemplo, refere a importância de receber *feedback* como algo “bom”, independentemente de este ser positivo ou negativo, apesar de realçar os comentários favoráveis por lhe transmitirem uma sensação de satisfação pessoal ao saber que os utilizadores gostaram do seu trabalho. Outro tipo de apreciação valorizado pelos fãs consiste no *feedback* disponibilizado por membros da própria comunidade e que pode funcionar como elemento de aprendizagem a ter em atenção durante o desenvolvimento de futuros projetos. Adicionalmente, a partilha destes conteúdos é também considerada uma mais valia dentro da própria comunidade de *fandubbers*, já que permite aos diferentes membros ter uma perceção das diversas competências do fã em questão, podendo eventualmente resultar no desenvolvimento de projetos colaborativos e inclusive mesmo na criação de grupos dentro da comunidade, o que acaba por não ir ao encontro à posição de boyd (Jenkins, Ito & Boyd, 2016) de participação mais individualista nos contextos *online*. Contudo, a partilha de *fandubs* nas plataformas digitais acarreta várias implicações para os *fandubbers*.

Perceção face a trabalho não remunerado e direitos autorais

Considerando a natureza desta prática de fãs, que envolve a apropriação de conteúdo criado originalmente por outros autores e sua respetiva adaptação sonora para outro idioma, e que o produto final será, na maioria dos casos, publicado em plataformas digitais *online* de domínio público, os fãs referem as diversas adversidades no que toca à exposição dos seus trabalhos.

F3 : (...) o Youtube tem esta coisa chamada direitos de autor... e é por causa disso que eles bloqueiam vídeos (...) Eu nunca tive um *strike* [um aviso por parte da plataforma] que levasse o meu canal a ser bloqueado... mas muitos dos meus vídeos foram bloqueados não só em Portugal, como no resto do mundo (...) E isso é uma treta porque (...) para começar, eu não monetizo os meus vídeos (...) e depois, porque sim... a animação pertence à Disney, ou à Dreamworks ou seja quem for e a música pertence a outra pessoa qualquer, mas a voz no vídeo pertence-me!

Primeiramente é importante referir que a plataforma mencionada pelos entrevistados, no que toca ao tópico de direitos de autor, é o Youtube. De acordo com F3, a forma como o sistema de direitos autorais funciona neste espaço resulta muitas vezes no bloqueamento do conteúdo infrator, tornando-o indisponível a nível nacional e/ou internacional, ou, na pior das circunstâncias, na terminação do canal do utilizador. Nenhum dos *fandubbers* criticou o conceito de direitos de autor em si,

defendendo que todos deveriam ser capazes de proteger aquilo que lhes pertence (F4 & F6). Contudo, muitos fãs parecem concordar que as consequências pela utilização de conteúdo não licenciado no Youtube são demasiado severas, alguns, como F3 e F7, chegam mesmo a demonstrar o seu desapontamento pelo facto de não conseguirem partilhar os *fandubs* que lhes deram tanto trabalho a produzir. Tal como F3, muitos procuram justificar a publicação dos produtos utilizando dois argumentos: primeiro, os fãs não possuem qualquer tipo de lucro com o desenvolvimento da prática (F5 & F6); segundo, porque apesar de estes reconhecerem que o texto original pertence aos respetivos detentores de direitos autorais, a voz do fã continua integrada no *fandub* em si, e esta é de exclusiva autoria dos próprios *fandubbers*.

No entanto, alguns fãs mencionam um outro tipo de “penalidade” aplicada pelo Youtube que, de acordo com estes, é significativamente menos prejudicial que aquelas referidas anteriormente, consistindo na integração de anúncios publicitários nos seus vídeos, implicando que os gestores da plataforma e autores dos textos originais em questão, possam lucrar diretamente e indiretamente com o conteúdo desenvolvido pelos *fandubbers*. Podemos então argumentar que isto consiste numa forma de cooptação de *free labour*, como descrito por Terranova (2000, p. 35; 2013), em que as produções dos utilizadores tornam-se numa fonte de rendimento para grandes empresas (Fuchs, 2017). Tal podia ser considerado problemático para os fãs, já que outras entidades iriam beneficiar do trabalho aplicado no desenvolvimento destes projetos de fãs. Mas, pelo contrário, a maior parte deles não parece incomodado por esta possibilidade (F6), ou então que a mesma não os afeta de todo (F4), já que os mesmos não rentabilizam a prática, alguns referindo inclusive que esta não é “popular” o suficiente para ser rentável a qualquer nível (F2), optando por indicar a dificuldade em publicar o seu conteúdo no Youtube como o seu principal problema com a plataforma. Existem alguns, como F3, que referem esta situação de *free labour* como sendo “psicologicamente problemática”, afirmando que é incomodativo que outros estejam a lucrar com a sua voz, mas que se recusa a deixar de produzir conteúdos por causa disso (F3). Por outro lado, existem alguns fãs que concordam, de bom grado, com esta política de direitos de autor, já que os permite “ajudar” os autores dos objetos mediáticos que os *fandubbers* optam por dobrar e com quem partilham uma ligação. F8 explica que “No que toca a *fandubs*, eu não creio que haja qualquer problema [com os detentores de direitos autorais integrem anúncios nos vídeos], porque é uma forma de sustentar... de certa maneira... a companhia que criou aquilo que tu escolheste dobrar” (F8). Esta perceção sobre o assunto coincide com o conceito de Duffett de que “... ser fã significa *amar* o artista e compreender onde se encontram limites” (2013, p. 110). Apesar de os *fandubbers*

possuírem uma ligação profunda com o objeto de *fandom* que optam por dobrar, estes continuam a reconhecê-lo como pertencendo a outra entidade, procurando mesmo ajudá-la. Relativamente à possibilidade de os gestores da plataforma lucrarem com os *fandubs*, os fãs menos críticos também parecem não considerar isto problemático, percecionando esta ação como um compromisso justo, dado que estes utilizam o Youtube como forma de publicarem o seu trabalho (F1).

Apesar de podermos argumentar que existe a falta de uma perspetiva mais crítica por parte dos *fandubbers* face ao conceito de *free labour* no Youtube, tal parece ocorrer devido ao objetivo de maximização da partilha, o que pode levar a que os fãs ignorem completamente esta problemática já que a sua preocupação principal relaciona-se com a partilha de conteúdos em si. Contudo, apesar da perceção negativa do Youtube, quer devido às suas restrições face à utilização de material não-licenciado, ou devido à possibilidade de os fãs serem explorados por esta plataforma social, a maioria dos *fandubbers* afirma que não publicaria os seus conteúdos em outras plataformas se estes só pudessem escolher uma, independentemente de estas serem geridas por utilizadores, semelhante ao Wikipédia, ou não.

F4: “Na minha mente, tem tudo a haver com exposição (...) é um modelo *pay-to-win*, ou seja, se não pagarmos pela exposição o vídeo não alcançará ninguém [e] infelizmente, o modelo de prática do Youtube funciona desta forma (...).”

Isto significa que mesmo que os fãs tivessem acesso a um *website* que resolvesse os problemas previamente mencionados, a maioria só consideraria uma mudança de plataforma se esta tivesse o mesmo nível de exposição que o Youtube, dando ainda mais ênfase à importância da partilha dos seus conteúdos a um público interessado, ao ponto de estes aceitarem a possibilidade de serem explorados em troca desta.

Conclusão

Este artigo teve como intuito conhecer melhor uma prática de fãs pouco estudada, o *fandubbing*, recorrendo para tal aos discursos de uma amostra não representativa de praticantes e balizada no contexto nacional contemporâneo. Como objetivo central interessava perceber de forma mais fina os formatos de relacionamento dos *fandubbers* com, por um lado os objetos que escolhem reapropriar e, por outro, com a prática.

Como contributos, no que diz respeito à relação entre os *fandubbers* e o texto mediático, é importante referir que existem não só diferentes formas de experienciar e viver o *fandom* individual (Duffett, 2013, pp. 20-30) mas também diferentes elementos com os quais os fãs estabelecem uma relação pessoal. De acordo com a amostra, a relação, de intensidade variável, pode ser motivada pelo gosto e interesse por um dado texto mediático ou apenas por certas personagens ou cenas

específicas. Alguns fãs referem ter desenvolvido *fandubs* de produtos com os quais partilham memórias nostálgicas que datam há sua juventude — fase da vida essencial para a produção de nostalgia mediática (Bolin, 2016). Tal remete ainda para a ideia de que os fãs possuem um tipo de relação continuada com o produto e que se pode estender ao longo do tempo biográfico. Contudo, os fãs também admitem estabelecer uma ligação forte com a prática em si, em alguns casos resultando da posterior experimentação com diversas ferramentas digitais, identificando evidências de um tipo de participação *messing around* (Ito, Horst, Bittanti, Boyd, Herr-Stephenson, Lange, Pascoe & Robinson, 2008). O *fandubbing*, que apesar de ser inicialmente encarado enquanto um passatempo para alguns, é caracterizado por elementos com os quais o fã sente uma identificação intensa, tornando esta atividade parte da identidade pessoal dos seus praticantes.

De acordo com as representações dos fãs entrevistados, o *fandubbing* pode ser definido como o processo de dobragem de variados textos mediáticos, com os quais os fãs possuem algum tipo de relação, mais ou menos intensa, através da utilização de diversas ferramentas de edição de objetos multimédia e de captação de áudio, sendo que o produto final, designado de *fandub* é habitualmente partilhado em diferentes plataformas digitais, tendo sido o Youtube a mais referida.

No que toca às competências, ficámos a saber que estes fãs inquiridos procuraram desenvolver uma série de conhecimentos relacionados com dimensões técnicas como o tratamento de áudio, edição de vídeo, mas também dramáticas como o estudo de personagens, que lhes permitem, segundo os mesmos, desenvolver *fandubs* de melhor qualidade. Vários *fandubbers* explicam que muitas destas competências resultam da articulação de conhecimentos adquiridos em contexto escolar com aqueles desenvolvidos através de uma investigação autodidata em contextos informais.

Estas produções são depois publicadas em plataformas sociais *online*, nomeadamente o Youtube, como uma forma de exposição pública do seu trabalho e das suas identidades, identificando os comentários dos utilizadores, assim como o dos seus pares, como, normalmente, um reforço positivo para o desenvolvimento da prática podendo eventualmente resultar na elaboração de projetos colaborativos.

Quando confrontados com o conceito de direitos de autor face à natureza da prática de *fandubbing*, os fãs dizem compreender a importância da propriedade intelectual, mas argumentam que as políticas impostas na plataforma do Youtube são demasiado severas, impossibilitando os *fandubbers* de publicarem o seu conteúdo e que o seu objetivo não é de lucro com a prática, mas antes sim uma disseminação dos textos escolhidos — aumentando assim o seu valor cultural e, como tal económico num quadro de uma economia da atenção. Numa leitura mais crítica, esta atividade, que é dita como frequente, também representa uma forma de *free labour* (Terranova,

2000, p. 35) para plataformas que subsistem graças às produções audiovisuais não remuneradas desenvolvidas por utilizadores amadores (Burgess & Green, 2009).

Em termos de limitações é importante referir que esta análise exploratória re-flete somente alguns aspetos característicos do *fandubbing* e dos seus protagonistas e não todas as suas nuances. Outro ponto a ter em atenção é a falta de representatividade da amostra que poderia ser colmatada com mais participantes no estudo.

No que fica para eventuais agendas de investigação futuras damos pistas para questões de pesquisa adicionais, nomeadamente se as competências adquiridas no desenvolvimento da prática são capitalizáveis noutros contextos, e, se sim, de que forma; e qual a atitude dos fãs face às dobragens profissionais. Metodologicamente seria interessante mobilizar uma estratégia etnográfica, *online* e *offline*, no sentido de aprofundar a pesquisa e procurar eventuais segmentações e perfis de fãs.

Como contributo, este tipo de investigação qualitativa de pendor exploratório cumpriu o seu objetivo inicial, tendo disponibilizado várias pistas referentes à prática de *fandubbing*, nomeadamente a ligação existente entre o fã e o seu objeto, a relação com a prática que é revestida de orgulho identitário e que potencia a aquisição de competências autodidatas em contextos informais não escolares, normalmente mediados pela internet e com uma componente colaborativa.

Notas

Este artigo consiste numa versão revista, editada e com novas dimensões de análise da dissertação “Representações, identidade e práticas de fãs na cultura participativa: Um estudo de caso sobre *fandubbing* em Portugal” de Tiago Vidal orientado por Jorge Vieira no ISCTE-IUL.

Por decisão pessoal, os autores do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Abercrombie, N., & Longhurst, B. (1998). *Audiences*. Londres: Sage.
- Andrejevic, M. (2009). Exploiting YouTube: Contradictions of user-generated labor. In P. Snickars, & P. Vonderau (Eds.), *The YouTube reader* (2ª Ed.) (pp. 406-423). Estocolmo: The National Library of Sweden.
- Bakioğlu, B. S. (2016). Exposing convergence: YouTube, fan labour, and anxiety of cultural production in ‘Lonelygirl15’. *Convergence*, 24(2), 184-204.
- Baym, N. K., & Burnett, R. (2009). Amateur experts. *International Journal of Cultural Studies*, 12(5), 433-449.
- Benkler, Y. (2006). *The wealth of networks: How social production transforms markets and freedom*. Haven Connecticut: Yale University Press.

- Bird, E. (2011). Are we all producers now?. *Cultural Studies*, 25(4-5), 502-516.
- Bolin, G. (2016). Passion and nostalgia in generational media experiences. *European Journal of Cultural Studies*, 19(3), 250-264.
- Booth, P., & Bennett, L. (2016). Introduction: Seeing fans. In L. Bennett, & P. Booth (Eds.), *Seeing fans: Representations of fandom in media and popular culture* (p. 1). Londres: Bloomsbury.
- Booth, P., & Kelly, P. (2013). The changing faces of Doctor Who *fandom*: New fans, new technologies, old practices?. *Participations. Journal of Audience & Reception Studies*, 10(1), 56-72.
- Bruns, A. (2008). *Blogs, Wikipedia, Second Life and beyond: From production to produsage*. Nova Iorque: Peter Lang.
- Bruns, A., & Schmidt, J. (2011). Produsage: A closer look at continuing developments. *New Review of Hypermedia and Multimedia*, 17(1), 3-7.
- Bryman, A. (2012). *Social research methods*. Oxford: Oxford University Press.
- Burgess, J., & Green, J. (2009). *YouTube online video and participatory culture*. Cambridge: Polity Press.
- Busse, K. B., & Gray, J. (2011). Fan cultures and fan communities in nightingale. In V. Nightingale (Ed.), *The handbook of media audiences* (pp. 425-443). Londres: Blackwell.
- Carpentier, N. (2012). The concept of participation. If they have access and interact, do they really participate?. *Fronteiras*, 14(2), 164-177.
- Cintas, J. D., & Sánchez, P. M. (2006). Fansubs: Audiovisual translation in an amateur environment. *The Journal of Specialised Translation*, (6), 37-52.
- Das, R., & Ytre-Arne, B. (2018). *The future of audiences. A foresight analysis of interfaces and engagement*. Cham: Palgrave Macmillan.
- Duarte, I., Afonso, S., Jorge, H., Cayolla, R., Ferreira, C., & Castelo-Branco, M. (2017). Tribal love: The neural correlates of passionate engagement in football fans. *Social Cognitive and Affective Neuroscience*, 12(5), 718-728.
- Duffett, M. (2013). *Understanding Fandom: An introduction to the study of media fan culture*. Nova Iorque: Bloomsbury.
- Dwyer, T. (2016). Multilingual publics: Fansubbing global TV. In P. D. Marshall, G. D’Cruz, S. McDonald, & K. Lee (Eds.), *Contemporary publics: Shifting boundaries in new media, technology and culture* (pp. 145-162). Londres: Palgrave Macmillan.
- Fiske, J. (1992). The cultural economy of *fandom*. In A. L. Lewis (Ed.), *The adoring audience: Fan culture and popular media* (pp. 30-49). Londres: Routledge.
- Fuchs, C. (2017). *Social media: A critical introduction*. Londres: Sage.
- Geraghty, L. (Ed.) (2015). *Popular media cultures. Fans, audiences and paratexts*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Gray, J. (2010). *Show sold separately: Promos, spoilers, and other media paratexts*. Nova Iorque: New York University Press.
- Grossberg, L. (1992). Is there a fan in the house? The affective sensibility of fandom. In L. Lewis (Ed.), *The adoring audience: Fan culture and popular media* (pp. 50-68). Londres: Routledge.

- Harrington, C. L., & Bielby, R. D. (1995). *Soap fans: Pursuing pleasure and making meaning in everyday life*. Philadelphia: Temple University Press.
- Hesmondhalgh, D. (2011). User-generated content, free labour and the cultural industries. *Ephemera. Theory politics in organization*, 10(3/4), 267-284.
- Hills, M. (2002). *Fan cultures*. Nova Iorque: Routledge.
- Hooley, T., Marriott, J., & Wellens, J. (2012). *What is online research? Using the internet for social science research*. Londres: Bloomsbury.
- Ito, M. (2017). Ethics of fansubbing in anime's hybrid public culture. In J. Gray, C. Sandvoss, & C. L. Harrington (Eds.), *Fandom: Identities and communities in a mediated world* (pp. 333-353). New York: New York University Press.
- Ito, M., Horst, H., Bittanti, M., Boyd, D., Herr-Stephenson, B., Lange, P. G., Pascoe, C. J., & Robinson, L. (2008). *Living and learning with new media: Summary of findings from the digital youth project*. Chicago, IL: The John D. & Catherine T. MacArthur Foundation.
- Iwabuchi, K. (2002). *Recentering globalization: Popular culture and Japanese transnationalism*. Durham e Londres: Duke University Press.
- Jenkins, H., (1992). *Textual poachers: Television fans and participatory culture*. Nova Iorque: Routledge.
- Jenkins, H. (2008). *Convergence culture where old and new media collide*. Nova Iorque: New York University Press.
- Jenkins, H., Ito, M., & Boyd, D. (2016). *Participatory culture in a networked era*. Cambridge, Reino Unido: Polity Press.
- Jenkins, H., Purushotma, M., Weigel, K., Clinton, & Robison, A. (2006). *Confronting the challenges of participatory culture. Media education for the 21st century*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Jenson, J. (1992). *Fandom as pathology. The consequences of characterization*. In L. Lewis (Ed.), *The adoring audience: Fan culture and popular media* (pp. 9-26). London: Routledge.
- Jorge, A. (2011). Young audiences and fans of celebrities in Portugal. *Comunicação & Cultura*, (12), 47-60.
- Lamerichs, N. (2011). Stranger than fiction: Fan identity in cosplay. *Transformative Work and Cultures*, (7).
- Lewis, L. (Ed.) (1992). *The adoring audience: Fan culture and popular media*. Londres: Routledge.
- Livingstone, S. (2013). The participation paradigm in audience research. *The Communication Review*, 16(1-2), 21-30.
- Lovink, G. (2011). *Networks without a cause: A critique of social media*. Cambridge: Polity.
- O'Reilly, T. (2007). What is web 2.0: Design patterns and business models for the next generation of software. *Communications & Strategies*, (1), 17.
- Osborne, A., & Coombs, D. S. (2013). Performative sport *fandom*: An approach to retheorizing sport fans. *Sport in Society*, 16(5), 672-681.
- Pariser, E. (2011). *The filter bubble: What the internet is hiding from you*. Londres: Penguin.
- Pérez-González, L. (2009). Fansubbing anime: Insights into 'butterfly effect' of globalisation on audiovisual translation. *Perspectives Studies in Translatology*, 14(4), 260-277.

- Pérez-González, L. (2012). Co-creational subtitling in the digital media: Transformative and authorial practices. *International Journal of Cultural Studies*, 16(1), 3-21.
- Salmons, J. E. (2016). *Doing qualitative research online*. Londres: Sage.
- Sandvoss, C. (2005). *Fans: The mirror of consumption*. Cambridge, Reino Unido: Polity Press.
- Shuker, R. (2001). *Understanding popular music*. Londres: Routledge.
- Sullivan, J. (2013). Media fandom and audience subcultures. In B. Gunter, & D. Machin (Eds.), *Media audiences* (pp. 189-212). Londres: Sage.
- Stehling, M., Alujevic, L. V., Jorge, A., & Marôpo, L. (2018). The co-option of audience data and user-generated content: Empowerment and exploitation amidst algorithms, produsage and crowdsourcing. In R. Das, & B. Ytre-Arne (Eds.), *The future of audiences* (pp. 79-99). Cham, Suíça: Palgrave Macmillan.
- Terranova, T. (2000). Free labor: Producing culture for the digital economy. *Social Text*, 18(2), 33-57.
- Terranova, T. (2013). Free labour. In T. Scholz (Ed.), *Digital labor. The internet as playground and factory* (pp. 33-57). New York and London: Routledge.
- Tulloch, J., & Jenkins, H. (1995). *Science fiction audiences: Watching Doctor Who and Star Trek*. Londres: Routledge.
- Van Dijck, J. (2009). Users like you? Theorizing agency in user-generated content. *Media, Culture & Society*, 31(1), 41-58.
- Vesnic-Alujevic, L., & Murru M. F. (2016). 'Digital audiences' disempowerment: Participation or free labour', *Participations. Journal of Audience & Reception Studies* 13(1), 422-430.
- Wann, D. L. (1995). 'Preliminary validation of the sport fan motivation scale', *Journal of Sport Social Issues* 19(4), 377-396.
- Wann, D. L., & Branscombe, N. R. (1993). Sports fans: Measuring degree of identification with their team. *International Journal of Sport Psychology*, 24(1), 1-17.
- Wasko, J., (2001), *Understanding Disney: The Manufacture of fantasy*. Cambridge: Polity.

Data de submissão: 14/09/2018 | **Data de aceitação:** 14/11/2018



JUSTIÇA E VARIÁVEIS LEGAIS PROCESSOS CONTRA ADOLESCENTES VAREJISTAS DO TRÁFICO DE DROGAS¹

JUSTICE AND LEGAL VARIABLES LAWSUITS AGAINST TEEN DRUG TRAFFICKING RETAILERS

Luzania Barreto Rodrigues

Colegiado de Ciências Sociais – Campus Juazeiro, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Av. Antônio C. Magalhães, 510 – Country Club, 48902-300 Juazeiro – BA, Brasil. *Email:* luzania.rodrigues@univasf.edu.br

Paulo Cesar Pontes Fraga

Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Universitário – Rua José Lourenço Kelmer, s/n – São Pedro, 36036-900 Juiz de Fora – MG, Brasil.
Email: paulo.fraga@uff.edu.br

Resumo: O objetivo do artigo é analisar os processos judiciais relativos ao ato infracional de tráfico de drogas, em Petrolina-PE (2011-2014), segundo a *Theory of Sentencing*. Apreciou-se o conteúdo social das variáveis legais e extralegis, analisando o efeito cumulativo dos determinantes das sentenças. As decisões judiciais mais encontradas foram extinção processual e absolvição. Medidas socioeducativas de advertência, liberdade e semiliberdade são mais recorrentes que a internação. No entanto, há disparidades das sentenças em casos análogos e imputação de penas análogas em casos díspares. Conclui-se que o sistema penal é produtor e reproduzidor de desigualdades sociais e a punição é percebida e utilizada como técnica de controle e transformação de adolescentes pobres apreendidos com pequenas quantidades de drogas.

Palavras-chave: drogas, adolescentes, justiça e Brasil (Thesaurus das ciências sociais da Unesco).

Abstract: This article analyzes criminal justice processes of drug trafficking by the Juvenile Court in Petrolina-PE/Brazil (2011-2014) mobilizing the Theory of Sentencing. The social content of the legal and extralegal variables was characterized through the analyzes of the the cumulative effect of the determinants of the sentences. The most frequent judicial decisions were procedural extinction and acquittal. The most applied penalties were warning and probation. Restriction of freedom was less frequent. However, there were disparities of sentences in similar cases and the attribution of analogous sentences in disparate cases. It is concluded that the penal system is a producer and reproducer of social inequalities. In addition, punishment is perceived and used as a technique of control and transformation of poor adolescents seized with small amounts of drugs.

Keywords: narcotic drugs, teenagers, justice and Brazil (Unesco Social Science Thesaurus).

1. Introdução

O Brasil passou por importantes mudanças de seu ordenamento jurídico nas últimas décadas no intuito de adequar-se às exigências de uma sociedade democrática e com proteção social. A promulgação de uma nova constituinte em 1988 representou o ponto mais alto dessas transformações, exigindo a Carta Magna, não

obstante, legislações complementares no sentido de adequar políticas, aparato institucional e responsabilidades para a ampla garantia da cidadania.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi uma das leis criadas nesse período visando, especificamente, a proteção integral do público a que se destinava. Promulgada em 1990, ela possibilitou avanços na universalização da educação básica, na diminuição da mortalidade infantil, na implementação de programas de saúde voltados às crianças e às grávidas, no reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, e na efetivação de instrumentos legais importantes na maioria dos municípios brasileiros, como os Conselhos de Direitos – responsáveis por garantir, formular e acompanhar a implementação das políticas públicas de atendimento à infância e à adolescência –, os Conselhos Tutelares – órgão não-jurisdicional, permanente e autônomo, designado pela sociedade a fiscalizar o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente – e as Varas da Infância e Juventude, de âmbito municipal ou regional, a qual compete julgar os atos infracionais de crianças e adolescentes em todo o território nacional.

Entretanto, em alguns setores, os indicadores exprimiram dificuldades na garantia da proteção integral. O incremento da maior organização do tráfico de drogas e o envolvimento de adolescentes com essa prática criminal em muitas cidades brasileiras leva ao conseqüente aumento da internação de adolescentes e de homicídios de pessoas nessa faixa etária. No ano de 2014, havia 24.628 adolescentes, entre os 12 e 17 anos de idade, cumprindo medida socioeducativa no Brasil, número seis vezes maior que em 1996. A maioria por roubo (44,4%), secundado pelo ato infracional análogo ao tráfico de drogas, 24% do total. O Estado de Pernambuco registrou o segundo maior número das apreensões, 1.892, precedido apenas por São Paulo, com 10.211². As Varas da Infância e da Juventude ainda possuem dificuldades em se adequarem ao exponencial aumento da demanda e ao novo ordenamento jurídico (Rodrigues, Ribeiro & Fraga, 2017), mesmo passados 28 anos após a sua criação (Alvarez, Fraga & Campos, 2017).

Nesse sentido, o presente artigo visa analisar os processos jurídicos impetrados contra adolescentes da Vara da Infância e da Juventude de Petrolina, Estado de Pernambuco, no período de 2011 a 2014, em virtude dos seus atos infracionais análogos ao crime de tráfico de drogas, previsto na Lei 11.343/06 em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Não há estatísticas municipais acerca do número de adolescentes cumprindo medida socioeducativa. Escolhemos esta Vara por estar localizada na mais importante cidade do Submédio São Francisco, região que detém a maior produção de *cannabis* do Brasil, também conhecida como Polígono da Maconha. O objetivo é verificar a relação que se estabelece na prática discursiva entre as circunstâncias do ato infracional, a lei e a decisão do juiz.

O ECA considera ato infracional o comportamento delineado como crime ou contravenção penal. Confirmado o ato infracional, o juiz de direito poderá aplicar sete medidas socioeducativas, levando-se em conta a capacidade do adolescente de cumpri-las, as circunstâncias e a gravidade da infração. São seis as medidas previstas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; e, a mais rígida, a internação em estabelecimento educacional.

2. Material e métodos

A metodologia utilizada na pesquisa original buscou identificar processos referentes ao tráfico de drogas existentes naquela Vara da Infância e da Juventude. Dentre os 112 processos arquivados, relativos a distintos atos infracionais – como roubo, furto, estupro e assassinato – foram encontrados 24 processos judiciais concernentes ao tráfico de drogas, entre os anos de 2011 e 2014. Este recorte temporal foi escolhido em virtude da disponibilização de processos judiciais sentenciados, raros em períodos anteriores. Para facilitar a análise, haja vista que os processos não poderiam ser retirados da Vara, foram realizadas cópias digitais da íntegra dos processos, com a utilização de um *scanner*. Após esta etapa, buscamos classificar e categorizar algumas variáveis visando estabelecer perfis. Usamos as categorias sexo, idade, filiação, cor, escolaridade, profissão, exercício de trabalho lícito, profissão dos pais e bairro de moradia. Visando a classificação, empregamos as seguintes categorias jurídicas: associação para o tráfico; reincidência; antecedente; tipo de pena aplicada; duração da pena; testemunha de acusação; testemunha de defesa; elementos que levaram à identificação do tráfico; direito de apelar em liberdade; tipo de substância psicoativa ilegal; quantidade da substância psicoativa ilegal; réu considerava-se usuário; e porte de arma, além de uma categoria extrajurídica: bairro em que o adolescente foi apreendido.

Por meio de uma análise descritiva exploramos este banco de dados documental procurando identificar as variáveis implicadas no fenômeno do envolvimento de adolescentes com o ato infracional equivalente ao crime de tráfico de drogas. O exame dos dados foi realizado com base na *Theory of Sentencing*, ou *Sentencing Traditional* para análise de processos judiciais, aplicada em pesquisas de cunho sociocriminológicos, focalizando as possíveis disparidades das penas e nas disposições incorporadas a práxis profissional e social do magistrado (Martins, 2014). A *Sentencing Traditional* também coteja a desmitificação da neutralidade do juiz de direito nas suas tomadas de decisão, uma vez que considera que seu julgamento é balizado por seu lugar social (Silva, 2015).

A *Theory of Sentencing* é um importante instrumento de análise em estudos que buscam investigar sentenças, permitindo uma compreensão ampla das premissas que orientam a prática judicativa (Martins, 2014) e levanta questões acerca da possível contribuição do sistema penal na reprodução de preconceitos e de desigualdade socioeconômicas (Fraga, Silva & Martins, 2017). Segundo Martins (2014), há uma cultura penal tácita pelos magistrados no início da carreira apreendido por um processo significativo de socialização profissional. Nesse sentido, as disparidades observadas nas penas aplicadas são culturalmente controladas por essa cultura penal, ainda que seja reconhecida a autonomia do poder decisório dos magistrados. Nesse trabalho foram analisadas as sentenças proferidas pelos juízes e realizada uma análise de conteúdo das mesmas levando em consideração variáveis penais utilizadas pelos magistrados.

Assim, uma análise fundada somente em estatísticas oficiais apresenta dificuldades em revelar os meandros de decisões judiciais, tendo em vista que estas são produto da ação dos agentes do controle social formal e do modo como estes operam as leis, a moral, os valores e as crenças. Nesse sentido, a análise qualitativa pode ser ilustrada com elementos estatísticos e objetivos, mas devidamente contextualizados e interpretados pelo pesquisador. Ou seja, não se trata de duas abordagens metodológicas que se excluem, mas de duas perspectivas que se complementam.

3. A questão da infância e da adolescência e o conceito de menor como categoria política

Infância, adolescência e juventude constituíam categorias precariamente distintas da idade adulta até o século XVIII, na Europa e nas suas colônias. Somente no século XIX a infância vai ser tratada como categoria efetivamente distinta; a adolescência, no século XX (Ariès, 1981). No Brasil tais noções ganharam clivagens jurídicas, morais e de classe, fazendo emergir a categoria “menor”, a qual foi atribuída identidade negativa (Rizzini, 1993). No primeiro instrumento jurídico voltado às crianças e adolescentes, O Código de Menores de 1927, o Juizado de Menores, instituição jurídica a cuidar de casos de crianças e adolescentes em situação irregular ou em conflito com a lei, teria criado um novo padrão de prática jurídica a ser dirigida ao “menor”, que passou a ser estudado, examinado e qualificado segundo características morais, físicas, sociais e afetivas. Por isso, antes de ser atendido, aqueles classificados como menores passavam por exames pedagógicos, médico-pedagógicos, médico-psicológicos ou psiquiátricos, “de discernimento” e de “qualificação”. Isto foi possível porque uma relação aproximada entre Direito e Psiquiatria

permitiu a esta última firmar-se enquanto especialidade médica autônoma, fazendo emergir uma modalidade de saber e de poder que tratou de garantir e justificar, sobretudo por funcionar como um mecanismo de higiene pública, voltando-se para gerir populações. O Direito incorporou os frágeis conceitos da psiquiatria — como periculosidade, indivíduo perigoso e monomania homicida — em virtude de saber porque punir, isto é, conhecer a natureza do criminoso para tornar justa a punição (Foucault, 2006).

A categoria menor foi ao mesmo tempo um elemento de discriminação entre uma infância pobre e uma infância mais abastada e que representou a forte presença do Estado na institucionalização de crianças e adolescentes. Tal categoria forjou uma estratégia institucional que produziu um sujeito social tratado como sem direitos, indicando que a prática jurídica do Juizado de Menores, por exemplo, não se atinha à concepção estritamente jurídica, uma vez que era dirigida ao denominado menor, caracterizado não apenas pela idade inferior a 18 ou 21 anos, de acordo com a legislação vigente, mas como ator social pertencente à nomeada família desorganizada — categoria cuja definição não elaborava um conceito robusto, mas prenhe de atributos negativos, como a vadiagem, a frouxidão moral e a prostituição. Seu ambiente familiar seria, portanto, contaminado pelos maus costumes, a falta de decoro, a imoralidade, o uso de linguagem de baixo calão, assim como sua aparência seria descuidada, suja e enferma. Tratar-se-ia, ademais, de indivíduos de pouca instrução, que andam em companhias suspeitas e trabalham nas ruas para sobreviver (Rizzini, 1993, p. 96). Como observam Adorno, Bordini e Lima (1999), a descoberta da adolescência como problema é contemporânea da associação entre juventude e delinquência.

As noções de família desorganizada ou desestruturada, pouco elaboradas e estigmatizantes, ainda hoje têm lugar no imaginário jurídico-penal. Trata-se de um conceito que atrela o ato criminal à biografia dos sujeitos (Foucault, 2006), dando lugar a suposições sobre a vida infracional de crianças e adolescentes, autorizando violências cotidianas como abordagens policiais, revistas, violações de domicílios, confissões forçadas, internação provisória, disciplina prisional e controle pós-disciplinar, como veremos adiante.

Nas primeiras décadas do século XX, a categoria menor abandonado emergiu sob influência das teorias sociobiológicas de Nina Rodrigues. Nesse período, os criminologistas da nova escola penal elegem categorias sociais que devem ser objeto de tratamento jurídico diferenciado, a saber: os loucos, as mulheres e os menores. Combater a infância abandonada converteu-se no projeto civilizador da nação brasileira (Alvarez, 1989). Abundaram, então, as detenções correccionais dos nomeados menores, vadios e toda sorte de excluídos, reforçando o controle das classes

populares. O Instituto Disciplinar, criado em 1901, institucionaliza a reclusão de menores, segregando-os para, supostamente, regenerá-los. Em 1924, apenas um número diminuto era remetido ao Instituto Disciplinar, sobretudo quando comparado ao alto percentual de detidos sem processo judicial, acusados de contravenções e pequenos delitos patrimoniais e cumprindo o ciclo de detenção e liberação, característico das prisões correcionais (Fausto, 2000). A partir da década de 1930, a reclusão dos “menores” intensifica-se.

No tocante aos estudos acerca das rubricas infância e adolescência, além do mencionado (1) padrão de prática jurídica dirigida ao “menor” e da sua (2) adjetivação negativa e suas consequências sobre os destinos destes jovens atores sociais, devemos atentar para (3) as distintas políticas repressivas e tutelares a eles dirigidas desde 1970.

O Código de Menores foi o primeiro conjunto de leis elaborado no Brasil para as crianças, elaborado exclusivamente para o controle da infância e da adolescência abandonadas e delinquentes (Marcílio, 1998, p. 224). Estas eram medidas de controle, distintas daquelas medidas de intervenção, proteção e assistência implementadas nos anos de 1960, particularmente em 1964, ano do golpe militar. Estabelece-se aí o Estado Interventor, autodenominado Estado de Bem-Estar Social e é criada a FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Até 1978 a FUNABEM era regulamentada pelo seu Estatuto. A partir de 1979 entra em vigor o novo Código de Menores, o qual vem regular a fundação das FEBEM – Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor, destinadas a operar a recepção, triagem e observação das crianças e adolescentes, bem como a garantir sua permanência na Instituição.

De acordo com Marques (1976), esse código foi construído com base na premissa de que o menor é vítima de uma sociedade de consumo, desumana e cruel, e, como tal, deveria ser tratado e não punido, ter acesso à preparação profissional, em vez de ser estigmatizado como infrator. No seu entender, a sociedade furtou-se de oferecer assistência e educação ao menor, por isto este personagem não pode ser tratado com rigor penal, mas com medidas inspiradas na pedagogia corretiva (Marques, 1976, p. 114).

No entanto, o Código de Menores de 1979 manteve a base do Código de 1927. O novo Código prevê a sua incidência sobre “o menor que revele conduta anti-social”, aquela que incluía ato considerado legalmente crime ou contravenção. Desse modo, o Código de Menores de 1979 exclui as categorias menor exposto, menor transviado, menor infrator, menor delinquentes, menor transgressor e menor abandonado, e as substitui pelas categorias menor carente e menor de conduta antissocial, por entender seus relatores que estas últimas não seriam

ofensivas ou estigmatizas em relação as primeiras (Marques, 1976, p. 117). No entanto, o denominado menor carente e o menor de conduta antissocial continuavam sendo apreendidos nas ruas das cidades brasileiras pelo policiamento ostensivo das rondas dos Comissariados de Menores, passando por triagens e investigações realizados pelos Juizados, por Delegacias de Menores e pelos Centros de Triagens das FEBEM, e, em seguida, retirados da sua vida em grupo (familiar ou de rua) e confinados nas instituições ditas de proteção, sob o signo da ressocialização (Silva, 1990, p. 46).

Nos anos de 1970, o “menor abandonado” – problema social a ser erradicado nas malhas das instituições correcionais – se transformará em menor de rua, dada sua eloquente presença na cidade. As mudanças retóricas legais não impediram que práticas legais ou extralegis de abuso e de afronta aos direitos humanos contra crianças e adolescentes continuassem. Nos anos de 1980, crianças e adolescentes alvo de extermínio eram, via de regra, traficantes varejistas de drogas ilícitas ou aqueles que cometiam pequenos furtos e roubos, que se mantinham livres mediante subornos a policiais militares e sucumbiam quando os valores cobrados por estes eram aviltantes. A exacerbação da violência policial incidia, sobremaneira, contra tais traficantes e os trombadinhas, que sintetizavam no imaginário social a delinquência urbana (Teixeira, 2012, p. 189).

Na década de 1980, a repercussão da violência perpetrada contra crianças e adolescentes fez os movimentos sociais pelos direitos humanos reagirem, propondo uma agenda de debate público acerca das distintas formas de violência sofridas por essa jovem parcela da população, deslocando o foco da delinquência da qual eram acusados. A mobilização desses movimentos foram exponenciadas com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que veio reconhecer crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos que devem gozar proteção integral.

O ECA, por sua vez, veio descentralizar o poder Estatal, exercido até então, sobre as crianças e adolescentes, distribuindo-o e repartindo-o com os Estados e Municípios. Isto é, a antiga política nacional do bem-estar do menor, aprovada em dezembro de 1964, Lei 4.513, foi substituída pela Constituição de 1988 e pelo ECA, de 1990, os quais delegaram poderes aos municípios para definir a política peculiar local para a infância e a adolescência (Paula, 2017). É, pois, sob a égide do ECA que são julgados crianças e adolescentes em conflito com a lei nas Varas da Infância e da Juventude, em processos judiciais que nos propusemos a analisar aqui.

O que se objetiva destacar nessa discussão é o surgimento das categorias menor e criança no aparato institucional não como meros substantivos, mas, antes,

servindo para adjetivar a infância, criando uma separação semântica e de práticas entre uma suposta infância boa e uma infância ruim e condenando esta última a um destino preocupante. Apesar de mudanças substantivas na concepção de atenção e nos direitos de crianças e de adolescentes, tal separação e classificação ainda hoje flui no interior das práticas e dos discursos jurídicos e militares, conforme observamos no fluxo dos processos judiciais examinados, na Vara Regional da Infância e da Juventude da Comarca de Petrolina.

No presente artigo, o intuito é analisar o fluxo dos processos judiciais relacionados ao comércio varejista de drogas ilícitas nesta Vara. Ao cotejar as informações contidas nos Inquéritos, foi possível aceder à descrição da apreensão do adolescente por meio da ronda policial – ou da denúncia anônima de tráfico varejista – e ao perfil dos acusados de tal ato infracional. Também apreciamos o conteúdo social das variáveis consideradas legais – como os níveis de responsabilização dos adolescentes nos argumentos jurídicos, proferidos por promotores, advogados de defesa e pelo juiz de direito, bem como aqueles extralegais, como as classificações morais e discriminatórias arranjadas nos discursos destes mesmos profissionais, a fim de analisar o efeito cumulativo dos determinantes das sentenças.

4. Resultados

Nos 24 processos analisados, foram julgados 27 adolescentes, sendo que em três dos processos foram ajuizados dois adolescentes. Em relação ao sexo, 3 jovens eram do sexo feminino e 24 jovens do sexo masculino. As idades dessas pessoas variavam entre os 14 e 17 anos de idade. Informações acerca do nível educacional apontaram 1 jovem analfabeto, outros 19 com ensino fundamental incompleto, 5 com ensino médio incompleto e em três processos não constava a escolaridade do adolescente.

No Brasil, vários indicadores sociais nas áreas de saúde, educação e segurança pública utilizam a informação sobre a cor de pele. Tal procedimento não visa discriminar negativamente, mas, ao contrário, serve como informação para subsidiar ações de políticas públicas compensatórias visando a melhoria dos índices. Nos processos analisados em quinze deles não constava a cor da pele dos processados, oito foram identificados como negros e cinco como pardos. Nenhum adolescente foi identificado como branco.

Treze dentre eles exerciam trabalhos lícitos no momento da apreensão policial, todos em postos não profissionalizados, em funções mal remuneradas, sendo que a maioria não era na condição de aprendiz de uma profissão reconhecida pelo Ministério do Trabalho, como determina o ECA (Tabela 1).

Tabela 1 Ocupações laborais no momento da prisão

Ocupação laboral	Frequência
Não trabalhava	14
Ajudante de pedreiro	2
Trabalhador rural	3
Auxiliar de eletricitista	1
Lavador de carro	2
Carroceiro	1
Catadora de lixo para reciclagem	1
Empregada doméstica	3
Total	27

Tabela 2 Antecedentes criminais por crimes cometidos

Crimes praticados anteriormente	Frequência
Não possui antecedentes	18
Homicídio	2
Furto	2
Tráfico de drogas	3
Roubo	1
Porte de armas	1
Total	27

Na maioria dos processos não constava a profissão dos pais, aquelas identificadas foram as de ajudante de pedreiro, trabalhador(a) rural e diarista. A maioria não era reincidente ou tinha qualquer passagem pelo sistema policial ou judiciário, isto é, do total dos adolescentes, apenas oito deles já se encontravam em conflito com a lei, respondendo processos por homicídio, furto, tráfico, roubo e porte de arma (Tabela 2).

Nos processos, policiais militares constavam como as únicas testemunhas de acusação, aqueles que fazem a descrição da conduta dos acusados na fase inquisitorial, deixando refletir critérios, valores e ideologias das suas corporações, as quais constituem “subculturas do sistema penal” (Hulsman, 2009, p. 24). É com base em tais formulários, os Boletins de Ocorrência, que o juiz tipifica a infração e infere a prova de autoria, como apontado alhures (Silva, 2015, p. 54). Não há testemunha de defesa nos processos avaliados, excetuando-se duas ocasiões: no primeiro, consta apenas o nome da testemunha, sem dados sobre seu perfil; noutro, no qual um adolescente transportava maconha de uma cidade da região para outra, seu conterrâneo, agricultor, atesta a boa índole do rapaz acusado.

As conformações familiares encontradas foram as seguintes: 2 pais falecidos, 5 pais desconhecidos, adolescente criado pela mãe sem ajuda do pai, embora o pai fosse reconhecido em seu registro de nascimento, e em 20 casos o pai consta no registro. Em nenhum caso a figura paterna acompanhou o filho à delegacia ou ao juízo, a cumprir o papel de responsável legal. Este papel é assumido pela figura materna, excetuando-se dois casos em que foram constituídos responsáveis legais uma irmã e um irmão.

A maioria deles foram apreendidos no centro da cidade ou em bairros da periferia da cidade. Segundo os relatos dos boletins de ocorrências, contidos no processo, a prisão possui características comuns: a apreensão dá-se durante a ronda policial ou através de denúncia anônima. O roteiro se repete: policiais avistam os adolescentes em “atitudes suspeitas” – as quais nunca são definidas ou descritas –, revistam-nos, encontram pequena quantidade de psicoativos ilícitos e conduzem-nos às suas residências. Lá, segundo depoimento dos policiais, sempre com autorização dos adolescentes ou dos seus familiares, revistam a casa e encontram maior quantidade da substância apreendida com os adolescentes. Em todos os processos, nenhum pai ou mãe negou autorização aos policiais e em nenhuma residência deixou-se de encontrar drogas proscritas.

Se o tráfico de drogas constitui crime permanente, o que legitimaria a busca nas residências dos adolescentes sem mandado judicial, não é apenas nestes casos que tal busca se dá (Fraga & Silva, 2016). Isto é, apesar de estarmos analisando exclusivamente processos judiciais relativos ao ato infracional análogo ao tráfico de drogas, encontramos um processo em que o adolescente foi abordado pela Polícia Militar quando dirigia uma motocicleta e se encontrava sem Carteira Nacional de Habilitação. Ato contínuo, em vez de simplesmente autuá-lo, os agentes policiais, sem qualquer argumento mencionado no processo, levaram-no até a sua residência e revistaram-na, com o objetivo de procurar drogas, encontrando 25 gramas de crack no interior da residência. Tratava-se de um adolescente que exercia a função de auxiliar de eletricista, afrodescendente, contando 17 anos de idade e com ensino médio incompleto. O juiz de direito decretou sua internação provisória – que durou 26 dias – e, ao final, aplicou-lhe a sanção de “advertência” e “liberdade assistida”, com acompanhamento de 6 meses da sua vida social, familiar e escolar, com remessa de pedido de relatório semestral sobre seu comportamento para a direção da sua escola e do Centro de Internação Provisória – CENIP.

Enfim, embora esse adolescente tenha declarado que ainda iria começar a vender a substância tornada ilícita, passou quase sete meses em atividades definidas pelo Estado. Uma combinação de “disciplina prisional” com “controle pós-disciplinar”, medidas para evitar a reincidência, fator primordial para a boa

avaliação dos sistemas socioeducativos (Malvasi, 2012). Em outro caso, o inquérito policial foi aberto, segundo informações no processo judicial, porque a polícia foi até a residência do adolescente ao receber informações anônimas de que ele agrediu a irmã com cabo de vassoura. Sem nenhum indício de tráfico de drogas – que permitisse a realização de busca e apreensão nos domicílios sem mandato judicial –, os agentes policiais realizaram busca e apreensão na casa, e teriam encontrado 65 pedras de crack e 231 reais que pertenceriam ao adolescente de 17 anos de idade, ajudante de pedreiro, com ensino fundamental incompleto, morador de bairro da periferia da cidade, cuja mãe era trabalhadora rural.

Dentre os 24 processos judiciais em apreço, sete deles foram extintos. Dentre as sete extinções processuais, quatro delas se deram em virtude de o adolescente já se encontrar cumprindo medidas socioeducativas em razão de outros atos infracionais, o que leva o juiz a propugnar por unificação das medidas. Outros três processos foram extintos porque os adolescentes não foram encontrados para responder ao processo. Destes, dois foram encontrados dois anos depois, quando já haviam alcançado a maioria penal: um cumprindo pena por tráfico de drogas e, outra, liberada por ter-se tornado cuidadora da mãe esquizofrênica e da sua filha de três anos de idade, além de estar grávida e trabalhando como catadora de material reciclável, tendo sido considerada “em ressocialização”. Tratam-se, nos dois casos, de processos que duraram dois anos, demandando vãos esforços do sistema penal.

O oitavo caso de extinção processual é deveras inusitado. O adolescente teria agredido fisicamente sua irmã e guardava consigo 65 gramas de crack. Inicialmente, o promotor defendeu sua internação provisória, asseverando que “o adolescente praticou atos infracionais extremamente graves e está submetido a intenso risco, ante a possibilidade de inserção em grupo de risco (traficantes e usuários de drogas)”. O juiz acolhe o pedido da promotoria, argumentando que houve gravidade na conduta do evento, determinando sua internação provisória e, posteriormente, sentenciando-o à medida de Internação por três anos, a ser reavaliada a cada três meses. Na primeira reavaliação, baseando-se no relatório técnico da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE), o promotor posicionou-se contra o pedido da defesa, que requereu a liberação do adolescente. Argumentou que “o menor” se envolveu em rebelião no interior da unidade de internação, “realizando atos de vandalismo, a exemplo de queima de colchões”. O juiz entendeu que o adolescente deveria permanecer internado, “a fim de que se possa aquilatar sua progressão e seu bom desenvolvimento, requisitos indispensáveis para a sua reinserção na sociedade”, afirmando ser as instituições de internação efetivamente cumpridoras de tal função social. Na segunda reavaliação, o advogado da FUNASE, seu defensor, baseado no parecer psicossocial da instituição, pede a

progressão da medida socioeducativa, clamando pela medida de Prestação de Serviço à Comunidade, uma vez que o adolescente teria manifestado bom comportamento durante todo o lapso temporal da sua internação e, portanto, deveria “retornar ao convívio social”. O juiz, então, sentenciava a extinção do processo judicial.

Estes oito processos foram abertos em razão do tráfico varejista de diminuta escala. Num dos casos, o adolescente fora acusado de vender crack a um adulto e teria confessado aos policiais, contudo não portava uma grama sequer. Nos demais, adolescentes portariam consigo desde 3 a 33 gramas de crack, ou 3,93g a 21g de maconha. Houve um único caso em que a quantidade de psicoativo ilícito saiu da escala de centigramas e gramas para contar-se por quilo, no qual o adolescente possuía 4,7kg de maconha. Dentre os processos analisados além destes oito supra que foram extintos, 8 adolescentes foram absolvidos, 8 receberam medida de advertência, liberdade assistida e semiliberdade; e 2 foram condenados à medida de internação e em um deles a página final da sentença não constava a sentença.

Os adolescentes absolvidos foram apreendidos portando de zero a 42 pedras de crack, com exceção de um que detinha 3 gramas de cocaína e 50 reais e outro que portava 65 gramas de maconha. O adolescente acusado de vender crack, e que não possuía qualquer quantidade da droga, foi absolvido da acusação de ato infracional análogo ao crime de tráfico por falta de provas materiais. A polícia abriu inquérito que redundou em processo judicial baseando-se em “materialidade indireta”. Tratou-se de um adolescente de 15 anos de idade, que exercia trabalho lícito como ajudante de pedreiro. Dois adolescentes que traziam consigo três pedras de crack foram absolvidos em virtude da fragilidade das provas e negação de autoria delitiva, em processos judiciais distintos. Num deles, a Promotora de Justiça entende “que o ato infracional praticado pelo adolescente é de repercussão reduzida, não ocasionando graves consequências, de modo que não se faz necessário o desenvolvimento do processo judicial”, solicitando remissão e advertência. O juiz acatou, entendendo que o ato seria de pequena gravidade. Caso análogo foi de um adolescente acusado de tráfico por estar em companhia de adultos que portavam 42 pedras de crack, no qual o promotor de justiça argumentou que teria ficado provado que o adolescente não cometeu o ato infracional, em virtude da negação da autoria e do testemunho de um dos policiais afirmando que a droga não se encontrava com o acusado.

As medidas de advertência proferidas pelo juiz de direito podem ou não estar combinadas com medidas socioeducativas – como semiliberdade e liberdade assistida – ou com medidas complementares, a exemplo do acompanhamento da vida social, familiar e escolar. Dentre os adolescentes a que foram imputadas medidas

de advertência combinadas a outras medidas, dois foram destinados a cumprir liberdade assistida, um semiliberdade e dois de acompanhamento escolar.

Em três processos distintos os adolescentes foram absolvidos sob a argumentação da defesa de os adolescentes acusados não estarem envolvidos em outros atos infracionais, encontrando-se em processo de ressocialização e demonstravam arrependimento. Nesses casos, os 3 adolescentes acusados fizeram, respectivamente, tráfico varejista de 65 gramas de maconha e 5 e 25 pedras de crack. As medidas de advertência foram somadas ao acompanhamento escolar, familiar e social por parte do Centro de Internação Provisória – CENIP. Nos dois casos em que aos adolescentes foram impetradas medidas exclusivamente de Advertência, os adolescentes haviam atingido a maioria penal ao final do processo judicial, razão pela qual, de acordo com o juiz de direito, não teriam “capacidade” de cumprir medida socioeducativa. Num dos casos, o adolescente detinha 117 pedras de crack, ou 13,6 gramas. Em outros casos dois adolescentes, trabalhadores rurais, mantinham consigo 11,34 gramas de crack. O primeiro processo durou dois anos; o segundo, um ano e meio. A incapacidade de cumprimento da medida socioeducativa de advertência atribuída pelos operadores do direito aos adolescentes estava perfeitamente em conformidade com a lei, apontando para uma exitosa imagem do judiciário como disciplinador. Frente a casos como estes, é flagrante a urgência de reflexão jurídica e social acerca do tratamento a ser dispensado àqueles que alcançam a idade limite e ficam sem a proteção do ECA.

Nos dois casos em que foram combinadas medida de advertência e medida de liberdade assistida durante seis meses, um adolescente transportava 221 gramas de cocaína; o outro, 2 pedras de crack, 12 pedras de cocaína, 1 trouxa de maconha, R\$ 166,00 reais e um celular NOKIA C-100. Nas sentenças, o juiz argumenta que os adolescentes cometeram ato infracional sem violência ou grave ameaça, não havendo maiores danos para a sociedade. No primeiro caso, quando da sua apresentação ao Ministério Público, consta que “o adolescente tem vasta folha de antecedentes de atos infracionais” e responde a outros dois processos judiciais, pelo que o juiz de direito determina a unificação dos autos e das medidas socioeducativas. Durante o andamento do processo, foi-lhe concedido apelar em liberdade sob fiscalização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. No segundo caso, a defesa argumentou que o adolescente não era reincidente nem possuía maus antecedentes infracionais e que a medida de internação possui princípios próprios a serem seguidos, como a excepcionalidade, de acordo com a qual a internação só é aplicável quando se mostram inadequadas todas as outras medidas socioeducativas, propugnando pela liberdade assistida e asseverando que a experiência de internação poderia suprimir no adolescente “sua ingenuidade”, que

seria “tomada de assalto”. O juiz entende que a medida em meio aberto de liberdade assistida seria uma “forma de incentivar os seus estudos e fortalecer seus laços familiares”.

Estes dois casos tiveram a mesma sentença, o que pode indicar que a reincidência ou os considerados maus antecedentes infracionais não foram decisivos para a determinação da medida socioeducativa a ser imposta, como o juiz e o promotor desta Vara Regional da Infância e Juventude da Comarca de Petrolina argumentaram nos demais processos aqui em análise. Observa-se que a quantidade de substância psicoativa ilícita igualmente não tenha influenciado a decisão judicial acima, uma vez que, em um dos casos que o juiz proferiu a sentença de medida socioeducativa de internação com duração de três anos, o adolescente portava 6 gramas de crack, o que o magistrado considerou “uma quantidade significativa da droga”.

O julgamento parece ser balizado pela subjetividade do magistrado, circunstancialmente manifesta. O fato de o adolescente não trabalhar ou estudar, além de ser reincidente, é determinante para aquilatar a pena, uma vez que considera agravantes tais quesitos. A mesma medida socioeducativa foi sancionada para um adolescente que possuía 4,7 quilos de maconha, era reincidente e tinha maus antecedentes infracionais – roubo e posse ilegal de armas. Via de regra, a reincidência é determinante, ou os antecedentes infracionais, impondo-se à violação da garantia de proibição “de dupla punição pelo mesmo fato” (Karam, 2008, p. 111). Viola-se, também, o princípio da isonomia, o qual determina que pessoas em igual situação devem ser igualmente tratadas (Karam, 2008, p. 110). Tais procedimentos parecem apontar para importância que o magistrado atribui à punição ao adolescente, levando em conta sua biografia, seu suposto grau de periculosidade e sua conformação familiar.

Um adolescente que transportava 3,9 quilos de *cannabis* de um município do Agreste Pernambucano a outro, prestando serviço de “mula”, foi preso em flagrante delito e internado provisoriamente em face “da robusta materialidade da autoria e da gravidade do ato infracional e sua repercussão social” e, também nas palavras da juíza de direito, em virtude do “risco em potencial de que esse adolescente se enverede pelo caminho obscuro da criminalidade”. No bojo do processo judicial, a juíza de direito do caso argumenta que

... a conduta do adolescente demonstra a necessidade do afastamento temporário do menor do convívio social e familiar a que está habituado, para que reveja e reeduque sua conduta, possibilitando a reintegração social e as garantias de seus direitos individuais e sociais. Evidencia-se, portanto, a necessidade imperiosa de internação provisória. (Processo judicial da Vara da Infância de Petrolina)

Este adolescente foi encaminhado ao CENIP/FUNASE de Petrolina-PE a fim de ser incluído “em atividades pedagógicas compatíveis com suas aptidões”, devendo a instituição apresentar relatório ao Juízo. Doravante, o parecer técnico da equipe multidisciplinar na FUNASE, contido no bojo do processo judicial, atesta que

o adolescente tem bom comportamento, interage com os outros internos e com os funcionários do estabelecimento, tendo demonstrado profundo arrependimento pelo que fez. A conduta desviada do adolescente, embora grave por ser extremamente perniciosa à saúde pública, não merece aplicação de medida socioeducativa de internação, haja vista que o menor não possui antecedentes infracionais, do que se conclui que medida menos severa será capaz de ressocializá-lo e contribuir para a reestruturação do seu caráter, sobretudo diante da demonstração de arrependimento do jovem. (Processo judicial da Vara da Infância de Petrolina)

O advogado de defesa propugnou por medida de Semiliberdade. O promotor concordou com a defesa. A juíza de direito o submeteu à medida de Semiliberdade por tempo indeterminado, com avaliação a cada seis meses. Aqui, parece ficar patente que “o adolescente em conflito com a lei” é ao mesmo tempo visto como perigoso e vulnerável, e que a demonstração de arrependimento constitui a senha para escapar da internação, o que este jovem personagem dá ares de perceber e acionar.

4. Discussão

A análise dos processos leva à conclusão que a apreensão de adolescentes envolvidos ou acusados por tráfico de drogas parece transcorrer de acordo com a lei. A polícia, após capturar os adolescentes, conduzem-nos às delegacias e, ato contínuo, à Vara da Infância e da Juventude. No entanto, a seletividade da ação policial é o diferencial dessas apreensões, pois concentra a repressão apenas nos bairros da periferia e possui um modelo padrão que se repete (Alvarez, Fraga & Campos, 2017). O caráter classista da repressão policial padroniza aqueles que serão apreendidos. Os processos e as medidas socioeducativas aplicadas parecem, também, indicar seletividade da justiça e do sistema policial (Boiteux, 2015), dedicados a perseguir, julgar e condenar adolescentes com o mesmo perfil socioeconômico. Nas periferias urbanas de pequenas, médias e grandes cidades brasileiras, os agentes policiais continuam prendendo o “menor infrator”. Mudaram as leis, mas as condutas policiais pouco mudaram e, em alguns casos, tornaram-se mais repressivas.

Por outro lado, os operadores do direito parecem ainda não terem incorporado ou possuem dificuldades em atualizar suas práticas profissionais com o

estabelecido no ECA, instrumento de proteção integral. Sua condição é ontológica. É a terminologia que estigmatiza, encontrada nos inquéritos policiais e nos testemunhos de acusação em juízo dos soldados que os apreendem. A terminologia “menor”, que cria tanto estigma, está incrustada no seu linguajar, deveras incorporada que está na conduta profissional de tais agentes. Por suas mãos, os adolescentes em conflito com a lei continuam sendo menores infratores. As condutas policiais padronizadas, que leva os adolescentes aos seus lares, onde sempre é encontrada a droga, parece ser consequência de arbitrariedades policiais, pois não fica claro em que condições elas acontecem, pois as ações sempre terminam no mesmo local.

De acordo com o art. 5, inciso 11, da Constituição Federal, buscas em residências devem ser realizadas mediante autorização da Justiça. Entretanto, a Lei 11.343/06, em seu artigo 33, define que manter entorpecentes em depósito constitui delito permanente. De acordo com o Supremo Tribunal Federal, “o artigo 330 do Código de Processo Penal considera como situação de flagrância aquele que estiver cometendo crime permanentemente”. Foi com base nestes argumentos que a Suprema Corte brasileira definiu que a polícia pode apreender drogas nas residências sem mandato judicial (Galli, 2015). As buscas policiais são feitas, via de regra, em casa de pessoas pobres, periféricas e com baixa instrução, com históricos de violação de direitos e sem condições de reagir a qualquer arbítrio policial. É o que demonstra eloquentemente os dados aqui em análise, corroborados por aqueles encontrados na Vara da Infância e da Juventude em Juazeiro, Estado da Bahia (Rodrigues, Ribeiro & Fraga, 2017). Ademais, esta decisão da Suprema Corte data de 2015, ano posterior àqueles relativos aos processos judiciais que compõem nosso banco de dados (2011-2014). Isto é, antes mesmo da decisão da Suprema Corte as buscas e apreensões policiais sem mandato judicial nas residências desses adolescentes eram corriqueiras.

O magistrado, por sua vez, limita-se a indicar os termos da medida – como a inserção na escola, no trabalho e na família, a eliminar seu estigma de perigoso e infrator que lhe foi imprimido no próprio processo judicial –, com vistas a uma adequação a um padrão socialmente aceito, sem atentar às condições objetivas para alcançá-la, o que já foi verificado em outros estudos em varas da infância e juventude (Sartório & Rosa, 2010).

Ao examinarmos os processos judiciais, verificamos que assistentes sociais, psicólogos, advogados, oficiais de justiça e juízes de direito não escapam a essa prática discursiva. O movimento pendular persistente entre adolescência e o termo minoridade a contaminar o corpo institucional, mormente seu linguajar. O uso do termo menor é tão recorrente que chega a ser usado mesmo para designar

documento jurídico, como o Termo de Audiência de Ouvida Prévia de Menor. A categoria menor, portanto, é uma importante designação política, pois define ações, distingue sujeito e imprime punições (Foucault, 2006). Enfim, a adjetivação da adolescência pobre é uma constante, concorrendo para transformar sua prática circunstancial em destino indelével (Alvarez, Fraga & Campos, 2017).

A reincidência é o elemento primordial na condenação do adolescente. Esta é, sem dúvida, a categoria que mais pune. O destino inevitável do adolescente apreendido é selado, na prática, quando um ato é julgado duas vezes, isto é, quando um ato infracional passado pode influenciar sobremaneira a decisão judicial, na forma de reincidência ou antecedentes criminais. Sem dúvida, os procedimentos judiciais distam das práticas policiais no que concerne aos óbvios juízos de valor impregnados nestas últimas. Suas decisões são balizadas, mais propensas à extinção processual – embora, amiúde, em razão da unificação das medidas socioeducativas – e à absolvição; as medidas socioeducativas de advertência, liberdade e semiliberdade são mais recorrentes que as medidas mais duras, como a de internação. No entanto, não são neutras ou universais, vide as disparidades das sentenças em casos análogos e a imputação de penas análogas em casos díspares (Martins, 2014).

De modo geral, o sistema penal brasileiro reforça as desigualdades sociais (Hulsman, 2009; Hulsman & Celis, 1993), depende de esforços profissionais que poderiam estar direcionados à resolução de crimes ou atos infracionais violentos. A maioria dos processos decorridos entre 2011 e 2014, na Vara, em Petrolina, foram abertos contra adolescentes que portavam quantidades muito pequenas de psicoativos ilícitos. Outros estudos mostram que essa prática não é isolada nos tribunais brasileiros (Boiteux, 2015; Campos & Alvarez, 2017). Tais adolescentes não têm seus direitos assegurados no rito do direito porque o sistema penal coaduna com o rudimentar discurso público acerca da guerra às drogas, na falsa polarização entre crime e sociedade, bandido e trabalhador, legal e ilegal (Malvasi, 2012, p. 244). As violações de direitos são recorrentes, forças policiais e judiciárias costumam abrir inquéritos e processos judiciais improcedentes (Campos & Alvarez, 2017). Um das questões mais complexas na análise das sentenças é verificar como juízes naturalizam práticas ilegais. A moral concentra-se na legitimação do trabalho, mesmo desenvolvido de forma irregular. O trabalho infantil e juvenil ilegal é aceito e defendido por juízes de direito e promotores de justiça, quando argumentam nas sentenças seu caráter pedagógico, uma vez que manteria crianças e adolescentes longe das ruas, *locus* de mendicância, promiscuidade e de ações delituosas (Lourenço, 2014, p. 298). O trabalho precoce, ilegal segundo a legislação brasileira, paradoxalmente é legitimado por autoridades judiciárias,

deixando de ser percebido em sua negatividade, mas, ao contrário, visto como instrumento de prevenção da marginalidade e da delinquência: “O ideal passa a ser o aprendizado de uma profissão, mesmo que esta seja precária, insegura e que represente riscos à saúde da pessoa em desenvolvimento” (Lourenço, 2014, p. 302) e ao seu próprio desenvolvimento intelectual e profissional. Na perspectiva dessa racionalidade, compreende-se que as situações ilegais e irregulares vivenciadas por adolescentes pobres figuram como profiláticas na prevenção da criminalidade. Nesse sentido, parece que se fecha o ciclo da reprodução da pobreza: trabalhando e frequentando uma escola precária, crianças e adolescentes tornar-se-ão adultos que terão necessidade de contar com o trabalho infanto-juvenil da sua prole.

Os argumentos de acusação, decisivos para a sentença a ser postulada pelo juiz de direito, baseiam-se em quesitos como a quantidade da droga encontrada e em outros itens que o adolescente mantenha em posse quando apreendido – geralmente, dinheiro trocado; na gravidade do fato – se cometido ou não mediante grave ameaça ou violência; na capacidade de o adolescente cumprir a medida proposta; a demonstração de arrependimento por parte do adolescente, sua busca e inserção no processo de ressocialização, aí incluído bom comportamento durante a internação provisória, retomada dos estudos formais e a inserção em trabalho lícito.

O que se pode notar é uma tensão entre proteção, controle, direito, moral e segurança pública, transparecendo mais a preocupação com a defesa da sociedade, o que é legítimo, mas excluindo dessa mesma sociedade o adolescente pobre. Além disso, resta evidenciado que o adolescente tem que primeiro passar pela experiência infracional, ser inserido no sistema socioeducativo e, por último, ter acesso aos programas sociais, numa clara inversão das medidas de proteção social, em flagrante inobservância aos seus direitos sociais previstos em lei, como já apontaram Silva (2005) e Schuch (2005). Note-se que a defesa da sociedade, mediante o controle da juventude pobre, à sua revelia e em seu prejuízo, está no bojo das Propostas de Emenda à Constituição, apresentadas no Parlamento desde 1993, relativas à redução da maioria penal no Brasil, de 18 para 16, 14 ou 12 anos de idade (Campos, 2009).

6. Conclusão

Discutiu-se nesse artigo as mudanças legais dos procedimentos de apreensão de crianças e adolescentes no Brasil em conflito com a lei. A questão do adolescente infrator sempre foi tratada, ao longo do período republicano no Brasil, de forma

institucionalizada, buscando preservar a sociedade de possíveis danos que a ela poderia ser causado em detrimento da ressocialização desses atores. A promulgação do ECA, importante instrumento baseado na defesa dos direitos humanos e de convenções internacionais de proteção à criança e ao adolescente, dos quais o Brasil é signatário, não mudou significativamente esse histórico, notadamente porque o judiciário e as polícias continuaram com práticas e ações institucionais que ignoram os preceitos fundamentais desse instrumento legal.

No caso específico de Petrolina, verificamos procedimentos da polícia e do judiciário que reforçam a idéia da punição, sem a contrapartida estatal da proteção. Mesmo quando se remete no discurso à proteção do adolescente com medidas de internação, ignora-se a incapacidade do sistema de reabilitar, por carência de equipamentos públicos para esse fim. Assim, a dimensão discursiva guarda correspondência com a prática policial e judicial, orientada pela vaga e eternizada ideia de “atitude suspeita” de crianças e adolescentes radicados em territórios periféricos, o que resulta no controle disciplinar da infância e adolescência pobres pelo sistema de justiça criminal durante os longos períodos de cumprimento da medida de advertência, que chegam a durar dois anos.

Reincidência, antecedentes infracionais, quantidade de drogas apreendida, inserção em escola formal e em trabalho, formal ou informal, são comumente considerados para a apuração da medida educativa, sendo os três primeiros quesitos considerados agravantes e os dois últimos, atenuantes. Mas há exceções e disparidades, o que aponta para a influência da subjetividade do magistrado na tomada de decisão, para a constante duplicação da punição pelo mesmo fato e para a inobservância do princípio da isonomia. Disso resulta a perpetuação da divisão entre menoridade e infância e adolescência inserida e protegida, com acentuada influência de uma política de drogas esboçada e mantida para punir os pobres (Wacquant, 2008) e isentar o Estado de elaborar e implementar políticas públicas promotoras de bem-estar. Assim, a categoria menor, utilizada ao longo da história brasileira, é uma categoria política. Ela é o antagonismo das categorias criança e adolescente e serve para diferenciar os que devem ser protegidos dos que devem ser punidos.

Notas

1. Esse artigo de investigação científica está baseado na pesquisa de pós-doutoramento *Adolescentes e jovens no plantio ilícito de cannabis e no tráfico de drogas em três cidades da região do Vale do São Francisco: Influência das motivações individuais e de elementos estruturais* desenvolvida no programa de pós-graduação em ciências sociais da

Universidade Federal de Juiz de Fora, realizado entre março de 2017 e fevereiro de 2018. No Brasil, a expressão “tráfico varejista” tem sido cunhada para referir-se ao comércio de pequenas ou diminutas quantidades de droga – medidas em gramas ou centigramas –, distinto do denominado narcotráfico.

2. De acordo com o 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/01/ANUARIO_11_2017.pdf. Acesso em: 21/01/2019.

Por decisão pessoal, a autora e o co-autor do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Adorno, S., Bordini, E. B. T., & Lima, R. S. de (1999). O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. *São Paulo em Perspectiva*, 13(4), 62-74. DOI: 10.1590/S0102-88391999000400007
- Alvarez, M. C. (1989). *A emergência do Código de Menores de 1927: Uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores* (Tese de mestrado não publicada). USP, São Paulo.
- Alvarez, M., Fraga, P., & Campos, M. (2017). Perspectivas atuais sobre políticas, produção, comércio e uso de drogas: Apresentação ao dossiê “Drogas e sociedade em uma perspectiva comparada”. *Tempo Social*, 29(2), 1-14. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2017.133303
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC.
- Boiteux, L. (2015). El antimodelobrasileño: Prohibicionismo, encarcelamiento y selectividad penal frente al tráfico de drogas. *Nueva Sociedad*, 255, 132-144.
- Campos, M. (2009). Mídia e política: A construção da agenda nas propostas de redução da maioria penal na Câmara dos Deputados. *Opinião Pública*, 15(2). DOI: 10.1590/S0104-62762009000200008
- Campos, M., & Alvarez, M. (2017). Pela metade: Implicações do dispositivo médico-criminal da “Nova” Lei de Drogas na cidade de São Paulo. *Tempo Social*, 29(2), 45-73. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2017.127567
- Fausto, B. (2000). *Crime e cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: EDUSP.
- Foucault, M. (2006). *Ditos e escritos: Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Fraga, P. C. P., & Silva, J. N. (2016). As ações de contenção aos plantios ilícitos no Brasil: Repressão policial e políticas governamentais. *Revista Debates Latinoamericanos*, 14(1), 72.
- Fraga, P. C. P., Silva, J. N., & Martins, R. S. (2017). Mujeres y criminalidad: Um estudio sobre la participación de las mujeres en el cultivo de *cannabis* en el Vale do São Francisco, Brasil. *Estudios Sociológicos*, 35(1), 547-570. DOI: 10.24201/es.2017v35n105.1498

- Hulsman, L. A. (2009). Perspectiva abolicionista: Apresentação em dois tempos – Qual abolição?. *Verve. Revista Semestral Autogestionária do Nu-Sol*, 15(1), 18-32.
- Hulsman, L., & Celis, P. (1993). *Penas perdidas: O sistema penal em questão*. Niterói: Luam Editora LTDA.
- Galli, M. (2015). *Flagrante delito: Polícia pode apreender drogas dentro de casa sem mandato, decide Supremo*. São Paulo: CONJUR.
- Karam, M. L. (2008). A Lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo. In B. Labate (Ed.), *Drogas e cultura: Novas perspectivas* (pp. 105-120). Salvador: EDUFBA.
- Lourenço, E. A. de S. (2014). Reestruturação produtiva, trabalho informal e invisibilidade social de crianças e adolescentes. *Serv. Social e Sociedade*, 118(1), 294-317.
DOI: 10.1590/S0101-66282014000200005
- Malvasi, P. A. (2012). *Interfaces da vida loka: Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo* (Tese de doutorado não publicada). USP, São Paulo.
- Marcílio, M. L. (1998). *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec.
- Marques, J. B. (1976). *Marginalização: Menor e criminalidade*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.
- Martins, R. S. (2014). *Estupro de criança e adolescentes e a desigualdade nos tribunais: Uma análise dos processos judiciais*. Lisboa: NEA.
- Paula, L. de (2017). *Punição e cidadania: Adolescentes e liberdade assistida na cidade de São Paulo*. São Paulo: Alameda Casa Editorial.
- Rizzini, I. (Ed.) (1993). O elogio do científico: A construção do “menor” na prática jurídica. In *A criança no Brasil hoje: Desafio para o terceiro milênio* (pp. 28-62). Rio de Janeiro: EDUSU.
- Rodrigues, L. B., Ribeiro, M. da S., & Fraga, P. C. P. (2017). O envolvimento de adolescentes no tráfico de drogas em Juazeiro – Norte da Bahia: Uma análise do fluxo dos processos judiciais da Vara da Infância e da Juventude. *Teoria e Cultura*, 12(1), 241-252.
- Sartório, A. T., & Rosa, E. M. (2010). Novos paradigmas e velhos discursos: Analisando processos de adolescentes em conflito com a lei. *Serv. Soc. Soc.*, 103(1), 554-575.
DOI: 10.1590/0102.3772e3337
- Schuch, P. (2005). *Práticas de justiça: Uma etnografia do campo de atenção ao adolescente infrator no Rio Grande do Sul, depois do Estatuto da Criança e do Adolescente* (Tese de doutoramento não publicada). UFRGS, Porto Alegre.
- Silva, A. F. do A. (1990). A mutação judicial. In A. C. Costa, et al. (Eds.), *Brasil criança urgente. A Lei 8069/90: O que é preciso saber sobre os novos direitos da criança e do adolescente* (pp. 114-127). São Paulo: Columbus Cultural.
- Silva, M. O. (2005). *O controle sócio-penal dos adolescentes com processos judiciais em São Paulo: Entre a “proteção” e a “punição”* (Tese de doutoramento não publicada). PUC-SP, São Paulo.
- Silva, J. N. (2015). Mulheres no tráfico de drogas: Um estudo sobre os determinantes da condenação na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. In P. C. P. Fraga (Ed.), *Mulheres e criminalidade* (pp. 47-80). Rio de Janeiro: Letra Capital.

- Teixeira, A. (2012). *Construir a delinquência, articular a criminalidade: Um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo* (Tese de doutorado não publicada). USP, São Paulo.
- Wacquant, L. (2008) *Punishing the poor: The neoliberal government of social insecurity*. Durham e Londres: Duke University Press.

Data de submissão: 27/10/2018 | **Data de aceitação:** 26/11/2018



ENSAIOS
ESSAYS

SOCIÓLOGOS
ASSOCIATIVISMO INCLUSIVO VERSUS FECHAMENTO
CORPORATIVO

SOCIOLOGISTS
INCLUSIVE ASSOCIATIVISM VERSUS CORPORATE CLOSURE

António Firmino da Costa

Departamento de Sociologia, ISCTE-IUL — Instituto Universitário de Lisboa, Av. das Forças Armadas, 1649-026
Lisboa, Portugal. Email: antonio.costa@iscte-iul.pt

Resumo: De tempos a tempos, tem surgido entre os sociólogos um debate acerca da sua organização como grupo científico-profissional, colocando a alternativa “associação” versus “ordem”. Esse debate foi realizado logo no início da constituição da Associação Portuguesa de Sociologia, conduzindo à opção de associativismo inclusivo em vez de fechamento corporativo. Na base dessa orientação encontram-se questões sociológicas de fundo, quer de ordem cognitiva e ética, quer de ordem pragmática e estratégica. Perante a pluralidade crescente das áreas de intervenção profissional dos sociólogos, essa opção justifica-se ainda mais. É certo que, em alguns domínios, os sociólogos têm sido confrontados com barreiras à atividade profissional, colocadas por grupos com outras formações visando monopólios profissionais infundados, por vezes concedidos por instâncias estatais. Perante essas situações, o pior que os sociólogos poderiam fazer seria procurar imitar essas estratégias de fechamento corporativo. Em contrapartida, podem desenvolver estratégias de abertura inclusiva, o que é mais eficaz e mais consentâneo com a matriz reflexiva e ética da sociologia.

Palavras-chave: profissões dos sociólogos, associativismo, reflexividade, ética.

Abstract: Every so often, sociologists have debated whether their scientific-professional group should be organized as an “association” or “order”. In Portugal, this debate has been held since the foundation of the Associação Portuguesa de Sociologia, with the inclusive associativism option being chosen over the corporate closure alternative. This choice was based on fundamental sociological questions, including of cognitive and ethical order, as well as of pragmatic and strategic order. Taking in account the growing plurality of sociologists’ fields of professional intervention, this option is increasingly more justified. However, in some domains, sociologists have been confronted with barriers to professional activity by groups with other backgrounds that aim for unjustifiable professional monopolies. Sometimes, these groups have been supported by state bodies. In such scenarios, the worst that sociologists could do would be to reproduce corporate closure strategies. On the contrary, sociologists can develop strategies of inclusive openness, which are more effective and consistent with the reflective and ethical matrix of sociology.

Keywords: sociologists’ professions, associativismo, reflexivity, ethics.

Tenho debatido muitas vezes com colegas a questão da organização dos sociólogos, em termos da alternativa “associação” versus “ordem”. Não tinha escrito até hoje um texto dirigido diretamente a essa alternativa, expresso com essa terminologia. Mas discuti os fundamentos sociológicos sobre a questão logo no primeiro

A PÓS-VERDADE E A GUARDA DO REBANHO¹

POST TRUTH AND TENDING THE FLOCK

Carlos Fortuna

Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Praça Dom Dinis,
3000-104 Coimbra. Email: cfortuna@fe.uc.pt

Resumo: Viver na era da pós-verdade é enfrentar uma inusitada situação de realidades e relatos fractais que mistura factos, verdades e mentiras e onde tudo surge distorcido. Para a Sociologia, o desafio é enorme e aconselha mesmo a *des-aprender* muito do que antes eram convicções fortes sobre como investigar. Quando tudo parecia estar a tornar-se cada vez mais acessível e aberto, eis-nos perante um fechamento neo-tribal em redes e redes de redes que tudo dizem e desdizem com intrépida velocidade. O capitalismo que hoje é (também) do conhecimento a tua *fast* e *soft* sobre os modos de perceber a sociedade, o mercado e o poder. Usa em seu favor centros e laboratórios, sujeita os CVs a métricas sinistras e faz projetar em bodes expiatórios a explicação dos fracassos e dos desligamentos do mundo. A Sociologia tem de se *re-fazer* e mobilizar todos os sentidos para dar conta, como o poeta, como o *rebanho* está a ser *guardado*.

Palavras-chave: pós-verdade, redes sociais, Sociologia, capitalismo do conhecimento.

Abstract: To live in the post-truth era is to face unusual realities and fractal reports in which facts, truths and lies are merged and everything appears distorted. For Sociology, this is an enormous challenge that advises us to un-learn much of our once strong convictions about how to research. When everything seemed to be increasingly more accessible and open, we are faced up against a neo-tribal closure in networks and networks of networks that say and unsay everything with intrepid speed. Capitalism, that today is (also) knowledge capitalism, acts fast and soft on the ways of perceiving society, the market and power. It uses research centres and laboratories on its behalf, subjects CVs to sinister metrics, and renders the explanation of its failures and world's disconnections to become scapegoats. Sociology has to re-do itself and mobilize all senses to account, as the poet, how *the flock is being tended*.

Keywords: post-truth, social networks, sociology, knowledge capitalism.

De repente, perante o desafio do X Congresso Português de Sociologia subordinado ao tema “Na era da ‘pós-verdade’? Esfera pública, cidadania e qualidade da democracia no Portugal contemporâneo”, dei comigo a pensar sobre o pouco que sei do que é a pós-verdade. Verdade mesmo! Dos factos sociológicos, julgo saber alguma coisa e da mentira, de novo, é mínimo aquilo o que posso dizer. Permite-me afirmar que uns e outras — factos, verdades, mentiras — ajudam a desenhar a realidade à sua maneira ... e que, a cada instante, esta se reconfigura, altera, aumenta, torna-se difusa, impercetível, indefinida, distorcida e, por fim, não se deixa ler, exatamente como a identidade do “homem da multidão”, glosado por Alan Poe.

O que parece ser, afinal, não é. E assim vamos vivendo com esta “sociológica incredulidade”, tanto cognitiva como política, resultante de misturas de factos,

verdades e mentiras, com retalhos de uns e de outras que os *media* e as redes sociais fornecem a cada hora. Hoje, *vemos, ouvimos e lemos*, como se fazia antes, coisas que se não são verdade, parecem sê-lo e com as quais queremos tornar o mundo sociologicamente inteligível e autêntico, mesmo se estranho. Coisas com que pensamos que poder ir mais a fundo no entendimento da condição humana.

A Sociologia do século XX ensinou-me a pensar sobre o que são realmente a sociedade, o mercado e o poder, quando os vemos? Essa era o inquietante questionamento que surgia em cada seminário de doutoramento de Immanuel Wallerstein, nos idos anos 1980s. E, munido de tal pergunta, partia a caminho da “verdade” dos factos. Uma verdade que a história e os arquivos mantinham por revelar... E que as conversas programadas com outros — chamadas entrevistas — podiam testemunhar. Uma verdade retida nos relatos jornalísticos, nos microfílm dos principais jornais do globo de então e, porque não dizê-lo, também nos livros de sociologia e outros que então se liam sofregamente.

Diz-se agora que nada mais continua a ser assim. Hoje, as verdades são todas relativas em excesso e parciais (Kakutani, 2018), pelo que no dizer de Saramago, o tempo das verdades plurais acabou e hoje o que temos é um tempo de mentira universal. Será verdade? Pouco literária e mais sociologicamente, aponta-se o dedo ao ciberespaço, às redes (*nets*) e às redes de redes (*internets*) e ao discurso das tribos que cada um/a acolhe. *Hello Mr. Facebook!* A abertura ao mundo e ao conhecimento, afinal, revela-se falsa e torna-se mesmo “fechamento”, como assegura o nosso colega João Teixeira Lopes (2018). Fechamento naquilo que queremos ouvir e, que distraidamente, adoça o poderoso efeito de subordinação planetária a juízos, preconceitos, tecnologias, invenções e manipulações da realidade e, acima de tudo, manipulação contínua da nossa própria condição. Talvez ilegítima, mas consentida, como é a *planetariedade* de Gayatri Spivak (2003), que sugere sermos nós e a nossa alteridade que se produzem ao mesmo tempo através desse ambíguo “fechamento” neo-tribal.

Apontar o dedo a “pseudo jornalistas”, à iliteracia digital e a outros inoportunos responsáveis por esta paradoxal condição de estarmos *isolados em rede* não basta. Gostaria de poder continuar a fazer a *boa* Sociologia do século XX e a deixar-me inquietar com a busca de *como* e de *quê* são feitos a sociedade, o mercado e o poder quando os confrontamos.

Gostaria, por isso, de resgatar aquilo que Ivan Illich chamou de “contraprodutividade”. No fundo não passa da autonomia dos meios face aos fins, ou se quisermos, do uso excessivo de determinado dispositivo mecânico, ou argumentativo, que acaba por se afastar inelutavelmente dos propósitos para que fora instituído. Ivan Illich criticava a contraprodutividade do sistema escolar que deixou de

ser apenas escola e capacidade de ensinar e de aprender, para se tornar legítimo lutar por “*des-escolarizar*” as sociedades. De igual modo, e por iguais motivos, criticou também o sistema de saúde, que era para ser apenas capacidade de curar e de viver uma vida saudável. Eu gostaria aqui de usar a contraprodutividade illitchiana para criticar o atual sistema de comunicação que, a meu ver, era para ser apenas capacidade de informar e de nos fazer interagir e viver uma vida digna e está, paradoxalmente, a tornar muito difícil fazê-lo.

A moderna comunicação assenta hoje na intensidade e na velocidade da produção da informação. Reside também no facto de não termos de procurar esta informação (adeus arquivos e registos do século passado...). Ela vem ter diretamente connosco. Na atual cultura do *aceleracionismo*, a intensidade, a velocidade e a pronta disponibilidade da informação, juntas, resultam no seu pérfido e contraprodutivo “excesso” informativo.

Intensidade, rapidez e acesso fácil à informação sobre todos os domínios da vida são também as bases do novo *capitalismo do conhecimento* (a expressão é de Nigel Thrift, 2005). Trata-se de uma versão *soft* do capitalismo que está, insidiosamente, a alterar as práticas académicas mais rotineiras com que, vindas do velho século XX, todos/as tínhamos sido ensinados/as.

Este *capitalismo do conhecimento* está a obrigar-nos a ir, desenfreadamente, em busca de projetos financiados, de parcerias, de bolsas e de revistas com fator de impacto. Este novo capitalismo está a tornar-se mais e mais inteligente e sofisticado e usa e abusa, como nunca, da capacidade reflexiva, da inteligência, da educação económica e financeira, do conhecimento e da cultural empresarial. Será aqui que radica a pós-verdade? É já sem surpresa que assistimos diariamente à erosão das fronteiras entre “academia” e “negócio”. Na cultura do aceleracionismo, a academia responde ao jeito do *clickbait* e da *quick response* académica. Interessa-se mais pela resposta e a informação do que pela pergunta. Perguntar parece coisa do passado. Com frequência, as Teses de Doutoramento relatam, descrevem e informam mais do que questionam e problematizam. E disso se alimentam as universidades e os seus pensadores repentistas. São os *fast thinkers* académicos que comentam, por “dá cá aquela palha”, aspetos mais ou menos superficiais da vida social ou aquilo que provoca curiosidade pública, se não mesmo entretenimento, sem se darem conta, tantos deles, do nexos negativo entre “urgência” e “pensamento”, que Bourdieu assinalou quando se atreveu a escrever sobre a TV (Bourdieu, 1997). Este *capitalismo fast e soft* de hoje, usa em seu favor centros de investigação, laboratórios e bolsiros, como usa *robots* e gurus da administração. Faz lembrar o perturbador efeito da *soft machine* de William Burroughs (1961). Sob o signo da velocidade, está-se, hoje, a digitalizar os CVs e a sujeitá-los a uma métrica sinistra, condensada

em algoritmos, fórmulas digitais e expeditos *bar codes*. Está-se também a substituir a leitura pela rápida “consulta”. Exatamente como se está a substituir o livro pelo *e-book*, a conferência pela vídeo-conferência e as bibliotecas e os arquivos por simulacros de marca Google.

De que são feitas as sociedades, os mercados e os poderes quando os vemos? De verdade sociologicamente procurada e encontrada ou de pós-verdade ideologicamente urdida?

Quando se trata de assumir a responsabilidade pelas coisas que não dão bons resultados, a personalidade humana sempre se mostrou disponível para fabricar “outras verdades” (Campbell, 2011). Antes chamavam-se bodes expiatórios. Tenho a sensação de podermos estar, neste instante, a incorrer nesse mesmo estratagema e a apontar o dedo a Mr. Trump, ou Mr. Putin, ou a qualquer outro Mr. A, B, ou C.

Quem são os culpados pelo que se está a passar? Adão culpou a Eva e todos estamos dispostos, desde então, a culpar alguém pelos nossos atos falhados e que correram mal. Em vez disso, porque não perguntar à Sociologia e pesquisar com ela? Sobretudo à Sociologia que interroga sobre a origem do descabro das coisas públicas, as mudanças nas sociedades, na estrutura dos mercados ou nas configurações dos poderes?

A abordagem sociológica original de uma tal interrogação pode situar-se no livro *Multidão Solitária* de David Riesman (1961). Para Riesman, na era medieval, os objetivos de vida de cada um eram guiados pelos interiorizados valores da *tradição*. As coisas faziam-se como sempre se tinham feito e as crianças aprendiam a ser como os seus pais. O seu “falhanço” era motivo de profunda *vergonha* e a resposta encontrava-se nas regras da *moral*. Na era do consumo massificado, ainda para Riesman, os sujeitos são todos hetero-guiados e conduzidos por referências que lhes escapam. O “falhanço” pessoal resulta, agora, num perfeito *american style*, não da vergonha, mas do receio de não se ser/estar devidamente integrado no conjunto da sociedade. Surge assim uma ideia de “insucesso” e de culpa individual, atribuídos a quem não se comporta com as regras e valores coletivos. Inclusivamente, a pobreza foi, décadas a fio, sinal do desconcerto pessoal dos pobres.

Em anos mais próximos, a Sociologia beneficiou de uma outra reflexão sobre a expiação da culpa que, grosso modo, lê assim: o nosso pecado original reside na dificuldade em aceitar a responsabilidade pelas nossas próprias ações. Trata-se do argumento de Richard Sennett no seu notável *A Corrosão do Caráter* (Sennett, 2000). Depois de aludir às lutas de David contra Golias, para assinalar que um outro mundo é possível, e ao modo como o capitalismo tende a ser avaliado em função da carreira pessoal, Sennett sugere que o enunciado da culpa muda com a própria

auto-avaliação e a discussão em grupo. Assim, depois da acusação de traição à IBM – o *outsourcing* decidido por Louis Gerstner, o então presidente judeu da empresa –, os informáticos descartados passaram a responsabilizar a insensibilidade dos jovens engenheiros indianos seus colegas, pagos a salários ínfimos. Estava encontrado o bode expiatório. Porém, quando a perfídia dos de fora foi posta em causa, os engenheiros desempregados da IBM “viraram-se para dentro”, como escreve Sennett, e, ao mesmo tempo que procuravam restabelecer o sentido da sua integridade profissional, reconheciam dever-se à sua acomodação profissional e à sua débil relação com o mundo, as verdadeiras razões do seu “fracasso”.

A ideia de responsabilidade pessoal e de brio profissional é, em grande parte, fruto do reconhecimento de que alguém precisa de nós. Hoje, todavia, a maior dificuldade reside em saber quem precisa realmente de nós. No capitalismo flexível, *fast e soft*, em que é difícil saber quem pode precisar de nós, a invenção dos bodes expiatórios instala-se com inegável frequência. O seu pior efeito é o de continuar a intensificar a *desligação* de cada um/a com o mundo. Mas com que mundo? O da pós-verdade e das *fake news*? Ou os mundos que a Sociologia nos convida a questionar?

O mundo que a Sociologia revela só se deixa perceber com *mais e sempre mais* Sociologia, como Ulrich Beck tanto gostava de repetir. Só *mais e mais* Sociologia nos pode assegurar, ou restituir, se for o caso, aquele sentimento de integridade pessoal, coletiva e planetária que os engenheiros informáticos de Sennett encontraram quando se “viraram para dentro” e passaram a pensar abertamente sobre o complexo mundo em que viviam, como se eles fossem os seus próprios “outros”. Esta é uma Sociologia capaz de fazer de cada um/a um daqueles *guardadores de rebanhos* que, “deitados” sobre a realidade, ousam pensá-la com o corpo todo e, sem renunciar à busca da verdade, denunciam, ao vê-las, as manipulações lançadas sobre a sociedade, o mercado e o poder. Com esta sensível *sociologia do rebanho*, talvez possamos derrotar os efeitos da pós-verdade e, por certo também, do disfarce e da mentira. Restarão apenas as verdades dos factos e a vontade de sermos felizes com elas, como Alberto Caeiro suspeitava ser possível:

Sou um guardador de rebanhos.
O rebanho é os meus pensamentos
E os meus pensamentos são todos sensações.
Penso com os olhos e com os ouvidos
E com as mãos e os pés
E com o nariz e a boca.

(...)

Sinto todo o meu corpo deitado na realidade,
Sei a verdade e sou feliz.

Alberto Caeiro, *O Guardador de Rebanhos*

Notas

Texto apresentado e discutido no X Congresso Português de Sociologia, realizado na Universidade da Beira Interior, Covilhã, entre 10 e 12 de Julho de 2018.

Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo as normas do novo acordo ortográfico.

Referências

- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão*. Oeiras: Celta.
- Burroughs, W. S. (1961). *The soft machine*. Paris: Olympia Press.
- Campbell, C. (2011). *Scapegoat: A history of blaming other people*. Londres: Duckworth Overlook.
- Kakutani, M. (2018). *A morte da verdade. A falsidade na era de Trump*. Lisboa: Editorial Presença.
- Lopes, J. T. (2018, 4 de Junho). A “pós-verdade” e a sociologia. *Público*.
- Riesman, D. (1961). *The lonely crowd*. New Haven: Yale University Press.
- Sennett, R. (2000). *A corrosão do caráter. As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar.
- Spivak, G. (2003). *Death of a discipline*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Thrift, N. (2005). *Knowing capitalism*. Londres: Sage.

Data de submissão: 10/09/2018 | **Data de aceitação:** 13/12/2018



RECENSÕES
BOOK REVIEWS

MONIZ, A. B. (2018). *ROBÓTICA E TRABALHO. O FUTURO HOJE*. LISBOA: GLACIAR

Nuno Boavida

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade NOVA de Lisboa, Avenida de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa, Portugal. *Email*:
nuno.boavida@fcsh.unl.pt

O livro “Robótica e Trabalho. O Futuro Hoje” de António Brandão Moniz foi lançado em Março de 2018 e aborda a relação entre a robótica e o mundo trabalho num contexto nacional e internacional. O livro é fruto de um convite da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e pertence à coletânea intitulada “A Ciência Disruptiva” da editora Glaciar. O autor do livro é Professor Associado com agregação de Sociologia Industrial da Universidade Nova de Lisboa, investigador do *Institute of Technology Assessment and System Analysis* (ITAS) do *Karlsruhe Institute of Technology* (KIT) na Alemanha e coordenador da Agenda Nacional de Investigação e Inovação em “Trabalho, robotização e qualificação do emprego em Portugal” promovida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

O livro pretende contribuir para o debate público atual sobre a relação entre tecnologia e trabalho, visível no número crescente de debates na televisão e de entrevistas em revistas e semanários nacionais e internacionais. Os desenvolvimentos tecnológicos recentes na área de automação, robótica e inteligência artificial têm motivado um maior debate mediático também em Portugal, embora os contributos científicos nacionais para a discussão sejam ainda relativamente limitados. O debate sobre tecnologia e trabalho já existe com manifesta importância na comunidade científica desde os anos de 1970, com publicações e debates organizados em torno da importância da introdução de sistemas automatizados (i.e., de controlo numérico e robotizados), do impacto na desqualificação da sociedade pós-industrial e da emergência dos sistemas flexíveis de produção que permitiam novas opções organizacionais. O livro enquadra a discussão atual num contexto histórico, onde nos anos 1970 e 1980 a principal questão era a de poderem ser apenas os postos de trabalho com conteúdos pobres (monotonia, repetibilidade, etc.) os mais facilmente automatizáveis. São centrais os fatores que podem motivar a perda de postos de trabalho que não estão diretamente relacionados com as políticas macroeconómicas, com os problemas dos mercados globais ou com as disfunções de gestão empresarial. O autor percorre os principais debates técnicos e sociológicos acerca da relação entre tecnologia e trabalho, e mais concretamente acerca da robótica, em torno de fatores como o emprego, desemprego, produtividade e vagas de automação industrial (e.g. Indústria 4.0).

O livro inicia-se com um capítulo sobre a relação entre tecnologia e emprego abordando o contexto português. De seguida, o autor debruça-se sobre a automação como processo de racionalização, procedendo a uma reflexão teórica sobre automação, tendências, produtividade e emprego, incluindo na discussão temas como o determinismo tecnológico, opções organizacionais e os principais estudos de referência. O capítulo seguinte é sobre robótica como uma tecnologia de referência, apresentando uma discussão sobre a definição de robótica e a sua emergência como tecnologia avançada no desenvolvimento da automação, e finalizando com referências a aplicações da robótica na indústria, noutros setores de atividade económica e na vida privada, bem como em novos domínios e setores. Este capítulo inclui ainda um subcapítulo acerca da relação indivíduo-robô, onde se discutem as características desta relação em ambiente de trabalho e ambientes complexos de trabalho, a intuitividade como objeto da relação da robótica com os humanos, e a possível contribuição da robótica para a melhoria das condições de trabalho. O quinto capítulo explica a emergência das questões éticas, legais e sociais (ELS) associadas aos desenvolvimentos tecnológicos. De seguida, o livro descreve o desenvolvimento da robótica em Portugal apresentando os pioneiros, os principais campos de investigação, as aplicações industriais e as tendências de desenvolvimento da robótica no país, incluindo a elaboração da já referida Agenda Nacional de Investigação e Inovação sobre “Trabalho, Robotização e Qualificação do Emprego em Portugal” para os desenvolvimentos da área no futuro. No sétimo e último capítulo, o autor apresenta as principais conclusões em relação aos limites da investigação em robótica, às potencialidades de desenvolvimento da robótica, à polémica acerca da substituição dos humanos pelos robôs nos postos de trabalho e às perspectivas de novas aplicações em Portugal.

O livro enquadra de uma forma genérica os processos de automação da produção industrial no contexto da sua evolução histórica, centrando-se mais significativamente nas últimas décadas. O autor introduz as principais obras de referência do pensamento sociológico desde a (primeira) revolução industrial, e inclui a descrição das principais inovações tecnológicas associadas a estas vagas de transformação na produção. Moniz argumenta que a automação, como fenómeno da racionalização do processo produtivo, tem sido realizada de modo contínuo e em paralelo com o desenvolvimento das economias e das sociedades, sem grandes surtos de desemprego. Assim o demonstra o citado estudo de Arntz, Gregory e Ziehl (2016) que permitiu relativizar o alarmismo existente entre muitos analistas em relação ao impacto da automatização no mercado de trabalho, ao combinar os indicadores subjetivos de automatização de 70 profissões do estudo de Frey e Osborne (2013) com os dados do PIAAC (*Programme for the International Assessment*

of Adult Competencies). De facto, Arntz, Gregory e Zierahn concluíram que apenas 9% de todos os indivíduos nos EUA enfrentam uma alta taxa de automatização, o que contrasta significativamente com o estudo de Frey e Osborne que indicava que 47% dos empregos dos EUA estão em alto risco de serem automatizados. De acordo com Moniz, esta diferença ocorre porque mesmo as profissões dominadas pelo trabalho rotineiro incluem tarefas cujo carácter qualitativo (e.g. tarefas interativas) as mantém como fundamentais nas estruturas de trabalho.

O livro aponta também para a necessidade de enquadrar os principais estudos internacionais no contexto da economia portuguesa, para compreendermos o impacto que o desenvolvimento tecnológico poderá provocar no mercado de trabalho. O autor indica que não existem estudos científicos que abordem a relação entre robótica e trabalho em Portugal. De facto, os estudos de referência sobre o tema são internacionais, a produção científica nacional é muito limitada e não existem estatísticas disponíveis sobre o número de robôs em Portugal. Apesar disso, António Brandão Moniz consegue examinar com detalhe a evolução da situação desde os anos 80 e o estado atual da robótica no nosso país.

O autor descreve a investigação portuguesa principalmente centrada na academia (e engenharia), com uma relação limitada com as poucas empresas de robótica em Portugal e dependente das linhas de financiamento europeias. O livro indica que o sistema de financiamento à investigação na área em Portugal continua a ser baseado em disciplinas científicas, ao contrário do sistema Europeu. De facto, a União Europeia promove temas de investigação orientados para problemas concretos, estimulando a constituição de equipas de investigação interdisciplinares e obrigando à constituição de painéis de avaliação com peritos de várias disciplinas científicas que avaliam propostas de investigação de reposta à problemática. Neste contexto, a definição das linhas de financiamento europeias poderia talvez ter sido mais explorada na sua relação com os limites impostos à investigação portuguesa pelos grandes consórcios europeus de investigação aplicada e comerciais que definem tais linhas em Bruxelas. Esta orientação permitiria não só compreender melhor a frágil relação entre a academia e as poucas empresas portuguesas de robótica, mas também revelar alguns problemas comuns em outras áreas de investigação aplicada em Portugal.

O livro aborda ainda os recentes desenvolvimentos de sistemas robóticos autónomos (e.g. transporte, segurança), as atuais dificuldades de integração de sensores (visão, velocidade e posicionamento) e de autonomia energética, sublinhando que existem princípios e problemas de carácter ético, legal e social que não se encontram resolvidos. O autor salienta que, em questões associadas ao trabalho e à perceção do ambiente de trabalho, a carga mental e a complexidade da informação a ser tratadas pelos humanos podem representar um limite à difusão e desenvolvimento destes sistemas.

Em suma, o livro “Robótica e trabalho. O futuro hoje” de António Brandão Moniz é um contributo importante para o debate atual sobre a relação crescente entre tecnologia e trabalho e sobre o impacto da evolução tecnológica no futuro do país. O livro descreve o estado do conhecimento nesta área abordando temas centrais associados à automação e à robótica relacionados com o emprego, a qualificação, a produtividade, a organização do trabalho e a autonomia de sistemas robotizados. O autor indica que muitos dos receios da discussão sobre trabalho e robótica dos anos de 1970 e 1980 permanecem na discussão atual, e que novos medos foram induzidos pela crescente capacidade de inteligência integrada nas máquinas. Apesar de muitos dos limites tecnológicos ainda serem antigos, afirma o autor, novos desenvolvimentos associados a estes artefactos têm vindo a quebrar as barreiras existentes. Assim, António Moniz manifesta a sua preocupação com estas “crises de crescimento” da robótica, e deixa o leitor a pensar nos sofrimentos que poderá causar a chegada desta tecnologia à adolescência.

Notas

Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo as normas do novo acordo ortográfico.

Referências

- Arntz, M., Gregory, T., & Zierahn, U. (2016). *The risk of automation for jobs in OECD countries: A comparative analysis* (OECD Social, Employment and Migration Working Papers, n.º. 189). DOI: 10.1787/5jlz9h56dvq7-en
- Frey, C., & Osborne, M. A. (2013). The future of employment: How susceptible are jobs to computerisation?. *Technological Forecasting and Social Change*, 114(1), 254-80. DOI: 10.1016/j.techfore.2016.08.019

Data de submissão: 02/11/2018 | **Data de aceitação:** 28/12/2018



**NORMAS PARA AUTORES
SUBMISSION GUIDELINES**

NORMAS PARA AUTORES

1. A *SOCIOLOGIA ON LINE* só aceita propostas para publicação de artigos originais, que não tenham sido anteriormente publicados nem que estejam em revisão noutra revista;
2. Os artigos poderão ser escritos em Português, Inglês, Francês, Espanhol ou Italiano;
3. Os artigos deverão ser submetidos para sociologiaonline@aps.pt;
4. A Direção da revista procede a uma avaliação inicial de todos os artigos. No caso dos artigos se adequarem à *SOCIOLOGIA ON LINE* e cumprirem as normas de publicação, encetar-se-á um processo de revisão que recorre a avaliadores/as externos/as e decorre no formato de duplo anonimato, segundo o qual os/as revisores/as desconhecem o nome dos/as autores/as e os autores/as desconhecem o nome dos/as revisores/as. Este processo inclui pelo menos dois/duas revisores/as. A decisão final de publicação pertence à Direção da *SOCIOLOGIA ON LINE*.
5. Todos os artigos serão sujeitos a um sistema de deteção de plágio, implicando a sua deteção o impedimento de publicação do trabalho submetido e de outras publicações durante um período de tempo a definir pela Direção da revista;
6. Os artigos propostos à *SOCIOLOGIA ON LINE* devem ser enviados num ficheiro Word, a corpo 12, fonte *Times New Roman* e espaço 1,5 sendo a sua revisão gramatical e sintática da responsabilidade dos/as autores/as;
7. Os artigos não deverão ultrapassar 9000 palavras, incluindo notas finais e referências bibliográficas. Os textos de reflexão e ensaios não devem ultrapassar 6000 palavras, e as resenhas as 1500 palavras;
8. Sugere-se que os autores sigam a seguinte estrutura geral de artigos: Introdução; Enquadramento teórico; Metodologia; Resultados; Conclusões; Agradecimentos (opcional); Notas (opcional); Referências;
9. As notas devem ser em número reduzido e apresentadas em corpo 10. A sua numeração será contínua, do início ao fim do artigo, e situar-se-ão no final do texto, imediatamente antes das “Referências”;
10. Os textos escritos em Português deverão incluir uma nota final que explicita a utilização ou não utilização do novo acordo ortográfico. Sugere-se a utilização de uma das seguintes opções “Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem/não escrevem segundo o novo acordo ortográfico”;
11. Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em tabelas e figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos. Os textos poderão apresentar no máximo 6 tabelas e 6 figuras. Os títulos de tabelas devem ser apresentados a *Bold*, centrados, em corpo

12 e fonte *Times New Roman*; deve ainda existir um espaço entre o texto e o título do gráfico/ tabela e um espaço entre o título e o respetivo gráfico/ tabela. Sempre que uma tabela fique cortada, deve transitar para a folha seguinte;

12. Os elementos não textuais devem ser enviados num ficheiro separado no seu formato original (Excel, SPSS, outros) ou nos seguintes formatos:
EPS (ou PDF): Desenhos vetoriais
TIFF (ou JPG): Imagens a cor ou em escala cinza: Resolução mínima de 300 dpi;
13. Os artigos devem ser acompanhados de um título em Português e em Inglês; um resumo de 150 palavras em Português e outro em Inglês (incluindo uma breve introdução ao estudo; uma referência às abordagens teórica e metodológica utilizadas; os principais resultados; a conclusão e a relevância do trabalho); 4 palavras-chave em Português e 4 palavras-chave em Inglês. Os artigos escritos noutras línguas que não as anteriores deverão adicionalmente apresentar um título, resumo e palavras-chave na língua original do texto;
14. Os dados de identificação de todos/as os/as autores/as terão de indicar as seguintes informações: instituição discriminada a três níveis (ex. Universidade; Faculdade; Departamento ou Unidade de Investigação); código postal; cidade; país e endereço de *email*. O autor de correspondência deverá apresentar a morada institucional completa;
15. No caso dos textos incluírem uma seção de “Agradecimentos”, esta deverá surgir após as “Conclusões” e antes das “Notas finais” e “Referências”;
16. As citações, as referências no texto e a referência bibliográfica devem obedecer às normas *APA 6th Edition*;
17. Os direitos de *copyright* são pertença da *Associação Portuguesa de Sociologia*. Todos os artigos encontram-se disponíveis livremente em <http://revista.aps.pt/pt/inicio/>

SUBMISSION GUIDELINES

1. *SOCIOLOGIA ON LINE* publishes original research on Social Sciences that was not previously published or that is not being considered for publication elsewhere;
2. Articles may be written in Portuguese, English, French, Spanish or Italian;
3. Manuscripts must be submitted to sociologiaonline@aps.pt;
4. All articles are initially evaluated by the Direction of *SOCIOLOGIA ON LINE*. Manuscripts that comply with the Journal's publication standards are independently evaluated by at least two experts. The Journal uses a double-blind peer review system, which means that the identities of the authors are concealed from the reviewers, and vice versa. The Direction of *SOCIOLOGIA ON LINE* is responsible for the final publication decision;
5. *SOCIOLOGIA ON LINE* uses a plagiarism detection software. Authors found to have plagiarized the work of others or their own will not be able to publish the submitted work and other publications in *SOCIOLOGIA ON LINE* during a period of time to be established by the Journal's Direction;
6. Manuscripts proposed to *SOCIOLOGIA ON LINE* must be submitted in a Word file with the text in 12-point Times New Roman and 1,5 line spacing. Authors are responsible for the grammatical and syntactical revision of the articles;
7. Manuscripts should not exceed 9000 words, including final notes and bibliography. Reflections should not exceed 6000 words, and book reviews 1500 words;
8. Authors are encouraged to follow the following general structure of papers: Introduction; Theoretical framework; Methodology; Results; Conclusions; Acknowledgments (if applicable); Notes (if applicable); References;
9. Notes should be used sparingly. In addition, they should be presented in 10-point Times New Roman, with continuous numbering, from the beginning to the end of the article. All notes must be placed at the end of the text, just before the "References";
10. Manuscripts written in Portuguese should include a final note stating whether they follow or not the spelling agreement;
11. Non-textual elements should be presented in tables or figures and identified with continuous Arabic numerals. A maximum of 6 tables and 6 figures is allowed. Table titles should be presented in 12-point Times New Roman, bold and centred. There should be a space between the text and the title of the table or figure and a space between the title and the corresponding table or figure. Tables/figures must be kept in one sheet;

12. Non-textual elements should additionally be sent in a separate file in their original format (Excel, SPSS, others) or in the following formats:
EPS (or PDF): Vector drawings
TIFF (or JPG): Color or grayscale images: 300 dpi minimum resolution;
13. All manuscripts must present a title in Portuguese and a title in English. In addition, all articles must present a summary of 150 words in Portuguese and a summary of 150 words in English (including a brief introduction to the study and its theoretical and methodological approaches; the major results; conclusion and the relevance); 4 keywords in Portuguese and 4 keywords in English. Articles written in languages other than the previous ones should also present a title, abstract and keywords in the original language of the text;
14. Authors must specify the following information regarding their affiliations: institution discriminated at three levels (*e.g.* University, School, Department or Research Unit); Postal Code; City; Country and e-mail address. The correspondence author must present the complete institutional address;
15. If the manuscripts include a section of "Acknowledgments", this should be included after the "Conclusions" and before "Notes" and "References";
16. Citations, references in the text and bibliographic references must comply with the APA 6th Edition;
17. The *Associação Portuguesa de Sociologia* retains copyright of all published manuscripts. All texts are freely available at <http://revista.aps.pt/en/home-page/>